

# DEBATE

## PROBLEMAS DA

BRASILEIRA  
REVOLUÇÃO



Nº 10

AGOSTO 72

AVANÇAR COM O MARXISMO NA LUTA IDEOLÓGICA !

DEBATE chega a seu décimo número em dois anos e meio de existência. Quem acompanhou sua evolução desde o número 1, de fevereiro de 1970, notou uma lenta mas constante evolução não só nas concepções defendidas em seus editoriais, nos artigos assinados por seus colaboradores regulares, nos problemas que pôs em discussão, na orientação que presidiu à escolha dos materiais informativos sobre a realidade de nosso país, sobre a luta que se travava contra a ditadura, contra o imperialismo, pelo socialismo, mas na própria concepção de sua função enquanto instrumento teórico e político no processo de reorganização de nosso movimento revolucionário em torno do marxismo e dos interesses históricos do proletariado.

A dinâmica desta evolução correspondeu tanto ao desenvolvimento teórico de nosso projeto de estudo da sociedade brasileira à luz do materialismo dialético, ao exame analítico e crítico da experiência de luta revolucionária dos últimos anos -especialmente a partir de 1968- quanto às críticas que fomos recebendo à medida que avançávamos em nosso trabalho e em que nossa publicação ia adquirindo sua fisionomia atual. A discussão que pudemos organizar em torno de DEBATE, a troca de experiências que decorre da participação num mesmo organismo de militantes das mais diversas origens político-partidárias, homogeneizando suas posições numa atividade coletiva regular e buscando romper com as concepções estreitas e particularistas dos pequenos círculos, tudo isso contribuiu para que se criassem as condições necessárias -embora não suficientes- à definição pelos nossos coletivos locais de uma posição política comum. A realização de uma discussão interna, com a mais ampla participação de todos os nossos aderentes -militantes, simpatizantes, colaboradores regulares- deverá permitir que se cumpram as condições complementares deste nosso processo de transformação política. É nossa intenção, logo que esta discussão interna se conclua, divulgar nossa Plataforma política mínima, que sintetizará as posições comuns e de princípio de nossos coletivos e constituirá a base política de nosso posterior desenvolvimento.

A despeito desta tão grande evolução (basta comparar nossos primeiros dois números aos mais recentes), muitos foram os princípios e métodos de trabalho dos quais nunca nos distanciamos, e que nosso avanço, longe de contradizer, nada mais fez que explicitá-los e praticá-los. Entre eles, o de orientar o debate de forma a que todos os militantes revolucionários, independentemente de suas posições atuais, possam encontrar em nossa publicação um rumo de pesquisa e reflexão orientado no sentido da unificação dos esforços sobre a base do socialismo científico.

Evidentemente, DEBATE não pode servir a todos os militantes revolucionários. Serve principalmente (1) aos que encontram nele um instrumento e uma tribuna para defender e fazer avançar as posições políticas que julgam as mais justas; (2) aos que, embora não concordem com as linhas gerais ou com pontos específicos das concepções defendidas por DEBATE, consideram no entanto que nossa publicação constitui um fator positivo e necessário na clarificação das posições, na superação das divergências artificiais ou meramente residuais e no estabelecimento de uma nova polarização, correspondendo desta vez a divergências reais, que exprimem necessidades históricas da Revolução no Brasil. DEBATE não serve (3) aos círculos e organizações ainda marcados pelo sectarismo que tanto danou fez à causa da Revolução em nosso país e (4) aos militantes influenciados por um dogmatismo simplista, característico daqueles cuja revolta contra a ordem capitalista se encontra ainda num estágio primário, e não adquiriu a consistência teórica e política que constitui patrimônio de marxismo e das melhores tradições do movimento operário e comunista internacional. Estas duas últimas categorias de militantes pouco ou na-

da encontram em DEBATE. E efetivamente, para quem considera que o problema central da revolução brasileira é saber se o foco (ou a coluna, ou o destacamento armado) é estratégico ou tático, DEBATE está mesmo "por fora" das "grandes" questões da Revolução...

O planejamento do presente número foi alterado na medida em que -coerentes com nosso propósito de levar até o fim a discussão que promovemos em torno do documento Uma autocritica necessária- fomos obrigados a consagrar quase todo o espaço disponível à Réplica do companheiro José dos Santos, pela TL/ALN-Chile, às críticas do companheiro Fernando de Andrade, aos comentários deste último sobre a Réplica, e à intervenção do companheiro europeu G. Zani, que nos enviou suas anotações críticas sobre a discussão da ACN em nossos três últimos números.

Apesar de ter equivocadamente entendido o editorial de nosso número 9 (sobre a Atualidade do leninismo) como uma crítica à TL/ALN, o companheiro José dos Santos explicita, no final de sua Réplica, suas divergências quanto à nossa maneira de encarar o estudo da obra de Lênin, as perspectivas que apresentamos para a reorganização dos marxistas, o papel da imprensa comunista na luta ideológica que hoje se trava em nosso movimento revolucionário, etc. Tanto através de nossos editoriais (que em absoluto não são feitos por uma só pessoa, como insiste em querer dar a entender o companheiro José dos Santos, levado talvez por um certa dose de ceticismo quanto à eficácia da elaboração coletiva), quanto através da Plataforma Política que estamos discutindo internamente por ora, pronunciar-nos-emos sobre todos estes problemas e precisaremos, enquanto Coletivo, nossa comum opinião sobre as divergências com os companheiros da TL/ALN no Chile.

Das matérias publicadas parceladamente só aparece neste número a História da Associação dos Marinheiros, que o companheiro B. Miguel vem elaborando de maneira a apresentar um capítulo por número de DEBATE. Tanto as notas do companheiro Fernando de Andrade sobre Marxismo e extremismo de classe média, quanto o Balanco ideológico do grupo de militantes originários da VPR-1 e da ALA VERMELHA do PCdoB terão sua publicação retomada no número 11. Embora continuaremos nos próximos números a reservar uma parte de nosso boletim ao debate em torno da ACN, seremos obrigados, para garantir sequência a nosso plano de trabalho, a fixar um espaço máximo a esse tema, que em caso algum poderá ser maior que a metade do espaço total. Os companheiros que pensam intervir na discussão ficam pois avisados de que eventualmente não será possível publicar suas contribuições no número imediatamente posterior ao recebimento do texto. Tivemos aliás que deixar para o nº 11 a Réplica do companheiro José dos Santos ao companheiro A. Silva, bem como a resposta deste último.

Finalmente, publicamos no presente número uma análise da situação da Balança de Pagamentos do Brasil que desmascara as mentiras do sr. Delfim Netto ao mesmo tempo que mostra as condições financeiras reais da acumulação monopolista em nosso país. Acrescentamos ao texto redigido pelo companheiro Henrique Henriques, apêndices ilustrativos da evolução das relações econômicas do Brasil com o exterior e em especial no interior do campo imperialista.

O aparecimento do primeiro número de Unidade e luta, órgão político da TL/ALN (datado de maio-junho 72) constitui um avanço considerável das forças marxistas-leninistas no processo de luta ideológica e de reorganização do movimento revolucionário no Brasil. O Coletivo-DEBATE envia aos companheiros da TL/ALN suas saudações fraternais e comunistas e sugere a todos os revolucionários a leitura, discussão e discussão desta nova publicação.

II- A fundação da Associação e seu desenvolvimento

Com o Parlamentarismo no Brasil, tiveram os marinheiros sua grande oportunidade. Em fins de março de 1962, reuniu-se um grupo de pouco mais de uma dezena de pessoas para discutir se seria mais válido uma rebelião na Armada de estilo parecido ao da de João Cândido ou a formação de uma Associação que unisse marinheiros e fuzileiros navais.

Desde aquele momento sentia-se a polarização de duas tendências, uma mais conciliatória, com a visão de reformar a Marinha a partir da colaboração entre oficiais e marinheiros e a outra que afastava desde logo esta perspectiva. A influência de um cabo-marinheiro, João Barbosa, elemento muito moderado e com alguma experiência anterior de organização, triunfou nesta reunião. Depois de muito discutir e tendo chegado a um impasse, segundo testemunha da época, os argumentos em torno das proposições associação ou revolta haviam se esgotado. Neste momento João Barbosa interviu e voltando-se para um marinheiro que secretariava a reunião, ditou a ata de fundação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, vencendo burocraticamente, de um golpe, a resistência dos partidários da revolta. Este fato analisado, demonstra claramente que tanto os "reformadores" quanto os partidários da revolta compreenderam que para atingir seus objetivos, isto é, movimentar a massa dos marinheiros, era necessária uma organização que não se limitasse somente à tarefa conspirativa. O importante era dar sentido às reivindicações dos marinheiros e fuzileiros navais, levá-los a lutar de forma política e organizada contra aquele estado de coisas na Marinha. Para isto não bastava agitar com palavras de ordem ou só procurar aqueles que apoiassem uma revolta.

Os partidários da rebelião tinham uma visão equivocada na análise da situação interna da Marinha. Guiavam-se mais por uma vontade de fazer a rebelião do que pela observação paciente da realidade. Não podiam por isso apreciar corretamente as possibilidades de triunfar ou não uma empresa desse tipo. É bem verdade que o clima de opressão nos navios tornava a situação explosiva e talvez fosse possível conseguir alguns adeptos em certas unidades da Marinha. Porém o tratamento dado aos marujos por alguns oficiais mais liberais abria uma brecha na solidariedade diante de eventual revolta. O que levou alguns marinheiros a opinar que era impossível contar com a maioria dos navios da Armada. Em alguns navios, os oficiais intendentess desviavam o dinheiro da alimentação para outros fins, chegando mesmo a dispor de uma "caixinha", e criando assim pontos de atrito que poderiam ser devidamente explorados para um movimento. No entanto, essa não era a política oficial da Administração Naval. Também era pouco provável que se pudesse adquirir adeptos para uma tarefa que desde o princípio exigia unidade monolítica e liderança incontesteável, baseada na total confiança da massa de marinheiros, coisa que não era o ponto forte dos partidários da rebelião. Diga-se de passagem que alguns até possuíam uma consciência de classe bastante sólida. Todavia, ela não ia além da revolta contra os regulamentos da Marinha, ponto sobre o qual todos os subalternos, mesmo os mais conformistas, estavam de acordo.

É também importante acentuar aqui o caráter anarco-sindicalista de uma rebelião pura e simples. A falta de senso da realidade e talvez mesmo o desconhecimento das condições históricas que motivaram a Revolta da Chibata de 1910, liderada por João Cândido, fizeram com que os parti-

dários da rebelião tomassem como modelo um tipo já superado de revolta. Infelizmente não havia condições para se aprofundar o conhecimento de experiências históricas importantes, como por exemplo a da revolta da esquadra espanhola durante a guerra civil. Só os oficiais podiam estudá-las, já que tinham acesso fácil aos arquivos da Biblioteca Naval. De qualquer modo, o Serviço Secreto da Marinha sempre tratou de monopolizar este tipo de informação. Claro que o simples conhecimento livresco destas rebeliões não traria grandes benefícios aos marinheiros. Porém o que queremos mostrar aqui é que alguns marinheiros da AMFNB tinham escolhido um modelo para "sua rebelião". Modelo que era muito difícil aplicar com sucesso naquela época (1962).

Analisando as posições dos "conformistas", partidários da aproximação com os oficiais, veremos que eles também estavam muito longe de uma posição política correta. O aspecto curioso no reformismo de João Barbosa e de seus partidários é que representava ao mesmo tempo duas tendências contraditórias: uma individualista, onde talvez se sonhasse em promover objetivos pessoais, e outra, reformista, social, tentando integrar o marinheiro marginalizado à sociedade. O liberalismo desses marinheiros tinha origem em sua vivência como elementos da pequena burocracia da Marinha, isto é, quase sempre prestavam seu serviço militar em terra firme, lidando pouco com a dureza dos trabalhos nos navios. Era corrente a influência liberal de alguns oficiais chefes sobre essa camada de marinheiros, que eram tratados muito mais "humanamente" do que seus companheiros em serviço nos navios. Mas isso em absoluto não os transformava em "traidores da classe", como alguns interpretavam. Eram apenas elos mais fracos, por onde podia penetrar a influência dos oficiais. É de se notar que os almirantes reformadores liberais (como o almirante Goyano) exerciam influência política sobre esses pequenos burocratas. Assim é que, diante da impossibilidade de uma rebelião, os fundadores da AMFNB nomearam uma comissão para elaborar os estatutos da nova entidade. Esta comissão escolheu como redator João Barbosa (primeiro presidente da AMFNB).

Os estatutos foram feitos à imagem e semelhança de João. Segundo ele, não foi preciso basear-se em nenhum estatuto conhecido: "tranquei-me num quarto durante um dia inteiro. Quando terminei, fomos direto ao Cartório Público e registramos."

Segundo os estatutos, o presidente tinha amplos poderes: nomear e destituir diretores (exceto os eleitos), movimentar a conta bancária junto com o tesoureiro, promover reformas ou emendas no regimento interno, além de exercer a direção efetiva da Associação.

A luta política pelo controle dos postos chave da Diretoria ainda não havia começado. João, sentindo que os partidários da rebelião ainda não tinham sido derrotados, propôs numa reunião a renúncia coletiva da Diretoria. Conseguiu a renúncia escrita da maioria dos membros, porém ele mesmo não renunciou, ficando com a maioria, pois tinha o direito de nomear novos diretores. Perdeu no entanto uma cláusula importante: a introdução de eleições diretas para o cargo de vice-presidente da AMFNB.

As eleições do vice-presidente assumiram a importância de uma luta pelo controle da Diretoria. Desde logo, os partidários da chapa apresentada por João Barbosa se mostraram incapazes de conduzir a campanha com sucesso. Pareciam já derrotados antes do pleito, não possuindo um programa que os definisse como força organizada. Apesar do clima de aparente supremacia da oposição em relação a João Barbosa, a situação era de um frágil equilíbrio entre as duas tendências, sendo que a oposição encarava a eleição do vice-presidente como um ponto muito importante, pois apoiando-se em posição mais sólida poderia golpear com sucesso o monopolismo existente na Diretoria, substituindo assim o predomínio da corrente "pró-

almirantado" pela posição que considerava mais correta: independência em relação aos oficiais. A oposição, sentindo-se reforçada, lançou uma plataforma política pregando entre outras coisas o direito dos marinheiros de participar da política nacional. Não se pode negar aí a influência do movimento dos sargentos, que haviam eleito Garcia Filho para a Câmara Federal. Esse tema, que João Barbosa considerou perigoso, foi incluído no programa da oposição, embora esta não ignorasse as dificuldades práticas para se adotar tal proposta. Enquanto que João e seus partidários, influenciados pelos oficiais liberais, preocupavam-se em solidificar uma instituição beneficente. Fazer política, sustentavam, fica para os políticos profissionais e os oficiais. Os marinheiros da oposição defendiam a politização dos subalternos e em consequência sua atuação como força política ao lado das demais forças populares. Para eles a beneficiência era apenas instrumento de determinadas ações concretas, e não fim em si mesma. De resto a crescente penetração da Associação nos navios e repartições contribuiu decisivamente para a formação de uma corrente nitidamente política, contrária aos interesses dos mais conformistas. A agitação feita pelos elementos da oposição, aproveitando todas as oportunidades para levar aos navios a luta política, assumia um aspecto cada vez mais positivo sobretudo onde predominavam os marinheiros mais jovens, abertos às idéias políticas propagadas durante o governo João Goulart.

Nesta atmosfera, na qual o grande problema ainda era definir que rumos tomaria a Associação, foi realizada a eleição para vice-presidente. A vitória da oposição foi realmente tranquila. Esta tranquilidade somente foi quebrada no dia das eleições, pelo tom dos oradores, principalmente um cabo artilheiro, que servia no cruzador Barroso. Otacílio ou Tátá, como era conhecido, iniciou a defesa da chapa vitoriosa recordando João Cândido e sua rebelião, disse que o Almirante negro representava para os marinheiros uma figura muito mais importante que o herói oficial da Marinha, Marcílio Dias; e que o espírito do movimento contra a "chibata na Marinha" devia estar presente nas mentes de todos os marinheiros. Afirmou que estava há dez anos na Marinha e que havia esperado pela organização dos marinheiros durante todo esse tempo, pois, continuou, "chegou o momento de lutar por nossa dignidade de homens feridos nos seus direitos". Otacílio se emocionou profundamente e não chegou nem mesmo a terminar seu discurso. Muitos dos marinheiros presentes também participavam desse mesmo sentimento do orador. Depositavam mesmo uma grande confiança na Associação e esperavam que os atos de seus dirigentes correspondessem às palavras. A luta iniciada naquele momento não comportava, para a massa, contemporizações diante da realidade.

É necessário ter presente, quando se fala destes fatos, que a própria idéia da Associação estava profundamente enraizada na mente dos marinheiros. Defender as reivindicações da Associação era também afirmar uma posição nitidamente política, pois nenhum marinheiro ou fuzileiro aceitava a idéia de viver exclusivamente para a Marinha como o pretendia a ideologia dominante na Armada. Embora muitos não compreendessem o significado dos efeitos de uma prática política, queriam se desvencilhar, por quaisquer meios, dos absorventes deveres da caserna. Começavam a duvidar da autenticidade do chamado "juramento à bandeira". Compreendiam a natureza parcial dos regulamentos disciplinares aplicados com extremo rigor aos subalternos enquanto que praticamente não existiam para os oficiais. Os marinheiros e fuzileiros, quando ingressavam na Marinha, eram obrigados a um tipo de juramento que exigia obediência aos superiores hierárquicos e sacrifício de toda liberdade em troca de pertencer ao "corpo do pessoal subalterno da Armada". O mesmo não acontecia aos oficiais. Destes exigia-se lealdade ao regime.

Este tipo de sentimento, expressão da revolta dos marinheiros contra uma estrutura que havia mudado muito pouco desde a II Guerra Mun-

dial, refletia-se também no próprio comportamento social da marujada. Nessa época a discriminação contra o soldado em geral e o marinheiro era uma prática muito sutil no meio social. A "rejeição" se tornava mais acentuada contra o marinheiro "maconheiro", frequentador assíduo da Central do Brasil e identificado como marginal. É claro que esse tipo de imagem contra o soldado era fortificado por uma dose sempre latente de antimilitarismo no seio da população. Este sintoma estava presente também nos quartéis e navios, trazido pelos oficiais. A maioria destes, de origem classe média, perdia tudo que ainda tinha de bom ao passar pela Escola Naval, adquirindo ali em troca a estupidez peculiar ao militarismo burguês, criador dos "tenentes", futuros "assassinos de guerra" e torturadores do CENIMAR. No caso particular da Marinha era este o tipo de "modernização" de que se orgulhavam os oficiais, exibindo-o como prova da mudança de estrutura da Armada. Esta modernização tecnológica era produto de suas relações com a Marinha americana no pós-guerra e não correspondeu a idêntica mudança de mentalidade em relação aos homens.

No plano social, por exemplo, alguns oficiais se vangloriavam do "pioneirismo" da Marinha em relação ao conjunto das Forças Armadas. A grande obra da Marinha neste campo era a Assistência Social, dirigida pela Assistência Médico-Social da Armada (AMSA). Este órgão foi bastante ampliado depois do golpe militar de 1964. Organizações deste tipo, criadas sob inspiração de modelos americanos, serviam para justificar, através de pequeno gasto em dinheiro para fins não-militares, o emprego nação de verbas na compra de material sobresalente para manutenção de velhos navios comprados nos Estados Unidos ou doados à Marinha por acordos militares. A dispendiosa manutenção destes veteranos de guerras passadas sobrecarregava o orçamento da Marinha e em consequência colocava em segundo plano qualquer outro tipo de programa. A Filosofia da Marinha resumia-se em que a velha esquadra se arrastava pelas costas brasileiras afim de cumprir o sonho dos almirantes defensores do "Brasil potência naval".

Segundo tal filosofia era preferível ter velhos navios com bons marinheiros do que navios modernos conduzidos por maus marinheiros. O regulamento disciplinar submetia o marinheiro de tal forma que para ele era preferível lutar fora da caserna por direitos que o regulamento sonhava do que esperar pelo reformismo vindo dos oficiais. Um oficial interpretando o regulamento podia denunciar ou punir arbitrariamente que nada lhe aconteceria. Se por motivo de uma ordem injusta causasse algum dano a um marinheiro, o único direito que este possuía era, segundo a linguagem militar, "ponderar à autoridade superior". Não se definindo até que ponto o cara pode "ponderar" fica mais fácil cometer qualquer tipo de injustiça simplesmente invocando o direito que tem o superior de dar ordens e o dever do subalterno de cumpri-las primeiro, para depois "ponderar". Em outros termos: o subalterno não tem alternativa dentro do regulamento. Mesmo que fosse possível considerar a média dos oficiais como preparados para fazer justiça, é óbvio que ainda assim cometeriam muitos erros. Geralmente a motivação que leva um jovem à Escola Naval inclui preceitos tais como o respeito à pessoa humana e a confiança na justiça em geral. Porém desde cedo, na Escola Naval, selecionam-se os mais dotados para a repressão e mais solidários com a ordem estabelecida. Dificilmente passa pelo filtro da Escola Naval um aluno-oficial que tenha idéias consideradas perigosas ao exercício de sua futura profissão. Ao receber seu diploma, o oficial do corpo da Armada ingressa numa categoria superior, inacessível a quem não passou pelo teste da Escola Naval. O almirante Aragão, por exemplo, quando foi promovido a oficial general durante o governo de Jango, causou uma crise interna na Marinha dada a onda de protestos e indiscipli-

na contra a medida, pelo fato desse almirante não ter entrado na Marinha pela Escola Naval. A outra classe da Marinha são os chamados subalternos: oficiais auxiliares, suboficiais, sargentos e marinheiros.

Depois de toda essa doutrinação recebida na Escola Naval, se por acaso alguém que não se guia muito pelo Regulamento militar da Marinha consegue ainda assim chegar aos navios como oficial, pode estar certo de nunca chegar ao almirantado na ativa. Até mesmo na Escola de Guerra Naval é difícil que entrem. Normalmente só ocuparão mesmo cargos sem importância. Na Marinha, promoção significa "conceito", prestígio. Para ter "conceito" o oficial se submete a um constante controle de sua vida, tanto na caserna quanto na vida privada. O incrível desse esquema é que em aparência tudo é resolvido dentro de uma criteriosa e democrática escolha. A classificação na lista de promoções da Marinha é uma das preocupações fundamentais de um oficial que deseja subir na carreira, principalmente para os oficiais de escalão médio, pois aí é que geralmente se fica marcando passo. Já o oficial jovem é geralmente relaxado, dando pouca importância à lista de promoções. Mais tarde mudará de atitude. Talvez isto explique porque a mentalidade reacionária da Marinha mudou muito pouco nos últimos quarenta anos. A crescente politização dos oficiais, sua preocupação com os problemas sociais não foi além da compreensão burguesa-reacionária, nem constitui fator que pudesse mudar a ideologia da Marinha: um fascismo disfarçado de democracia. Aliás a única coisa que os fascistas da Marinha sabem fazer bem é disfarçar-se de democratas. O integralista e almirante José Uzeda (quando tenente, hoje o homem é democrata) é um líder no meio de "seus" oficiais. Costuma se metamorfosear de moralista e bom administrador, famoso pela sua dureza quando aplica o RDM. Ora, este oficial não é caso isolado na Marinha. Basta lembrar o golpista e paranóico Pena Boto, utilizado nas horas de crise política, ou o almirante Maurício Dantas Torres que pregava castigos rigorosos para os marinheiros. Todos esses tipos refletem a política da burguesia em relação às Forças Armadas. Por isso é que mesmo depois do "11 de novembro" Pena Boto e outros continuaram na Marinha. No governo João Goulart, Dantas Torres era comandante de uma base naval no Rio de Janeiro. A mediocridade política e a estupidez reacionária destes tipos não impediram que exercessem influência no meio naval. Esta velha classe de oficiais tem seus homônimos no Exército. Depois do golpe a burguesia distribuiu-lhes alguns postos de embaixador ou promoveu-os a empresários dirigentes da "livre iniciativa". Os "intelectuais" viraram embaixadores, enquanto os mais ambiciosos se tornavam empresários.

Diante disso, parecia que a História estava do lado da Associação dos Marinheiros. Enquanto aqueles senhores tramavam o golpe, a Associação dos Marinheiros praticava a democracia realizando eleições para vice-presidente. Pouco mais de 200 marinheiros compareceram às eleições para vice-presidente. Desse dia em diante haveriam de transmitir aos navios o espírito daquela reunião. Não demorou muito a se manifestar o resultado desta política, pois cerca de dois meses mais tarde a Associação crescia de quase três vezes o número de sócios, passando de 1.500 para 5.000. Sua propaganda carecia então de sistematização. Porém a força espontânea da massa de marinheiros era tal que todas as dificuldades de comunicação eram vencidas. Criaram-se dezenas de métodos para conseguir novos adeptos. Surgiu um jornal. Distribuíam-se panfletos e quando era possível, promoviam-se pequenas reuniões, nas torres dos canhões ou na cobertura de rancho, e intervalos das aulas. Chegou um momento em que o volume de informação era tal, com panfletos colados na parede, que nenhum marinheiro ou fuzileiro (a não ser os que não se interessavam) desconhecia a AMFNB e seus objetivos mais imediatos. Reforçada pelo apoio das massas, a AMFNB crescia de maneira muito rápida.

No início de agosto 62 reacende-se a luta política interna. A nomeação dos delegados da AMFNB nos navios, até então tinha sido dirigida por João, que segundo um critério muito pessoal, nomeava delegados de sua confiança. Isto se explica pelo desinteresse e desconfiança iniciais da massa dos marinheiros em relação à nova entidade, o que levava a comportamentos pouco políticos, permitindo adoção de critérios pessoais. Donde o individualismo dos membros da Diretoria e de pequenos grupos que aspiravam dirigir a Associação a partir de seus próprios pontos de vista. O grupo da "Oposição", cujas fileiras neste momento se engrossavam com novos elementos, fundia-se num pensamento político único e se convertia no mais forte veículo de combate a João Barbosa e sua diretoria. Esse grupo formado de marinheiros e fuzileiros navais com grau de consciência política considerável, tornava-se também expressão máxima dos outros grupos opositores, e núcleo em torno do qual eles se agrupam.

Porém João não se deixaria intimidar, usando todo seu vigor de orador para se defender das investidas da oposição. Nos primeiros meses quando seus adversários preparavam a ofensiva, ocupando os postos de "delegado-geral" e de vice-presidente, ele tentou uma contra-ofensiva nomeando uma comissão para estudar as modificações nos estatutos e outra para coo denar a organização de um "ginásio" com cursos do artigo 99 e de línguas.

Seus adversários porém eram bastante hábeis para evitar de serem envolvidos em manobras desse tipo. Na "Comissão de Educação" estava Marcos Antônio que se tornaria depois uma das figuras principais da Associação dos Marinheiros. No jornal A Tribuna do Mar a oposição podia contar com o diretor e um dos principais redatores. Também o tesoureiro-geral da Associação estava com a oposição. Marinheiro de primeira classe, grande agitador e propagandista, possuía o tesoureiro uma razoável cultura política além de ser inimigo irreconciliável das idéias defendidas por João Barbosa. Raul -este era seu nome- tinha ingressado na Marinha em 1958, na Escola de Aprendizes Marinheiros do Recife e não tinha sofrido as mesmas influências políticas que João Barbosa. Era portanto elemento aberto à polêmica e inconformado com o estado de coisas na Marinha. Suas posições políticas -consideradas radicais na época- tinham origem, ao que parece, na sua concepção contestadora da sociedade. Raul era um dos poucos marinheiros da Diretoria que se dizia claramente socialista. Embora não fosse orador de muitos dotes, era vigoroso e enérgico na discussão, conseguindo agrupar os marinheiros do "Centro de Instrução Almirante Wandenkolk" (onde estudava eletricidade) para participar da AMFNB. No C.I.A.T. durante o ano de 62 e 63 aglutinava marinheiros na Escola de Eletricidade e de Motores, propondo conferências e debates sobre assuntos de interesse de seus companheiros. Antes do término do curso Raul havia "recrutado" para a Associação grande número de sócios. Uma excitação febril tomou conta de várias escolas e não havia semana sem pequenos comícios. As reuniões levavam às vezes várias horas, pois os delegados da AMFNB no Centro de Instrução participavam de quase todas. Os marinheiros e fuzileiros seguiam-nas pacientemente, muitas vezes ansiosos de ouvir palavras de que gostavam, isto é, que lançavam luz sobre aquele movimento tão vigorosamente defendido pelos oradores.

Os dirigentes da Associação acusavam os oficiais de não permitir o livre trânsito nos navios aos seus delegados. Mas não colocavam palavras de ordem precipitadas. Os delegados da AMFNB procuravam ganhar os marinheiros pela persuasão, discutindo e aprendendo com eles. A participação de todos era verdadeiramente um processo democrático que atraía as simpatias. A palavra rebelião há muito deixara de ser usada.

No cruzador Barroso a ação dos dirigentes da Associação cumpria o programa da oposição, neutralizando a ação dos derrotistas e solidificando as posições políticas dentro da massa. A reação dos oficiais era neutralizada pela denúncia de suas atitudes contra os marinheiros e a AMFNB. Os oficiais passaram a ser identificados não como inimigos de classe (não havia condições ainda) mas como grupo antagônico, do qual não se poderiam esperar contemplações. O mais importante era a unidade dos marinheiros que se forjava. No cruzador Barroso este objetivo foi atingido antes que nas demais unidades.

Não foram boas as relações entre os marinheiros membros do Partido Comunista Brasileiro e a Oposição. Os problemas fundamentais da unidade dos marinheiros em torno da Associação não eram vistos da mesma maneira pelos membros do PCB e pela Oposição. Num encontro entre as duas partes, os membros do PCB criticaram as tendências políticas e perspectivas dos diretores da Associação, mas sobretudo no referente aos aspectos "radicais" da política da Oposição. Os membros do PCB achavam perigosas as colocações políticas que atraíssem o ódio da Administração Naval. Queriam também participar da diretoria a ser eleita proximamente. O representante da Oposição, em sua resposta, acusou o PCB de por em prática uma linha de traição das massas, e com certo orgulho recusou as teses que lhe pareciam uma heresia. Dali por diante os membros do PCB passaram a considerar a Oposição com grande desconfiança. Existia até certa animosidade que se refletia em quase todos os debates entre os dois grupos. Os membros do PCB, apesar de haver circunstâncias especiais (luta interna na AMFNB e necessidade de tomar uma atitude nesta luta) e a despeito de que o clima predominante era de boa vontade, adotaram atitude um pouco autoritária, de quem sabe tudo, pois é organizado. A Oposição, por sua vez, não fez por menos e tomou a posição de quem realizou uma tarefa sem apoio de Partido e portanto não está disposto a se submeter às normas internas deste partido. É bem verdade que a Associação, posteriormente, sofreu influência de várias organizações de esquerda, principalmente a POLP e os trotskystas. Mas em relação ao Partido, naquele momento, as coisas não andaram bem. Infelizmente, a falta de homogeneidade ideológico-política de alguns membros da Oposição fazia com que as relações com a esquerda em geral permanecessem num estágio muito primário, isto é, não iam além da solidariedade em termos políticos e de uma aproximação bastante tímida no plano organizatório. Faltava um conhecimento mútuo da Associação e da Esquerda. Quanto aos membros do PCB, posteriormente apoiaram a oposição na luta interna contra a corrente "reformista", chegando à unidade de ação que só foi quebrada em junho de 63, quando, já sob a presidência de José Anselmo, alguns membros do PCB foram destituídos do Conselho Deliberativo da AMFNB por difundirem palavras de ordem contra seus aliados e tentar formar uma diretoria sob controle do PCB, desenvolvendo uma política considerada como "trabalho de sapa". Apesar de não se condenar esta posição em termos de luta interna, temos que considerar prejudicial este tipo de atitude. De qualquer forma, a quase totalidade dos membros marinheiros do PCB, aderiram às posições políticas da oposição, que antes combatiam, e quando veio a repressão, alguns deles foram expulsos da Marinha e condenados à prisão. A impressão que se tem é que o dilema entre ser solidário ao Partido ou à política posta em prática pela Associação, foi resolvida em prejuízo do primeiro. (continua nos próximos números)

---

G. Zani: O DEBATE SOBRE O DOCUMENTO UMA AUTOCRITICA NECESSARIA  
SOBRE "UMA AUTOCRITICA NECESSARIA E A DISCUSSÃO EM "DEBATE"

Li Uma autocrítica necessária e segui a discussão em Debate. Acredito que os problemas de princípio e de método colocados agora em discussão pelos companheiros leninistas brasileiros são de profunda importância para todos, inclusive para os europeus. Não há pois de ser inútil apresentar algumas das considerações que esta leitura estimulou.

Mesmo se "Autocrítica necessária" é apresentada como um documento interno proposto pela Tendência Leninista da ALN (ALN-TL), ela tem evidentemente um interesse mais geral, como plataforma crítica para uma ação comum; como tal foi entendida e discutida pelos companheiros brasileiros que intervieram na discussão.

Várias razões justificam a proposta de reflexão crítica neste momento: quedas pesadas entre os responsáveis da guerrilha; atomização e luta interna entre os grupos da esquerda brasileira; fracasso do previsto desenvolvimento da guerrilha rural; e sobretudo, "o total desligamento das massas dos diversos grupos armados que atuam no país", como dizem os companheiros da ALN-TL.

Muitos dos problemas que nasceram desta primeira fase de reflexão crítica são de interesse geral e ultrapassam a situação específica brasileira e a intervenção nesta dos grupos marxistas brasileiros. Mas antes de entrar nestes problemas mais gerais, é importante deter-se em dois aspectos do método: a) a apresentação de um "programa da revolução"; b) o estilo da discussão entre os companheiros leninistas.

a) A apresentação, no "Uma Autocrítica necessária", de um programa da revolução pormenorizado contrasta com o caráter ainda aberto e problemático da análise proposta, e dá por resolvidos muitos pontos difíceis a respeito dos quais a análise é ainda incompleta. Isto já foi assinalado em um editorial de Debate (n.8) e em uma nota de F.de Andrade em "Sous le drapeau du socialisme" (nov.71). Não se trata de um erro "ingênuo" mas, como procurarei esclarecer adiante, de uma colocação coerente com outras dificuldades e falhas da análise. Em uma fase da elaboração teórica ainda pouco madura, um "programa da revolução" corre o risco de traduzir-se em um conjunto de propostas plausíveis mas apresentadas de maneira a-histórica. Por exemplo a abolição da censura é apresentada no âmbito de um programa segundo o qual "o regime que pretendemos estabelecer é uma democracia avançada, que seja uma ditadura de todas as classes e camadas sociais que participam do processo nacional libertador...". Mas desta maneira o juízo histórico sobre o papel que hoje, como instrumento da ditadura militar, tem a censura passa em segundo plano relativamente a uma afirmação, a meu parecer abstrata, da necessidade da abolição da censura. Em um programa de ação comum, como aquele apresentado pelos companheiros da ALN-TL, deveria vir a ter um papel relevante a construção do "programa da revolução" através da análise dos diferentes aspectos do choque de classes hoje; nesta perspectiva, o esclarecimento do papel da censura que a burguesia impõe e a necessidade da sua destruição adquiririam uma dimensão mais profunda.

b) A pesquisa comum de uma unidade de ação prática, a análise dos erros do passado, não é favorecida pela atmosfera criada pelas pequenas "alfinetadas", pelas pequenas "vinganças verbais". F.de Andrade exprime o seu desacordo com uma das teses da ALN-TL dizendo que "não reconhecer isso é cair no chauvinismo social-patriota" (em Debate n.7). A. Silva introduz aquilo que os companheiros da ALN-TL definem justamente um "juízo de moral": "dizer que o desvio se deve a estes últimos é falta de sinceridade revolucionária." (Debate n.7). Outras vezes esta desconfiança traduz-se em pequenas trocas de frases "azedas": "como pretende fazer entender a crítica de F.de Andrade" (resposta da ALN-TL) (Debate n.8) à qual obviamente responde F.A. no mesmo tom azedo: "contrariamente ao que querem dar a entender os companheiros..." (Debate n.8). Estas observações não são moralísticas ou formais. Frente aos problemas dos companheiros brasileiros, estas expressões parecem-me facilmente evitáveis.

Desejaria agora esclarecer a importância da discussão para nós comunistas europeus. Está claro que o Brasil e, mais em geral, a América Latina apresentam características de desenvolvimento econômico, es-

estrutura social e organização política que exigem a elaboração de táticas específicas e a definição de objetivos organicamente conexos com a realidade existente. Mas, para definir estes objetivos e caracterizar estas táticas, é necessário dominar um método de análise da realidade econômica e política, e instrumentos críticos que permitam depois individualizar as propostas de ação - método e instrumentos que só podem ser elaborados em comum com os comunistas de todo o mundo. Aquilo que nos une é a pesquisa comum (no campo do marxismo) de critérios que permitam definir a justa relação, em cada específica situação histórica, entre realidade econômica e política por um lado e programa de ação do outro. As situações históricas serão cada vez, diferentes, assim como as relativas propostas de ação e de organização; mas o fato de que estas sejam, em cada caso, historicamente "justas" (ou seja, adequadas e positivas) só pode ser o resultado do uso de um método elaborado em comum. De um caso específico como aquele brasileiro, então, nós comunistas europeus podemos aprender tanto uma lição de método quanto de ação. Deste ponto de vista, a autocritica dos companheiros da ALN-TL considera já resolvida toda uma série de problemas implícitos cuja solução não é absolutamente óbvia. É por isso que se chega depois tão rapidamente ao "programa da revolução". Mas uma análise não ambígua, perfeitamente explícita, dos problemas iniciais, da própria justificação da existência dos grupos marxistas militantes, ainda está faltando. Acredito que estes problemas podem esquematicamente, reduzir-se a dois: a) porquê agir?; b) como agir entre as massas?

a) Porquê agir? significa na realidade: porquê colocar o problema da revolução de maneira qualitativamente diferente agora, sob a ditadura militar, de como fora colocado antes, sob a ditadura "democrática" da burguesia?

É um problema estritamente conexo com aquilo que se traduz na oposição entre "estratégia socialista" e processo nacional libertador que corre entre as linhas de quase toda a discussão, mesmo se os dois problemas não devam ser confundidos entre si. O fato de que se trata de um problema primário, básico de cada programa de ação, faz com que este venha automaticamente considerado "óbvio" ou resolvido. Pelo contrário acredito que seja necessário retomá-lo em exame desde o início porque uma sua correta solução poderia iluminar toda a análise que se segue.

Trata-se de um problema ao qual um companheiro europeu pode ser particularmente sensível. Os companheiros sulamericanos terão certamente notado com irritação a facilidade com que a maior parte da esquerda européia (mesmo a menos combativa) aceitou como óbvia a escolha da luta armada na América Latina; a identificação "ditadura militar" = necessidade de luta armada" permitiu muitas vezes uma genérica solidariedade com os companheiros sul-americanos, fornecendo ao mesmo tempo um cómodo alibi às posições oportunistas e revisionistas nos países europeus que gozam de formas menos explícitas de duras de ditadura burguesa.

Acredito no entanto que o juízo sobre as possibilidades de utilização da luta armada (ou, em particulares situações, sobre a sua necessidade) deva ser melhor fundamentado. Por exemplo, durante todo o período fascista na Itália, apesar da repressão política muito dura e do claro caráter de classe do regime, os comunistas não puderam organizar formas extensas e eficazes de resistências, armada, de sabotagem etc., mesmo não excluindo em princípio estes instrumentos de ação. Com a queda do fascismo e a sucessiva ocupação militar da Itália por parte do exército alemão (com a colaboração dos resíduos da milícia fascista) criaram-se condições favoráveis ao aparecimento de um amplo movimento "partigiano", da plataforma essencialmente "nacional libertadora". Foram de aliança, de ação comum, de compromisso militante que não tinham sido possíveis antes, foram possíveis pela dureza e pelo caráter estrangeiro da ocupação militar. A continuidade e coerência no essencial da posição dos comunistas, juntou-se então (quando caiu o fascismo) uma rápida

da mudança nas posições das outras camadas sociais (em particular, da pequena burguesia) que tornaram possível o aparecimento de formas de luta armada de massa.

Acredito que este exemplo possa oferecer alguns elementos úteis de análise para a atual situação nos países da América Latina sujeitos a formas diversas de ditadura militar. A escolha, e as possibilidades de luta armada, agora, deveria derivar de considerações que não estejam somente ligadas ao estado de exploração, empobrecimento e opressão política das classes populares; mas que levem em conta explicitamente a evolução possível, em um regime de ditadura militar, da política de alianças levadas adiante pelos comunistas.

Isto porém não resolve completamente (e o exemplo partigiano italiano é novamente significativo!) o problema do controle sobre a "estratégia socialista" de um movimento de luta armada. A aliança entre forças sociais diferentes e objetivamente contraditórias pode de fato realizar o "processo nacional-libertador" e em seguida bloquear, se não forem controladas de maneira adequada, a "estratégia socialista".

Acredito então que seja tarefa dos comunistas colocar a análise do processo que leva à possibilidade de formas armadas de luta em uma perspectiva mais ampla de continuidade e coerência.

É talvez necessário abandonar, pelo menos por algum tempo, a demasiado fácil adjetivação de "revolucionário" (que particularmente na América Latina, tomou cores extremamente pouco precisas e por vezes demagógicas) para utilizar sem ambiguidades aquele de "comunista". O problema: Porquê agir? traduz-se então no seguinte: "qual é a continuidade política das novas formas de luta, que se tornaram possíveis pela repressão desencadeada pela ditadura militar, com a luta política desenvolvida durante a última década? como esta experiência converge para um mesmo fim? e no que se refere à estratégia comunista de tomada do poder por parte do proletariado, o que mudou que torna necessárias e possíveis formas de luta mas avançadas daquelas utilizadas até 64?"

Sobre este problema não encontro resposta nem na "Autocrítica necessária" nem na discussão posterior; o problema não é nem mesmo colocado explicitamente (no máximo são dadas algumas respostas implícitas nas críticas à política passada do PCB); parece que seja considerado "óbvio" que a situação atual seja "revolucionária". Acho porém que isto não seja suficiente.

Para esclarecer inicialmente o problema, toda ambiguidade sobre a estratégia deve ser eliminada de início. Na discussão da Tese (1967), os comunistas de São Paulo escrevem: "Os comunistas sempre apresentam às massas com clareza, o tipo de governo pelo qual lutam". Se aceitamos este ponto de vista, é difícil compreender a insistência com a qual vêm rechassadas as posições definidas "esquerdistas": "fica claro que não estamos de acordo com aqueles que partindo de um ponto de vista "esquerdista" não admitem um programa nacional-libertador e democrático exigindo a instalação imediata da ditadura do proletariado, não considerando o processo revolucionário como resultante de contradições socio-políticas, para se fixar unilateralmente na contradição econômica fundamental..."; assim como é impossível aceitar a redução da estratégia comunista a "substituir tal governo ditatorial por um governo que assegure a independência do país" (a primeira frase é de ACN e a segunda do documento sobre as Teses dos comunistas de São Paulo.)

Uma política de alianças deve ser justamente organizada em torno de uma correta análise de classe da realidade brasileira; mas esta análise não pode, para os comunistas, levar à substituição da palavra de ordem "conquista do poder" por afirmações de fé no desenvolvimento futuro democrático, do processo "nacional-libertador" (ou na possibilidade

de controle deste desenvolvimento).

Volto à observação inicial: qual é a continuidade entre as formas e os objetivos de luta possíveis agora e a luta de classes das últimas décadas? em que sentido a luta armada para a destruição da ditadura militar é uma das formas para a destruição do estado capitalista? As formas concretas de ação, de luta e de alianças, adquirem um sentido e uma perspectiva de controle e de desenvolvimento somente à luz da resposta a esta pergunta.

b) como agir entre as massas? A esta pergunta não há resposta, nem no documento da ALN-TL nem nas contribuições dos outros companheiros. O discurso é ainda, e somente, técnico: sobre a possibilidade ou não da guerrilha urbana ou rural; sobre a organização dos grupos táticos armados urbanos" ou dos destacamentos de propaganda armada" ou do futuro e almejado- "exército revolucionário do povo".

Todavia o problema da ação armada não pode ser discutido em abstrato, de modo independente relativamente às tarefas que esta escolha apresenta aos militantes comunistas (e, neste sentido, a resposta à minha pergunta; porquê agir? fundamental para que se possa corretamente colocar a segunda pergunta.)

Em alguns dos primeiros documentos da guerrilha (por exemplo em "Cuestiones de organización" de Marighella, em Pensamiento Crítico n.37 (1970) a organização da guerrilha era justificada muitas vezes com a necessidade de fornecer, nos casos mais graves de luta de classe, "uma potência de fuego", uma estrutura de autodefesa às massas populares.

Os grupos armados, principalmente sob a ditadura militar, podiam ser ou tornar-se a condição necessária para que se desenvolvesse uma marcante luta de classe: mas não deve ser esquecido que: nesta estratégia é a luta de classes, a nível de massa, o objetivo dos comunistas. Os grupos armados, quando possíveis, deveriam tê-la defendido.

Esta questão depois desapareceu, e a luta armada (também pelo "esquema artificial da OLas", como dizem os companheiros da TL-ALN) tornou-se um fim em si mesmo, instrumento primário da revolução. Mesmo nos momentos de maior combatividade ela não foi usada como instrumento de autodefesa do movimento de massa; teorizou-se pelo contrário a transformação em "exército do povo" como elemento determinante para a destruição da ditadura militar. Acredito que muitas experiências do passado ensinam como mesmo uma revolução vitoriosa possa depois conduzir à devolução do poder à burguesia, quando faltou uma participação ativa e política dos operários e camponeses no processo revolucionário.

Os companheiros da ALN-TL pensam que muitos dos limites da atual situação dos grupos marxistas brasileiros devem-se à influência pequeno-burguesa dos estudantes, dos intelectuais, de um debrayismo acriticamente aceito. As observações sobre o caráter de classe (pequeno burguês) do aventureirismo militarista são por certo corretas; mas a proposta (pelo menos no que se refere à ALN) de uma volta à linha política dos comunistas de São Paulo parece menos convincente. Acredito que as fraquezas, os limites da análise que já procurei discutir antes, estejam já presentes no documento dos comunistas de São Paulo como também em muitos textos de Marighella. Uma autocritica necessária provavelmente deverá tocar profundamente também esses textos.

Certamente é verdade como afirmam os companheiros da TL-ALN que "o sacrifício dos companheiros mortos na guerrilha serviu para demonstrar a possibilidade da luta armada". Foi para todos nós comunistas no mundo um acontecimento de importância extraordinária; muitos de nós fomos vítimas de um inconsciente respeito pelo potencial militar, pelo enorme poderio técnico do inimigo de classe e pelas possibilidades de sua repres-

são. Os companheiros da América Latina nos indicaram como, mesmo na situação atual o instrumento da luta armada é um instrumento realista e eficaz. Acredito porém que esteja ainda aberto o debate (ao nível da teoria lininista e ao nível da ação) sobre o como este instrumento deve ser usado, ao serviço de uma estratégia comunista pela tomada do poder, em cada situação histórica.

G. Zani / fev. 1972

#### A PROPÓSITO DAS OBSERVAÇÕES DO COMPANHEIRO G. ZANI

A presente contribuição do companheiro G. Zani constitui a primeira iniciativa no sentido de integrar os camaradas europeus à elaboração coletiva da linha unitária que deve guiar os comunistas brasileiros. Como deixou claro em seu artigo, muitas questões de fundo, principalmente quanto ao método de análise da realidade, estão longe de representar especificidades de cada processo e constituem sem dúvida alguma as bases mesmas do materialismo dialético, são portanto universais.

Concordamos com o companheiro quando observa a pobreza da argumentação em torno daquilo que fundamenta a forma central da luta revolucionária no Brasil. Afirmar a luta armada abstratamente ou reduzi-la à seus aspectos técnicos, eis a grande fraqueza de quase todas as tentativas de síntese teórica existentes. Já há algum tempo Debate vêm tentando fugir dessa dicotomia e avançar a discussão para um terreno que garanta o desenvolvimento de um trabalho verdadeiramente marxista-leninista onde a prática armada não se torne novamente um fetiche para os setores avançados das massas, mas para que ela represente e reflita um avanço político real do movimento da classe operária, do proletariado rural e dos demais aliados.

Quanto às críticas ao método ou estilo da discussão travada em torno de A.C.N., concordamos em parte. Nem sempre é possível evitar algumas "afinetas". Se num debate político alguém opta por estilos elípticos para expressar seu pensamento a resposta deverá, para ser eficaz, tratar daquilo que está explicitamente dito (denotação) sem esquecer dos possíveis significados conotativos. Evidentemente todos devemos ser claros na exposição de nossas idéias. No entanto, a falta de hábito pelo debate aberto de posições (e escrito) é mais uma das fraquezas que carrega o movimento comunista brasileiro. Alguns dados novos indicam que essa situação tende a mudar, e o artigo do companheiro em Debate constitui um deles.

Debate está aberto a todos os companheiros que queiram intervir na discussão que ora se trava. Neste número trazemos a sequência das réplicas às críticas feitas à A.C.N.. Por motivos de espaço deixamos para o próximo número a réplica à resposta de A. Silva. Aguardamos aquelas referentes à Paulo Lemos e Diogo Tavares.

A recente intensificação da luta ideológica e a maior clareza em relação a determinados pontos levou-nos a decidir iniciar nos próximos n.os a elaboração daquilo que estamos chamando nossa plataforma política. Debate cumpriu até agora os objetivos que se deu com respeito à luta ideológica, e nesse processo percebeu a necessidade de sistematizar em um documento as questões em relação às quais todos os seus militantes encontram sua unidade. Isso contribuirá para a clarificação política necessária e permitirá aos companheiros que divergem precisar melhor suas críticas. Ela representa para nós um instrumento necessário na procura da unidade dos marxistas-leninistas brasileiros, e no fortalecimento das suas concepções.

Junho 72  
pelo coletivo Debate  
A. Silva

REPLICA DO COLETIVO TL/ALN NO CHILE AO  
COMPANHEIRO F. DE ANDRADE

O companheiro F.A. ao ilustrar nossos pretendidos "equivocos da libertação nacional" demonstra na realidade seus efetivos equivocos ao analisar a sociedade brasileira contemporânea. Portanto, afim de respondermos às confusas objeções do comp. F.A., nos vemos obrigados a fazer referência não somente às duas intervenções dele sobre nosso documento básico "Uma autocritica necessária" (Debate, n.7, pp.47-50 e Debate, n.8, pp.30-33), mas também a vários editoriais de DEBATE e a dois outros artigos; F. de Andrade, "A morte de Carlos Lamarca e a situação do movimento revolucionário no Brasil", in Sous le drapeau du socialisme (SLD), n.57, novembro 1971, pp. 16-18 e Joao Quartim, "A natureza de classe do Estado brasileiro, in Les temps modernes, ns.304-305, de novembro e dezembro 71, pp.651-675 e 853-878.

A seguir reconstruimos sinteticamente o processo lógico do comp. F.A. O esquema abaixo não é uma simplificação polêmica, pois a finalidade da presente réplica consiste em fazer um balanço de posições políticas, não em travar polêmicas (aliás, deixamos de lado toda uma série de contradições secundárias). O raciocínio do comp. F.A. é o seguinte:

- I- "o Grande Capital tem, em nosso país, uma base própria de dominação de classe" (Debate, n.7, p.3)
- II- "quem ganhou a vitória reacionária de 1964 não foram os setores mais "atrazados" e sim os setores mais "adiantados" das classes dominantes" (D.-7, p.3)
- III- "o fato de que o Estado capitalista brasileiro tenha assumido no Brasil a forma de uma autocracia militar-burguesa não representa uma "lei objetiva" do desenvolvimento histórico do capitalismo em nosso país" (D.-8, p.31); "o regime oligárquico-militar não é o único regime político-nem sua política econômica a única política econômica- capaz de preservar as relações capitalistas de produção na América Latina" (D.-5, p.5)
- IV- "o regime de 64... desenvolveu a segunda contradição (a saber, "entre a Nação e o Imperialismo") na medida em que, promovendo a transformação monopolista de Estado de nossa economia, alterou o conteúdo de sua relação com o sistema capitalista mundial. (...) a dependência do Brasil em relação ao sistema capitalista internacional não mais se exprime como contradição entre Nação Colonizada, ou Neo-Colonizada... e Imperialismo Colonizador, mas como País Capitalista Dependente e País Capitalista Hegemônico" (D.7, p.4).
- V- "Descapitalização relativa da economia nacional, eis o fenômeno principal de nossa dependência em relação aos países capitalistas metropolitanos... Ora, a luta contra a descapitalização relativa de nossa economia é uma luta essencialmente anti-imperialista, mas não uma luta de libertação nacional" (D.8, p.31).
- VI- "Porisso mesmo, a luta anti-imperialista é apenas um momento tático de um programa marxista-revolucionário para o Brasil" (D.8, p.31).
- VII- "Os setores da burguesia que podem a curto prazo ser neutralizados são pois aqueles que se dispõem a lutar pelas liberdades democráticas, isto é, contra a ditadura. E não pela "libertação nacional" (D.8, p.33). "A característica fundamental deste bloco (a saber, do "bloco nacional-burguês") é que pode ser neutralizado por uma plataforma anti-imperialista e anti-ditadura" (D.7, p.10).
- VIII- "A tática do proletariado diante das contradições internas da burguesia deve pois ser: dos nacionalistas burgueses exigimos democracia, dos grão-burgueses republicanos exigimos nacionalismo" (D.6, p.15).
- IX- "... a ditadura é uma forma histórica concreta do estado capitalista brasileiro e... por conseguinte a luta pela sua derrubada é o objetivo central do programa unitário e a palavra de ordem principal de todas as lutas imediatas. Quem, como nós, adota esta segunda concepção, não pode falar em "estratégia nacional-libertadora", mas sim em programa unitário democrático e anti-imperialista. Recusamos igualmente a chamada "estratégia socialista" (D.8, p.32).

X. "Não sendo a obra de Lênin um corpo sistemático de teses e doutrinas, mas um conjunto de escritos de alcance e objetivos diferentes, versando no mais das vezes sobre questões de atualidade (da sua atualidade), a possibilidade de haver discrepâncias quanto à essência mesma do leninismo está objetivamente dada. A questão poderia parecer acadêmica se houvesse um largo consenso prático em nossa esquerda sobre o que é o leninismo. Ora, justamente é esse consenso que falta" (D.9, p.3). "Firmar primeiro os pontos que unificam, desenvolver uma prática unitária em cima destes pontos e confiar na elaboração coletiva para resolver os pontos polêmicos, e não a firmar desde logo os pontos cotrovertidos" (D.8, p.5).

Passemos agora ao exame de cada uma das teses citadas, para ver como o comp. F.A. parte de premissas distorcidas chegando a conclusões políticas aberrantes.

## I

Com esta primeira tese, o comp. F.A. pretende dizer que o capital monopolista brasileiro (e por conseguinte a atual ditadura que expressa sua dominação) não seriam "agentes de interesses estrangeiros" ou "mero prolongamento" destes (D.8, p.32).

Se o comp. F.A. se limitasse, com esta tese, que a raiz dos fenômenos econômicos-sociais-políticos do país deve ser procurada em primeiro lugar dentro do Brasil, nossa concordância seria total. Isto aliás vale para qualquer outro país, pois a contradição é em última instância sempre aquela entre explorados e exploradores, entre as forças produtivas materiais e as relações de produção vigentes. Também é claro que o Brasil contemporâneo não é uma qualquer "banana-republic", cujo regime sobrevive só graças a uma absoluta dependência do imperialismo norte-americano e à satisfação do imobilismo dos latifundiários "arcaicos". Em breve, o inimigo não vem só "de fora" e do "passado", como justamente assinalou João Quartim em Les Temps Modernes, pp. 665 e 668-669. Enfim, é óbvio que o golpe de 1964 não foi uma simples qurtelada, pois tinha um objetivo muito mais ambicioso: assegurar a dominação do capital monopolista ("brasileiro"-quer associado, quer subordinado ou integrado-, imperialista yankee e monopolista estrangeiro em geral) sobre a inteira sociedade brasileira.

Porém a raiz de todos os sucessivos erros do comp. F.A. está em usar uma tese tão óbvia num sentido que vai muito além da realidade, como particularmente sua quarta tese evidencia. Com efeito, ele emprega esta tese para subestimar a dominação imperialista yankee no Brasil (contra nossa tese nacional-libertadora), para neutralizar o "bloco nacional-burguês" e para vislumbrar a possibilidade de uma "reforma de estrutura" do "setor estatal". A atual ditadura brasileira não é um mero agente do imperialismo norte-americano, mas nem por isso deixa de ser subordinada ao país imperialista hegemônico (os EUA), e podemos afirmar que, quanto mais a ditadura estreitar suas bases de classe (torpedeando seus próprios aliados de 1964, que ela usou como "massa de manobra"), tanto mais sua principal força estratégica se deslocará para Wall Street e o Pentágono. Nós rechassamos a variante jambilista do conceito de "super-imperialismo", mas também não nos deixamos enganar pela propaganda da ditadura, toda vez que ela tenta reajustar o preço de sua subordinação ao imperialismo norte-americano (200 milhas, café solúvel, etc.). Em nossa opinião o comp. F.A. só inverteu as teses anti-dialéticas do Jambil sobre a dependência absoluta, realizando só uma "negação da negação"; trata-se agora de "superar" dialeticamente as duas teses. Ao nosso ver, conseguimos isso na Auto-crítica necessária (ACN) onde não caracterizamos o Brasil nem como uma "republicueta", nem como uma "potência"; a ditadura militar-fascista nasceu, e se desenvolve ainda, à sombra do imperialismo norte-americano, e tem sua autonomia só na medida em que ela se encaixa na chamada "estratégia global" do imperialismo dos EUA. Nunca devemos esquecer que a instalação da ditadura no Brasil (reconhecida pelos EUA até antes de sua posse, e cuja estréia é descrita por J.Q. em TM, p.864) coincidiu com o contra-ataque imperialista em escala mundial, durante a época de Johnson. (Ver também os materiais publicados em Frente Brasileiro de Informaciones, n.28, fev.72, sobre os "hearings" do senado dos EUA.

## II

Em virtude desta tese, o atual regime que oprime nosso povo seria uma "autocracia militar-burguesa", ao invés de uma ditadura militar-fascista e pro-imperialista (isto é, alentada e assessorada pelo imperialismo norte-americano). Na verdade, o comp. F.A. emprega diferentes expressões para definir a ditadura (tais como "estado oligárquico-militar", etc.) mas a expressão estatisticamente mais frequente em seus escritos é esta de "autocracia militar-burguesa". João Quartim também oscila no sentido que atribui ao termo de "autocracia", pois o emprega primeiramente como categoria geral que inclui o caso particular do fascismo (TM, p. 652) e depois como caso mais "simples" do conceito geral de fascismo (TM, p. 655). De qualquer maneira, o uso desta definição para o atual regime brasileiro está errado: (1) porque o comp. F.A. simplesmente adaptou ao Brasil a definição que Lênin deu do zarismo (não é esta a maneira correta de ser leninista); (2) porque a "autonomia" do poder estatal "militarizado" em relação à estrutura de classe interna e à subordinação externa do país é só formal e aparente. (3) porque é preciso substituir cada um dos termos da expressão "república democrático-burguesa" (que pode definir o regime -64) por um termo adequado para definir o regime atual. O conceito de "autocracia" historicamente se baseia num poder monárquico absoluto, justificado dinástica e teologicamente, sendo que o conceito de "ditadura" nasceu historicamente com um sentido que se pôde ser ilegítimo - nunca foi arbitrário, incluindo sempre entre suas várias formas o sentido de um "mandato" por parte das forças reais da sociedade. A questão não é bizantina: ao contrário do comp. F.A. afirmamos que a ditadura que oprime nosso povo não pode decidir por si só (autócrata), nem em nome da burguesia brasileira em seu conjunto: e sim que a ditadura representa só a burguesia monopolista crioula, sendo além disso subordinada ao capital imperialista, principalmente o norte-americano. Este último caráter da ditadura necessariamente vai se acentuando pois a monopolização da nossa economia sacrificou - além de todos os setores populares - os próprios aliados dos golpistas de 1964 (burguesia não monopolista e latifundiários "tradicionais").

Quanto à nossa caracterização da ditadura como "militar-fascista", obviamente não desconhecemos tudo que divide nossos "gorilas" dos regimes fascistas europeus. Porém nossa analogia entre o fascismo e a ditadura brasileira se baseia numa análise de classe do regime e não em simples aparências comuns, como parece entender J. Quartim em TM, pp. 656-657. Esta definição não dá conta de dois aspectos que o próprio J.Q. considera essenciais: (1) o fato de que no poder, não está a burguesia em seu conjunto, e sim somente a burguesia monopolista brasileira (quer associada, quer subordinada ou integrada) e estrangeira (do imperialismo norte-americano em primeiro lugar, e secundariamente de outros países); (2) o caráter inevitavelmente pro-imperialista da ditadura, que daí decorre (ver TM, pp. 873-874, sobre o impasse político da ditadura).

O regime, portanto, transformou o Brasil numa "cabeça de ponte" da penetração imperialista yankee no sub-continentes, obtendo em troca disso o papel de "satélite privilegiado". Nesse sentido, a melhor definição da ditadura é ainda "ditadura militar-fascista e pro-imperialista". Na Europa também, o nazi-fascismo nasceu como expressão de um bloco histórico das forças "mais reacionárias", mas quem se aproveitou desta vitória foi justamente a força hegemônica deste bloco: o capital monopolista nacional. As especificações "militar" e "pro-imperialista", na definição que propomos, corrigem oportunamente o conceito de "fascista", expressando as principais diferenças da atual ditadura brasileira em relação aquelas de Hitler e de Mussolini (isto é: papel das forças armadas e do partido "de massa" e tradição inter-imperialista). Enfim, nunca é demais alertar contra a tendência a deixar-se desviar pelo aspecto "dinâmico", "eficiente", "tecnocrático-iluminado" e "desenvolvimentista" com que a ditadura costuma apresentar-se. Enfim, evitar uma apologia da ditadura ("setor mais avançado").

A dominação da burguesia monopolista (no Brasil e no mundo) não tem nenhum "papel revolucionário a desempenhar", à diferença do papel histórico da burguesia quando toma o poder político. Portanto as roupagens com

que -dependendo das circunstâncias- a burguesia monopolista se disfarça (desenvolvimentismo, nacionalismo, "republicanismo", etc.) não passam de uma "pure tromperie". Tem importância muito secundária que até alguns expoentes da ditadura caíam vítimas de sua própria demagogia; isto é, que a propaganda corresponda às convicções subjetivas de alguns generais "albuquerqueístas": podemos explorar taticamente seus pronunciamentos, mas nunca devemos avalizá-los. Os mais rosados sonhos da ditadura são sempre pesadelos para nosso povo. Se for preciso, o capital monopolista pode tranquilamente substituir o aumento da produção pelo aumento da produtividade (aumentando a taxa de exploração); a autonomia nacional por uma maior subordinação ao imperialismo yankee (inclusive contribuindo à opressão de outros povos) e a "tolerância repressiva" pelo terrorismo de Estado (A.L.n.5)

### III

Para o materialismo histórico, não se dá na História nada de "fatal" mas também nada de gratuito; até na filosofia aristotélica tudo que existe tem sua precisa razão de ser. Esta tese contradiz toda uma série de afirmações contidas nos trabalhos em exame: "...os diferentes tipos de autocracia burguesa (são) o resultado histórico concreto da luta entre as diferentes classes e camadas sociais num determinado país capitalista" (TM, pp. 652-653) "a concentração monopolista da produção já era (no Brasil) uma necessidade objetiva e irreversível do desenvolvimento capitalista" (TM, p. 861); "a transformação monopolista da economia pressupunha, pelo menos durante um período relativamente longo, um estado autocrático e militar" (TM, p. 865); "necessidade da manutenção de uma autocracia militar-burguesa no Brasil" (TM, p. 864), etc.

Não podemos crer que esta contradição seja devida ao acaso. Em nossa opinião, esta tese só pode servir para justificar as seguintes conclusões: (1) pelo menos um dos setores da burguesia que lançou mão do golpe de 64 estaria disposta a renunciar àquela formidável arma de opressão do povo que é a ditadura (neutralizabilidade do "bloco nacional-burguês", em D.7, p.10) ou até vocação "grão-republicana" dos entreguistas (D.7, p.7), de acordo com a VAR. Inclusive, possível recuperação da contradição "mais frouxa" entre as matrizes imperialistas e as filiais dos grandes grupos no Brasil (D.7, p.6 e TM, p.873); (2) se a burguesia monopolista fosse flexível a ponto de fazer próprios os objetivos anti-imperialistas e anti-ditatoriais, o proletariado não poderia conquistar a hegemonia com um programa deste tipo; sua estratégia deveria ser socialista; (3) enfim, esta tese poderia ser interpretada como propensão do comp. à hipótese de uma possível "redemocratização", grande esperança dos pacifistas.

### IV

No entender do comp.F.A., a promoção pela ditadura da monopolização de nossa economia representou quase que uma "segunda independência" do Brasil. Depois de quatro séculos de desenvolvimento econômico em condições de subordinação, o Brasil -por simples evolução ou graças ao golpe- teria dado este salto de qualidade ("dependência", não mais subordinação), sem passar por uma verdadeira ruptura revolucionária. Ora, na ACN não usamos a definição para o Brasil de "país capitalista dependente" (assim como o conceito de "sub-imperialismo") porque -embora diferenciando o Brasil dos países coloniais- não distinguia nosso país de todos os demais países capitalistas, inclusive de algumas das "metrópoles" do capital imperialista. Por outro lado, já reconhecemos que foi incorreto usarmos o rótulo de "país neo-colonizado". Porém a expressão de "países dependentes" se pode aplicar a mesma crítica que o comp.F.A. dirigiu contra Jamil: "torna extremamente complicado, senão impossível, saber porque a situação em cada um destes países não é exatamente a mesma" (D.9, p.29).

Vejam os a seguir como se articula esta IV Tese:

(a) "...de duas, uma: ou se admite francamente a tese "colonial" de que a ditadura não tem uma base própria (burguesa) de dominação de classe... ou então se adota a tese materialista e dialética de que a ditadura é uma forma histórica concreta do estado capitalista brasileiro" (D.8, p.32). É uma falsa alternativa, esta de exigir que o Brasil só pode ser encarado como colônia ou como qualquer estado capitalista soberano, tendo apenas uma margem de

"dependência". Na "pirâmide" em que podem ser classificados os países capitalistas existem vários níveis: (1) no vértice se coloca o país imperialista hegemônico (os EUA), sendo que todos os demais países apresentam formas de maior ou menor dependência, podendo ser distribuídos como segue; (2) países dependentes em luta pela hegemonia (como o Japão e os países do MCE); (3) países dependentes sem condições de concorrência (como Espanha, etc.); (4) países subordinados com privilégio de "participação nos lucros" (como Brasil e México); (5) países subordinados com menores (ou sem) privilégios (a maioria dos demais países da A.L.); (6) países submissos (colônias, mais ou menos disfarçadas, ou governos-títeres); na opinião de João Quartim estariam hoje "em via de desaparecer" (TM, p. 860)

É claro que países como o Chile, a Jugoslávia e a Argélia escapam desta classificação, pois empreenderam caminhos mais ou menos alternativos ao capitalismo; sendo que outras revoluções não-proletárias (Peru, Equador, Egito, Líbia) podem entrar na categoria dos países dependentes sem condições de concorrência: nosso critério é mais político que econômico. Toda classificação pode ser tachada de artificial, mas não é legítimo distinguir só dois níveis (como faz João Quartim) confundindo assim os termos da questão. Em seu entender, o Brasil seria um país dependente em condições de concorrência (TM, pp. 861-862).

(b) "Podemos dizer... que as relações do Brasil com os centros hegemônicos do imperialismo são substancialmente diferentes das relações que com estes centros têm países como a Espanha?" (D. 8, p. 30). Contrariamente ao comp. F.A. nossa resposta é: sim. Aliás para o comp. F.A. o Brasil se colocaria até num escalão superior, pois já estaria exercendo o "sub-imperialismo" (D. 7, p. 4) Nos principais países da Europa Ocidental (inclusive Espanha) o processo histórico só episodicamente pode apresentar formas de dependência no desenvolvimento do capitalismo como as que se constatarem, por exemplo, na América Latina. A história do Brasil e de seu desenvolvimento econômico se processou sempre numa situação de subordinação ao imperialismo hegemônico; esta dependência, primeiramente foi integração (época colonial), depois submissão ao imperialismo inglês (sucessivamente ao norte-americano), enfim de subordinação (hoje com características de "cabeça de ponte" e de "satélite privilegiado") ao imperialismo dos EUA. Além disto, esta tese do comp. F.A. borra simplesmente todo o emaranhado de contradições provocado pela sobre-posição do imperialismo yankee ao capitalismo monopolista "indígena" dos países europeus; estas contradições envolvem o proletariado e os trabalhadores europeus muito menos do que as massas nos países subordinados ou submissos; por outro lado, enquanto contradições internas ao capital monopolista, essas contradições são mais fortes na Europa do que acontece entre monopolistas brasileiros associados e grupos imperialistas norte-americanos instalados no país. O chamado "sub-imperialismo" quando exercido por um país latino-americano, é coisa bem diferente da função análoga que podem desempenhar velhos imperialismos que ressurgem depois de uma derrota militar (como o alemão e o japonês) ou imperialismos "transplantados" (tais como o da União Sul-Africana e de Israel) ou ainda "subvencionados" (como o português). Não é questão de termos uma espécie de complexo de inferioridade, por ser o Brasil um país latino-americano; mas acontece que sua "potência" é pré-fabricada e permitida só nas dimensões necessárias para tentar o controle indireto de nosso sub-continente. Mesmo os "reconhecimentos" de Nixon a Garrastazu são privilégios graciosamente outorgados, embora correspondam também a uma necessidade objetiva do imperialismo yankee (o qual vai perdendo sempre mais seu fôlego, graças ao desenvolvimento da área socialista, aos golpes do movimento operário e socialista internacional, de seu próprio proletariado e dos movimentos de libertação nacional). É uma jogada do imperialismo yankee, essa de aliciar o chauvinismo da burguesia monopolista brasileira, afim de jogar latino-americanos contra latino-americanos. Uma coisa é a função política exterior que vários países chamados "sub-imperialistas" desempenham no quadro da "estratégia global" (assim chamada) do imperialismo norte-americano; bem outra é a realidade econômico-social-política interna de cada um deles. Os marxistas-leninistas não reconhecem valor científico às classificações unilaterais

que os intelectuais burgueses vêm constantemente inventando (com ou sem "prefixos gramaticais", com ou sem "perífrases"). Para tirar conclusões corretas na esfera da política, é preciso considerar uma determinada realidade nacional em todos os seus aspectos: a partir do econômico, mas mesmo assim sem fixar-se só em índices prestigiosos (tais como a produção de aço, o volume de exportação de manufaturados, etc.). No caso concreto da Espanha, prescindindo de todos os demais índices econômicos importantes (infra-estrutura bem mais forte, renda nacional per capita bem maior, comércio exterior bem mais diferenciado, menor participação do capital estrangeiro, etc.) e de alguns significativos reflexos políticos (maior autonomia, inclusive na política exterior), analisando só alguns aspectos do comércio exterior com os EUA temos já fatos muito significativos:

ESPAÑA- em 1968, o volume do comércio com os EUA representou 19,8% do volume total/ BRASIL- no mesmo ano, esta porcentagem foi de 32,6%/ ESPAÑA- em 1968, o volume do com. ext. com os EUA representou 29% do volume do comércio exterior com 7 países principais considerados (EUA, França, Alemanha Ocidental, Japão, Itália, Inglaterra e Suécia);/ BRASIL- no mesmo ano, e considerando os mesmos países, esta porcentagem alcançou 54%!/ ESPAÑA- em 1969, a porcentagem dos principais produtos manufaturados sobre o total das exportações foi superior a 41,6% (contando só: produtos químicos, têxteis, metais, máquinas, veículos, conservas alimentares)/ BRASIL- em 1970 (um ano depois) esta porcentagem era ainda 16,6% (TM, p. 856).

Além disso, no mercado mundial o Brasil é o 12º mercado para as exportações dos EUA, e seu 9º fornecedor; em fins de 1969, o valor das inversões diretas dos EUA no Brasil era de 16.000 milhões de dólares (14% do total das inversões privadas na América Latina e 2% do total das inversões privadas norte-americanas no exterior). Em 1970, 8 bancos controlados pelo capital estrangeiro detinham 58% dos fundos de inversões, e no setor industrial 42% dos capitais estrangeiros era norte-americano. Em 1971, 45% das exportações de manufaturados foi produzido por indústrias controladas pelo capital estrangeiro. Quem exporta (ou permite realizar indiretamente) mais lucros para os EUA, em relação à renda nacional: a Espanha ou o Brasil?

Como demonstrou Gonzalo Mertner (delegado chileno na 7ª sessão do CIES), na década 1961/70 a América Latina recebeu dos EUA 9.450 milhões de dólares de "ajudas" e devolveu 20.150 milhões de dólares em lucros repatriados, amortizações e juros. Qual é a parte do Brasil nesses 10.700 milhões de dólares? É uma pesquisa a ser feita, antes de fazer afirmações tão imprudentes como a do comp. F.A.O. Brasil, por ser um país economicamente bem mais dependente e bem mais explorado (já em 1967 a OEA dava a presença em nosso país de 28 das 100 principais empresas industriais norte-americanas, o máximo em América Latina) é também politicamente mais dependente do imperialismo yankee. Portanto, também prescindindo de todas as demais considerações possíveis, economicamente e politicamente o Brasil se coloca num escalão objetivamente inferior ao da Espanha.

(c)- "A importância econômica dos grupos monopolistas do imperialismo norte-americano (no Brasil) se distingue apenas quantitativamente da importância dos grupos japoneses, alemães..." (D. 8, p. 32).

O comp. F.A. parece aqui esquecer o básico da dialética materialista: entre quantidade e qualidade e entre determinação econômica em última instância e seus reflexos na superestrutura (principalmente na esfera da política). E além do mais ele esquece que o imperialismo yankee é hegemônico não só no Brasil, como também na inteira área capitalista mundial. A presença de uma hegemonia econômica do imperialismo norte-americano no Brasil (fato que o comp. F.A. admite com esse assombroso "apenas quantitativamente") vai muito além das já significativas tabelas estatísticas: condiciona "à dominante" todo o processo de desenvolvimento econômico de nosso país, por não falar de seus inevitáveis reflexos políticos e de outros tipos (culturais, sociais, etc.). Claro que existem importantes contradições interimperialistas, mas o comp. F.A. não pode deduzir daí um "pluralismo" da dominação imperialista no Brasil (falando de vários "centros hegemônicos") em alternativa à velha mas sempre válida tese da hegemonia do imperialismo yankee sobre os demais.

## V

Na opinião do comp.F.A. esta nossa "dependência" do imperialismo (descapitalização relativa e outros "efeitos específicos da dominação imperialista em nossa sociedade") não inclui nenhum aspecto político! Portanto, a "dependência" do Brasil seria só econômica e "multilateral" (Várias metrópoles) ao invés de uma subordinação política, principalmente em relação ao imperialismo dos EUA. Esta tese talvez seja original mas, francamente, é bem pouco aceitável. Nós, na ACN, não encaramos esquematicamente o imperialismo yankee como um polvo onipresente e onipotente (super-imperialismo), mas tampouco o subestimamos, como o faz o comp.F.A. Claro está que se adotarmos a análise unilateral do comp.F.A. (ao reduzir a dominação imperialista no Brasil a uma simples "descapitalização relativa"), o caráter de nossa luta não poderia ser de libertação nacional (além de democrática), e sim somente "anti-imperialista" exatamente como na Espanha, e até nos EUA! Analisemos em detalhe esta 5ª tese:

(a) "A luta anti-imperialista coincide com a luta de libertação nacional quando -e somente quando- uma nação oprimida enquanto nação, luta por sua libertação nacional contra o imperialismo" (D.8, p.31). Embora, no D.5, p.3 se admitisse a libertação nacional. Prescindindo da tautologia (uma luta é de libertação nacional quando é nacional-libertadora), a libertação nacional seria válida só para as colônias, que aliás estariam desaparecendo. Ora, na América Latina as áreas coloniais, no sentido tradicional do termo, são quase insignificantes. Devemos concluir que a libertação nacional é coisa para asiáticos e africanos? O Brasil não é um país militarmente invadido pelos marines, e daí? Nenhum país da América Latina tem hoje em dia mais que bases militares norte-americanas, com excessão de algumas chamadas "dependências" (Puerto Rico, Zona do Canal do Panamá, Guantanamo, Ilhas Virgens, etc. Devemos então pensar que esse processo revolucionário que abarca a inteira América Latina excluiria tarefas de libertação nacional? Os diferentes níveis de dependência dos países latino-americanos não têm uma raiz comum, um inimigo comum, uma interdependência recíproca? Nós da TL/ALN -ao mesmo tempo que negamos o "esquema artificial da OLAS"- na ACN não desconhecemos o fato de que a revolução brasileira é "também integrante de um processo de revolução continental específico da América Latina". Isto é, o Brasil -embora com todas suas particularidades específicas- não chega a constituir-se numa excessão: pois vimos que a hegemonia imperialista yankee, em nosso país, não é só econômica, e menos ainda "apenas quantitativamente" distinta. Além do mais, o fato de ser a ditadura brasileira uma "cabeça de ponte" e um "satélite privilegiado" (ou seja, "vítima e carrasco") nos impõe o dever internacionalista de ligarmo-nos às lutas de libertação nacional dos povos irmãos da América Latina. Ao objetivarmos para nosso povo uma estratégia nacional-libertadora e democrática, não estamos absolutamente confundindo o Brasil com as "nações oprimidas enquanto nações": simplesmente, nos recusamos a esquecer as características mais gerais de nossa luta, em nome de suas inegáveis características específicas. Como marxistas-leninistas, bem sabemos que "a contradição é sempre específica". Porém ao mesmo tempo que o comp.F.A. simplifica polemicamente nossa posição, ele cai num erro bem mais grave do que ele pretende seja o nosso, pois confunde o Brasil contemporâneo com todos os demais "países capitalistas dependentes". Concordamos com o comp.F.A., ao constatar que no Brasil de hoje a "subordinação do Trabalho ao Capital" não é formal (ao contrário de certos países do chamado "Terceiro Mundo"), tendo nosso país um alto desenvolvimento das forças produtivas. Porém, a partir daí, não se pode concluir que no Brasil não há mais subordinação (isto é, mais que uma simples "dependência") da burguesia monopolista brasileira (que tenha ou não veleidades "nacionalistas") em relação ao imperialismo yankee. (Ver, a este respeito as estatísticas de D.6, pp.12-13); além disto, o "setor de estado" se limita a fornecer as infraestruturas para a exploração monopolista ("nacional" e imperialista). Mas trataremos desta questão ao analisarmos a tese VII. Neste sentido, o próprio comp.F.A. admite que no Brasil contemporâneo "a concentração monopolista da produção... se reveste da particularidade de que a oligarquia monopolista hegemônica é estrangeira (contrariamente ao que se passa nas metrópoles capitalis-

tas)"(D.6,p.5). E que "a força dirigente ainda é o bloco 2(o bloco imperialista, que exprime os interesses da oligarquia financeira internacional). (D.7,p.10). Como negar, então, a subordinação e a consequente tarefa de libertação nacional, para apregoar um mero "momento tático" secundário, "anti-imperialista"?

(b)-"Mais que isso: é uma luta ambígua quanto a seu conteúdo de classe, e tanto pode ser feita sob hegemonia burguesa e/ou pequenc-burguesa (neste caso teremos soluções do tipo peruano ou nasseristas) ou sob hegemonia proletária. Insistir demais no aspecto "nacional" desta luta não ajuda a esclarecer-lhe a intrínseca ambigüidade..."(D.8,p.31). Esta poderia ser definida uma crítica "de esquerda" à nossa tese da estratégia nacional-libertadora (e democrática). Contrariamente ao que o comp.F.A. admite (a saber, uma hegemonia não-proletária na revolução brasileira), nós não temos esta ilusão de classe. A possibilidade de uma "via peruana" para nossa revolução, historicamente já ficou para trás: no período da revolução de 1930, e na possibilidade de os tenentes nela terem exercido uma hegemonia. Além disto, sempre ao contrário do comp.F.A., nós não temos nenhuma ilusão de classe nos setores "nacionalistas" da burguesia monopolista (sendo que Velasco Alvarado representa o nacionalismo da pequena-burguesia e da burguesia não-monopolista). Na ACN (ver item "a" da questão 1) dissemos claramente que o programa unitário que propomos para uma frente única não pode ser levado à prática por nenhum "nasserista" (notadamente pelos falsos nasseristas aos quais o comp.F.A. propõe dar "apoio crítico": os "albuquerqueistas") e sim somente com a hegemonia do proletariado em todo o processo revolucionário.

#### VI

Este "anti-imperialismo" seria um "momento tático" secundário, sendo que os "momentos táticos principais" são (como responde o comp.F.A. a nossa específica pergunta) "...objetivos que por si só não correspondem ao programa completo que os revolucionários marxistas devem defender no Brasil contemporâneo"(D.8,p.31). Veremos mais adiante (Tese IX) como este "programa completo" nunca aparece: o comp.F.A. deixa o leitor na dúvida se este programa se reduz à derrubada da ditadura ou se se deve entender como tal aquela "estratégia socialista" que ele publicamente (e inconsequentemente) rechaça, só por ser "economicista". O comp.F.A. reconhece que "realmente a expressão (a de "momentos táticos principais") soa meio gozado" e afirma em seguida: "não faço questão dela". Porém continua mantendo o conteúdo correspondente, isto é, a redução de todos os objetivos da presente etapa a simples questões táticas. Assim ele deve recorrer a perifrases, só por obstinar-se a não distinguir uma tática de uma estratégia. Analisemos melhor esta tese:

(a)-"a simples (!) derrubada do regime de 64 e a simples (!) confiscação dos grupos norte-americanos não chega a configurar os objetivos do "programa atuante" do proletariado. Qualquer coronel Kadhafi faz até mais do que isso"(D.8,p.32). Em primeiro lugar, a revolução que objetivamos não é nenhum golpe militar nacionalista; como já dissemos, nem sequer existem no Brasil contemporâneo as condições objetivas para tanto: hoje, no Brasil, só o proletariado pode levantar as bandeiras do "nacionalismo" e da "democracia" (naturalmente com um conteúdo social avançado), como primeira etapa de um processo revolucionário ininterrompido em direção ao Socialismo. Aqui no Chile também existem comp. que falam de "simples" nacionalização do cobre, negando o conteúdo revolucionário do processo em curso. Ora no Brasil uma tarefa dessas -levada a cabo por uma aliança de classes construída em torno da aliança operário-camponesa e tendo hegemonia proletária- seria mais avançada ainda, pois exige a derrota militar da ditadura e do imperialismo. Enfim, se essas "simples" tarefas da derrubada da ditadura e da confiscação não configuram um "programa marxista-revolucionário", é claro que o único programa que o comp.F.A. deveria propor (se ele fosse consequente) deveria ser socialista; embora ele rechace a "estratégia socialista"(D.8,p.32) que brota de seu artigo em questão. Ele escamoteia (aqui como em outros trechos também) as consequências políticas de suas teses, afirmando que nós lhe colocamos uma "falsa alternativa". No entanto, o comp.F.A. se a-

proxima bastante da "estratégia socialista": "democracia e libertação nacional como principais momentos táticos da luta pelo socialismo"(D.5,p.12); "não há programa popular fora da nacionalização dos principais meios de produção"(D.6,p.10),etc. Vale a pena reparar que,ao mesmo tempo que o comp. F.A. pretende queimar etapas,ele propõe "nacionalizar" em vez de "confiscar",como propomos na ACN. Porém em nosso entender,as vacilações do comp. F.A. entre teses "de esquerda" e posições de direita se resolvem em favor destas últimas,como veremos mais adiante.

(b)-"Ora,o fato que nossos "Kadhafis" e outros nasseristas tenham sido eliminados das forças armadas mostra bem que a "libertação nacional" não é o conteúdo principal do programa unitário que o proletariado revolucionário do Brasil deve propor ao conjunto das forças sociais que se opõem à ditadura em nosso país"(D.8,p.32). É claro que,se o comp.F.A. pretende integrar na frente única anti-ditatorial e anti-imperialista setores da burguesia monopolista(tese VII),esta não aceitará nem sequer um modesto "nasserismo"! Porém a expulsão das forças armadas dos militares nacionalistas pequeno-burgueses demonstra exatamente o contrário do que o comp.F.A. afirma:isto é,o fato de ser notável a contradição entre os objetivos políticos da pequena-burguesia e da burguesia não-monopolista por um lado,e os da burguesia monopolista pelo outro.

(c)- Em conclusão,para o comp.F.A.,não se pode falar de estratégia nacional-libertadora(além de democrática)"mas sim em programa unitário democrático e anti-imperialista"(D.8,p.32),nesta ordem de importância.Isto é, muito menos do que nossa tese "militarista".

(d)- Cabe aqui entrar no problema da legitimidade do emprego do termo de "estratégia". O comp.F.A. nega a validade deste termo(D.7,p.49 e D.8,p.32), embora ele também o use(D.3,p.2 e D.5,p.3). Mas o problema está no fato de que ele nega a libertação nacional enquanto uma das finalidades da presente etapa da nossa revolução. Além de ignorar por completo a interdependência dialética entre exigência nacional-libertadora e exigência democrática (conexão em que está justamente a originalidade da visão estratégica da ACN),o comp.F.A. acaba evidenciando uma visão unilateral e democraticista do aspecto especificamente democrático da etapa revolucionária em curso. Se não fosse por esta questão de conteúdo,a pretendida alternativa entre "estratégia" e "programa" não passaria de uma disputa sobre o sexo dos anjos. Já explicamos que entendemos o termo de "estratégia como "programa atuante",correspondente a uma fase bem determinada da revolução brasileira(que aliás é a fase em curso) concebida como processo ininterrompido em direção ao Socialismo e-em última análise- ao Comunismo. Isto porque nossa revolução nacional-libertadora e democrática se dá na época do imperialismo moribundo(caráter da época),sendo que seu caráter "democrático"(tendo um conteúdo "popular") decorre das condições específicas do Brasil de hoje,cujo povo se encontra oprimido por uma ditadura militar-fascista,ao serviço do capital monopolista e do imperialismo(caráter da revolução).Em primeiro lugar,não vemos porque o fato de ser esta expressão("estratégia") usada de preferência pelo camarada Stalin prejudicaria a legitimidade de seu uso. Consideramos um sectarismo absolutamente injustificável,esta negação de qualquer valor à interpretação,divulgação,aplicação(e,em certos casos,até ao desenvolvimento criador)do leninismo,que o camarada Stalin apresenta em algumas de suas obras. Dissemos "camarada" e não "marechal" (D.8,p.32),pois acontece que Stalin não era nenhum militar profissional e golpista,mas assumiu este título na heroica e vitoriosa defesa da "pátria socialista". Qualquer crítica ao "stalinismo" na teoria é legítima só quando for justificada por uma real conexão com erros concretos cometidos pelo "stalinismo" na prática. Em concreto,a quais desvios o camarada Stalin foi levado,pelo uso do conceito "estratégia"? Porém os erros(inclusive...estratégicos) e as inegáveis deformações na construção do socialismo na URSS,não podem levar -nos de modo algum à negação cabal da experiência histórica do movimento operário internacional entre 1924 e 1953(não só na URSS,e conduzida não somente pelo camarada Stalin). Esta auto-suficiência, este negativismo anti-dialético,correspondem a uma moda intelectual.

na "marxologia" contemporânea; e, inclusive, é a bandeira preferida do mais descarado revisionismo (oportunismo de direita), com o pleno aval de alguns grupos doutrinários de ultra-esquerda ("trotskystas" e suas variantes contemporâneas). Os próprios camaradas chineses nunca se atreveram a fazer considerações nesse estilo; apesar de que, objetivamente (mesmo com sua cota de novos desvios) eles forneceram uma importante contribuição teórica (sobre a "correta solução das contradições no seio do povo") e prática (o que teve de válido na "revolução cultural") para solucionar de maneira correta aqueles problemas que pela primeira vez na história a URSS enfrentou, sob a direção do camarada Stalin. Também achamos infantilismo pichar de "pugilístico" o espírito dos escritos do camarada Stalin: em primeiro lugar porque este espírito de luta de que seu estilo está imbuído é o mesmo que levou à vitória da Ditadura do Proletariado e da construção do Socialismo na URSS, passando pelo triunfo sobre o poderoso eixo nazi-fascista; e em segundo lugar, porque acontece que as mesmas definições que tanto desgostaram o comp. F.A. ("estratégia", "golpe principal", etc.) reaparecem também nas elaborações dos camaradas vietnamitas. Citamos, por exemplo: Ho Chi Minh (em O caminho revolucionário), Truong Chinh (em Sigamos o caminho traçado por K. Marx), Le Duan (em A revolução vietnamita), o "general" Vo Nguyen Giap e outros execráveis "stalinistas".

É evidente que o camarada Stalin (em Os fundamentos do leninismo) empregou didaticamente uma metáfora inspirada na linguagem militar. As metáforas, em filosofia, não têm valor demonstrativo, mas a prática tem. Ois acontece que uma metáfora "militar", ou uma expressão "belicosa" em geral - se corretamente usada num contexto político que não privilegia o ponto de vista meramente militar, e não deixa lugar a equívocos - é mais que legítima para expressar os conteúdos da luta (nada metafórica) que os comunistas travam desde 1848. Portanto, quem quizer se dar ao luxo de fazer uma pesquisa terminológica nos textos dos maiores teóricos-revolucionários marxistas, encontrará frequentemente termos como o de "estratégia". Enfim o sentido em que o camarada Stalin (e, por reflexo, nós) emprega o termo de estratégia, corresponde perfeitamente ao conceito de "caráter da revolução" que é a expressão preferida por Lênin; o que é verificável também pelas longas citações de Lênin que o camarada Stalin reproduz no escrito citado. Porém, se o comp. F.A. faz questão de uma citação de Lênin, pois não: "Como se mantém a disciplina do partido revolucionário do proletariado? (...) pelo acerto de sua estratégia e de sua tática políticas..." (em A doença infantil do "esquerdismo" no comunismo, Pequim, 1968, p. 7, grifos nossos). E com isso a questão está encerrada, quanto a seu lado pedante.

Mas também vale a pena assinalar que a negação do conceito de estratégia é inclusive uma contradição "in terminis". Com efeito, não caracterizar o conteúdo das etapas de uma mesma revolução, reservando o apelido de estratégia às finalidades últimas, equivale na prática a relegar a estratégia na metafísica, ampliando sem limites os domínios da tática: períodos de vários anos (etapas) seriam orientados por simples "momentos táticos principais", sem nenhuma distinção com períodos breves (fases ou conjunturas, de meses ou semanas); sendo que, em toda a duração de um mesmo processo revolucionário (que pode abranger várias décadas) a estratégia ou programa seria sempre a mesma: o ponto final, o Comunismo. Isto sim que é "concepção mecanicista" e "simplificação". Negando a validade dessa distinção, o comp. F.A. reduz o que é estratégico ao nível de uma consigna meramente tática.

## VII

Em outros termos, a única contradição verdadeiramente unificadora contra o inimigo seria de caráter puramente "cultural" como a definiria Lênin. O programa que o comp. F.A. propõe para a presente etapa da revolução é portanto puramente negativo (só "abaixo a ditadura", como em 1964/67), ao invés de um programa mínimo e geral "positivo", como o que propomos na ACN. Claro está que o elemento estranho que o comp. F.A. quer introduzir na frente única anti-ditadura e anti-imperialista (isto é, o "bloco nacional-burguês") nunca aceitaria um programa de libertação nacional: pois além do mais, está associado ao imperialismo. O problema consiste então em saber se devemos subordinar o programa da presente etapa da revolução aos inte-

resses de um setor da burguesia monopolista, ou se, pelo contrário (como objetivamos na ACN) não há revolução no Brasil sem uma hegemonia proletária. A raiz deste erro do comp. F.A. (como já dissemos em D.8, p.26/29) na questão de estabelecer uma hierarquia entre as várias contradições no seio da burguesia. Com efeito, o comp. F.A. - além de considerar o camarada Stalin como um marechal-boxeador - julga também o camarada Mao-Tse-Tung "um tanto simplista", ao falar de "contradição principal". Com isto, devido a uma "diferente concepção da noção mesma", o comp. F.A. se sente autorizado a escamotear nossa objeção, salvo apontar uma emenda pior que o soneto, com o genial lema cuja análise reservamos à tese VIII. Mas isto todavia não o impede de admitir tão controvertida "contradição principal", sempre que ela se dê dentro do setor dominante da burguesia (a burguesia monopolista), ao invés de no conjunto de toda a burguesia. Deixemos para o exame da tese sucessiva o estudo desta contraditória contradição, e passemos a ver como o comp. F.A. pretende "neutralizar" um setor da burguesia monopolista, a qual é um dos três principais inimigos do nosso povo. Em primeiro lugar, na ACN concordamos com a tese de que o "Brasil é um país que transita para uma economia monopolista de Estado", tendo sempre "seu processo produtivo integrado ao sistema imperialista internacional". Embora esta expressão encerre duas ambiguidades: uma ao dizer "integrado" quando se deveria dizer "subordinado", e outra ao desconhecer o papel hegemônico do imperialismo norte-americano. Diante da questão da expansão do setor estatal de nossa economia, devemos perguntar-nos: uma transformação deste tipo, no Brasil, tem o mesmo sentido que nas "metrópoles"? Quem se beneficia mais das inversões astronômicas em infraestruturas, das obras faraônicas do regime, do desenvolvimento do potencial energético pelo capital "público"? Os grupos monopolistas do imperialismo que compram energias, matérias primas, serviços e créditos do setor estatal (possivelmente para revendê-los aos próprios brasileiros) não são os maiores beneficiários desta situação? Então devemos tomar partido a favor da ampliação do setor público (como parece propor, reformisticamente, o comp. F.A.)? Ou a tese correta é a nossa, ao mantermos uma linha política independente desta contradição interna ao capital monopolista, embora sem desconhecê-la? Como já vimos o comp. F.A. admite que, no Brasil contemporâneo, "a concentração monopolista da produção... se reveste da particularidade de que a oligarquia monopolista hegemônica é estrangeira (contrariamente ao que se passa nas metrópoles capitalistas)" (D.6, p.5; cf. tb. TM, pp.860-861). Também ele reconhece que "o Estado não paira acima das classes"; aliás, "o setor de estado, que nos países capitalistas avançados está a serviço da grande indústria monopolista nacional, se defronta no Brasil com um grande capital monopolista estrangeiro ocupando posições-chave. Donde a tendência a se por a serviço do capitalismo estrangeiro" (D.6, p.13). Isto é, o setor estatal está principalmente a serviço dos monopólios imperialistas instalados no Brasil, sobretudo do imperialismo hegemônico, isto é, o norte-americano (tratado sobre as inversões yankees assinado por Castelo Branco). Portanto a expansão deste setor de estado não pode absolutamente representar o fator dinâmico que permitiria ao "bloco nacional-burguês" dar um giro de 180 graus na sua atual relação de forças com o "bloco imperialista", o qual ainda é reconhecido como "força dirigente". Muito pelo contrário, nessas condições um fortalecimento do setor estatal se reverte num fortalecimento dos monopólios imperialistas. Então, como pode o comp. F.A. concluir (tese IV) que "a transformação monopolista de Estado de nossa economia alterou o conteúdo de sua relação com o sistema capitalista mundial" (D.7, p.4)? E afirmar que o ulterior desenvolvimento do "setor público da economia" seria de interesse do "bloco nacional-burguês" e contra os interesses do imperialismo no Brasil? Claro está que o nascimento de um setor estatal em nossa economia (D.6, pp.7, 9, 15), a partir de Volta Redonda, fez com que o Brasil subisse um degrau na hierarquia dos países capitalistas. Mas então nossa pergunta é: isto permitiu ao Brasil sair de sua condição de país capitalista subordinado ao imperialismo norte-americano? Nossa resposta é não, sendo que a resposta do comp. F.A. é positiva (tese IV). Para evitar a acusação de "chauvinismo social-patriota" (o comp. F.A. se dá conta das implicações apologéticas da ditadura, em sua tese) ele acrescenta que o Brasil de hoje é "vítima e carrasco" no

sistema imperialista, mas isto não define, pois na "pirâmide" em que podem ser classificados os países capitalistas só um país (os EUA) pode dominar sem ser dominado. É interessante notar que as contradições no seio das classes dominantes (D.7, pp.10-11) ocasionariam, no entender do comp.F.A., uma divisão de toda a sociedade brasileira, segundo a fórmula trinitária abaixo:

(1)-BLOCO NACIONAL-BURGUES. "A característica fundamental deste bloco é que pode ser neutralizado por uma plataforma anti-imperialista e anti-ditadura". Este bloco incluiria, a seguir: (a) "grande e média burguesia interessada no desenvolvimento autônomo do capitalismo de monopólio em nosso país"/Ao invés de "grande burguesia" se deveria dizer burguesia monopolista associada/ É difícil imaginar uma "média burguesia" sem importantes contradições com a "grande" burguesia monopolista; a menos que o comp.F.A. considere toda a camada média da burguesia como um mero apêndice do capital monopolista brasileiro associado/ Até que ponto pode ser "autônoma" e "nacional" uma burguesia monopolista brasileira associada ao imperialismo? /Nenhuma menção, aqui, ao fato de que -além de ser "nacional", este setor é politicamente fascista; (b) "classe média urbana interessada no fortalecimento do capitalismo de estado (sobretudo os técnicos e outros profissionais que vivem do setor público da economia e do aparelho de Estado, e a burguesia em geral)". /Seria a "moderna classe média urbana" (D.7, p.9) que o comp.F.A. identifica somente com a tecnocracia do regime, sem explicar o que se passa com os demais "profissionais"/ Também não se vê porque esta tecnocracia - como toda "classe média" - não estaria dividida entre as várias tendências em jogo/ Se os funcionários públicos são "nacionalistas", profissionais e funcionários de empresas imperialistas deveriam ser entreguistas. Depende só do lugar de trabalho? / ; (c) "média empresa rural"/ Não vemos porque a média sim e a grande não, embora esta última seja representada na ditadura e se beneficie mais da ajuda do Estado para levar a cabo a desapropriação dos produtores agrícolas; (d) Ao lado deste bloco estariam os "aliados das forças populares e proletárias". Isto é: "as camadas da burguesia e da pequena-burguesia que não exercem monopólio em suas atividades e que não estão vinculadas aos monopólios". /A pequena-burguesia, por definição, nunca exerce monopólio/ Tudo indica que o comp.F.A. descobriu a burguesia não-monopolista lendo a ACN, pois é a primeira vez que esta camada aparece em seus editoriais. No D.5 (p.6) ele fala só de um "setor de média e pequena empresa, abrangendo desde a média burguesia industrial até a empresa artesanal"; porém o comp.F.A. acrescenta que "também este setor compreende parte ponderável das indústrias "tradicionais", que seriam um "setor monopolista nacional", bem distinto do "setor monopolista internacional". Enfim, no D.5 não havia separação entre burguesia monopolista e burguesia não-monopolista: só entre "nacional" e "internacional". Toda a classificação do D.5 é sucessivamente abandonada sem uma palavra de justificação. Na verdade o comp.F.A. - como afirma no mesmo número da revista - trata "mais de formular problemas que de resolvê-los", chegando inclusive a criar problemas inéditos.

(2)- BLOCO IMPERIALISTA - tendo um "caráter profundamente anti-social e anti-nacional" e demonstrando "cinismo arrogante" tanto no plano interno quanto no da política internacional". Este bloco incluiria: (a) "grande burguesia associada"/ Na terminologia do próprio comp.F.A., deveria ser - pelo contrário - o capital monopolista "subordinado"/ Suas características deveriam ser o entreguismo em economia e política exterior, e o liberalismo em política interna; porém inexplicavelmente, ela perde aqui sua vocação "republicana", revelando seu efetivo "cinismo". (b) "agentes do grande capital monopolista internacional instalado no Brasil". Seriam os grupos monopolistas estrangeiros, sem que o comp.F.A. considere oportuno dizer a coisa mais importante: a predominância, neste setor, do imperialismo yankee/ Dentro deste setor, "um sociólogo brasileiro" (que será citado em TM, p.871) objetiva mais uma contradição - que o comp.F.A. aceita como "mais fruxa" - entre matrizes no exterior e filiais no Brasil das "grandes corporações monopolistas" dos "países capitalistas hegemônicos". Isso aguçaria, ao mesmo tempo, a concorrência das filiais imperialistas com o capital monopolista brasileiro, e inclusive com os "objetivos do país onde a empresa em questão tem

seus maiores investimentos e seu centro de controle". Assim, por exemplo, a "General Motors do Brasil" se enfrentaria de uma só vez com três poderosos inimigos: os interesses dos EUA, o "bloco nacional-burguês" brasileiro e até mesmo com o grupo Ford internacional.../Não mais se fala dos setores "integrados"(D.5,p.6,item3)/Não se explica porque o capital monopolista "internacional" seria adversário da expansão do setor "público" que permitiu a instalação de suas indústrias no Brasil, e do qual ainda se beneficia mais do que o "bloco nacional-burguês"; (c)"grande empresa agrícola capitalista, sobretudo ligada à exportação"/A existência desta classe só foi anunciada no D.5, sem atribuir-lhe depois nenhuma função entre as classes dominantes/Seu pro-imperialismo deveria ser justificado, de vez que esta classe participa do 98% de "capital nacional" no setor agrícola(D.6,p.12).A menos que não se admita a "associação" de que fala a ACN(\$7 da parte introdutiva);longe de nós reduzir a esta associação a "reforma agrária prussiana"(D.7,p.48)/Ela não é "sobretudo ligada à exportação", pois é também a principal fornecedora de gêneros alimentícios aos grandes centros consumidores urbanos. Portanto, esta premissa de seu pro-imperialismo é falsa./ O comp.F.A. não faz nenhuma distinção entre produção e distribuição, sendo que a ACN frisa a posição-chave do capital monopolista estrangeiro na transformação e na comercialização da produção agrícola; daí importantes contradições com o imperialismo/. O capital estrangeiro detém o 62% do capital no mercado externo, e 82% nos transportes marítimos(lucros de fretes e seguros), como resulta do D.6,p.12./ Esta classe luta contra a apropriação da renda absoluta pelos latifundiários "arcaicos" que detém o "monopólio extra-econômico da terra". Portanto, não pode situar-se no mesmo campo dos latifundiários "tradicionais" e pro-imperialistas(3º bloco)/ Por essas contradições que citamos(com o imperialismo e o latifúndio), a classe em referência se colocaria de maneira mais lógica no bloco 1: pois é integrante da burguesia monopolista associada.

(3)-BLOCO COMPOSTO PELOS SETORES ARCAICOS DAS CLASSES DOMINANTES. Um bloco que não seria um bloco, pois "não tem papel autônomo no regime, constituindo mero satélite do bloco imperialista", o qual -desiludido nesta sua paixão pouco correspondida- ficaria assistindo aos acontecimentos desde sua órbita solitária. Este "explorer" se compõe de: (a) "velha oligarquia latifundiária"/Reaparece aqui a classe responsável da "estrutura agrária arcaica" de que fala a ACN, e que fez franzir o cenho do comp.F.A., embora -no D.5,p.29- ele condenasse o afã dos esquerdistas em "provar que as relações de produção no campo brasileiro são plenamente capitalistas"/ Não se explica a razão econômica e/ou política do pro-imperialismo desta classe. Seria ela favorável ao "desenvolvimento internacional" do capital monopolista? Se colocaria ao lado dos "republicanos", contrariando sua vocação "oligárquica"?/ Como pode esta classe, que não tem vez no regime(D.6,p.14), tomar partido numa contradição que se situa "no interior da tendência geral da concentração monopolista da produção"?(D.6,p.10).Nestas condições, os latifundiários "tradicionais" não podem esperar nem a "simples preservação do statu quo"/ Sendo estes "tradicionais" exatamente a parte dos latifundiários que não se adapta à "reforma agrária prussiana", é mais lógico pensar que eles tenham uma posição ultra-reacionária independente./No D.5(p.7) se afirma:"No latifúndio tradicional, cabe distinguir dois sub-setores: o agro-exportador e o pecuário, voltado principalmente para o mercado interno". Ora, nps dois setores citados, o latifúndio "tradicional" está sendo substituído pela "grande exploração capitalista";além disto, o setor pecuário se está abrindo sempre mais para a exportação(TM,p.856); (b)"burguesia e pequena-burguesia rural suas dependentes"/ Tratar-se-ia das "camadas da pequena-burguesia tradicional"(D.7,p.9).Não vemos porque entregar todas as "camadas médias" do campo à hegemonia política dos latifundiários "tradicionais".Tampouco esta hegemonia se dá no campo econômico/ Estas camadas tem importantes contradições com os latifundiários por um lado, e com os empresários agrícolas pelo outro. Trata-se portanto de uma força neutralizável, e em certas condições até de uma possível aliada das forças populares.

Na caracterização destes três blocos também se dão muitas omissões. No primeiro bloco, não mais aparece aquele que deveria ter sido o principal interessado: o capital "público", com seus managers "albuquerquistas" (portadores do "nacionalismo militar pequeno-burguês" ou "nacional-democrata"), objeto de toda a análise anterior. Não se explica de que maneira os "albuquerquistas" poderiam utilizar contra os "castelistas" a principal arma destes (isto é, o setor de estado). Também é incompreensível como possam esses "alvaradistas" brasileiros aceitar uma plataforma anti-ditadura, além de anti-imperialista, uma vez que "ao nível da economia lutam pela hegemonia do capitalismo de estado e ao nível da política pela hegemonia do exército". Ainda mais esquisito é que a "grande burguesia" monopolista -apesar de seu poderio- possa permitir uma "hegemonia da pequena-burguesia na transformação nacional e democrática da sociedade brasileira". A ditadura derrubou justamente um governo deste tipo, e só agora é que ela enfrenta uma contradição secundária (no seio da burguesia monopolista) além de uma contradição principal (na burguesia em seu conjunto). No segundo bloco, também desaparecem os representantes pro-imperialistas nas forças armadas, isto é, os "castelistas". Inesperadamente, este bloco não teria nenhuma base de apoio na "classe média", nem sequer entre a tecnocracia do regime; embora a ditadura nasceu tendo essas massas de manobra. Nem uma palavra sobre os "arrendatários capitalistas", nem sobre os "rentiers" urbanos. No terceiro bloco, não se fala do "agro-indústria" e dos arrendatários agrícolas. Não entra aqui, uma análise das camadas camponesas, que aparece no D.6 (pp.35-38); porém cabe assinalar que em nenhum escrito do Debate o comp.F.A. -mergulhado na análise minuciosa das contradições no seio do setor dominante da burguesia- focaliza uma questão de transcendental importância: a aliança operário-camponesa. Em definitiva, a partir da negação de uma estratégia nacional-libertadora (além de democrática) o comp.F.A. chega a um paradoxo: um setor de um dos principais inimigos de nosso povo (isto é, o setor "nacional" de capital monopolista) "pode ser neutralizado por uma plataforma anti-imperialista e anti-ditadura". A contradição no seio da burguesia monopolista se converte assim de secundária em principal, de "anti-popular" em favorável às forças populares, e de "não antagônica" em antagonizável. O comp.F.A. toma assim por realidade as veleidades dos nacional-fascistas e a demagogia dos entreguistas.

## VIII

Tínhamos lido com muito "cuidado" a tese do "apoio crítico" proposta no D.6, p.15, mas nos recusávamos levá-la a sério; não queríamos desencadear uma polémica sobre o que considerávamos uma simples "boutade" do comp.F.A. Porém, como o comp. insiste nesta posição, considerando-a "bem menos simplista do que querem dar a entender os comp. da TL/ALN", nos encontramos na obrigação de analisá-la: "A tática do proletariado diante das contradições internas da burguesia deve pois ser: dos nacionalistas burgueses exigimos democracia, dos grão-burgueses republicanos(!) exigimos nacionalismo (grifos do autor). Isto é, extrair água das pedras: "exigir" democracia dos fascistas e nacionalismo dos entreguistas. Porque não "exigir", então, libertação nacional dos imperialistas e socialismo do capital monopolista? Isto inclusive, está em contradição com a mais moderada tese da "neutralização" só do "bloco nacional-burguês", constituído somente pelos "nacionalistas burgueses" (D.7, p.10). Também contradiz a crítica que o comp.F.A. faz ao reboquismo do PCB (D.6, p.15) pois -apesar da boa vontade que este partido demonstrou para com a "burguesia nacional" (cuja existência aliás é admitida em TM, p.660-661, embora nas pp.659-660 se afirme tratar-se de um "corolário" da libertação nacional)- o PCB não chegou a declarar que ela se identificaria com uma facção da burguesia monopolista crioula. O esquema do comp.F.A. é mecanicista e artificial também por outro motivo: os pro-imperialistas seriam liberais em política, e os "nacionalistas" é que seriam fascistas. Nisto -além de uma "boa dose de ilusão de classe"- vai também uma série de contradições com outros escritos do comp.F.A.: na p.7 de D.6 ele conclui que o inimigo prin-

do pé no que é específico; não é possível tirar conclusões tão gerais - como são os objetivos políticos - encherendo só as árvores, mas sem ver a floresta. Em sua réplica a esta nossa crítica, o comp. F.A. escamoteia nossa objeção fundamental, tratando de reconduzi-la ao terreno da polêmica sobre a estratégia de libertação nacional; salvo citar sua categórica sentença sobre o apoio crítico. Além disso, dizer que "não devemos esperar muito da burguesia não-monopolista" pois ela é "fraca" é uma objeção mais fraca do que a própria camada em consideração: claro que o "bloco nacional-burguês" - se existisse fora da imaginação do comp. F.A. - seria bem mais forte. Esta resposta nos lembra muito a anedota que o comp. conta (em D.6, pp.6-7) a propósito da "burguesia nacional": primeiro não existe, segundo é muito fraca. O mesmo se passa no caso em questão, em relação à burguesia não-monopolista; ou não é levada em consideração ou é apresentada como "liquidada" (TM, p.853, 869). Agora, em virtude dos dados apresentados em TM, p.868, a burguesia não-monopolista é levada a lutar por sua própria sobrevivência, e para manter uma margem de autonomia; portanto esta contradição deveria aguçá-la, e não amenizá-la, graças às "perspectivas" do embusteiro Delfim Netto. (D.8, p.33). Isto, aliás, é o que está acontecendo, com reflexos no MDB (grupo dos "autênticos"), etc. Isto demonstra que a contradição que leva parte da burguesia a se opor à ditadura não pode ser só "cultural". Onde está a determinação em última instância? Em conclusão: o aspecto principal da contradição principal no seio da classe dominante (a burguesia em seu conjunto) é a burguesia monopolista. O fato da burguesia não-monopolista não ser o polo dominante, não muda o fato de que esta é a contradição principal. Ora, como a burguesia não-monopolista não tem condições de inverter os termos da questão, tornando-se dominante, sua única chance está numa aliança com as forças populares. Esta é que é a realidade, independentemente de uma unanimidade sobre a "noção mesma" de contradição principal. O comp. F.A. admite a "necessidade de um programa mínimo democrático e anti-imperialista" apenas porque "só com um programa deste tipo se pode tirar uma série de campanhas que mobilizem a curto prazo as forças motrizes da revolução" (D.7, p.50). Isto é, a estratégia de libertação nacional é reduzida a um simples programa tático, instrumental, populista: nada mais é que uma espécie de astúcia para permitir uma fácil e brilhante série de campanhas-relâmpago. Mesmo assim, apesar da genericidade e de sua notável "ambiguidade de classe" na opinião do comp. F.A. este mini-programa deveria arrastar só as "forças motrizes da revolução" sem atingir. No entanto, isto demonstra que, quanto ao anti-imperialismo, também as massas - além da TL/ALN - são "vítimas daquilo que Marx chamou o "peso imenso das gerações passadas que povoam o cérebro das gerações presentes". Se não estamos errados, neste trecho do 18 Brumário, Marx se referia ao peso negativo das tradições e das mistificações; podemos dizer que o ideal de libertação nacional, no Brasil de hoje, seria um "resíduo de análises passadas"? O fato é que deste objetivo se pode dizer com "O Capital", que adquiriu "a solidez de um preconceito popular" e isto para nós é fonte de grande satisfação.

## IX

Esta tese "marxista e dialética", depois de muito falar num tão promissor "programa completo" é um tanto decepcionante. Mesmo como finalidade mais geral da presente etapa, deveria ser algo que não se possa adaptar sem variações a qualquer país capitalista (sendo válido, como afirma o comp. F.A., inclusive para países como Espanha e EUA), e deveria ser concretizado, explicando em quais medidas esses dois objetivos deveriam traduzir-se. Podemos dizer que qualquer emedebista apregoa "até mais que isso". Este programa é bem menos "avançado" do que nossa modesta estratégia nacional-libertadora e democrática e encerra "ambiguidades de classe" bem maiores daquelas que seriam as nossas. Com efeito, trata-se de uma "simples derrubada" sem a "simples confiscação". Além disto, existe aqui uma série de graves omissões do comp. F.A.: (1) o anunciado "programa completo" não aparece, isto porque o "programa completo" do comp. F.A., como vimos, tendencialmente seria mais extremista que o nosso. (2) o comp. F.A. nunca coloca a questão de uma frente única construída em torno da aliança fundamental operário-camponesa. Em alguns trechos de seus artigos, ele trata da neces-

cipal (em sua opinião só o "setor vinculado ao capital monopolista internacional") seria justamente o que preconiza "a volta às instituições clássicas da república burguesa; mas já na p.14 da mesma revista se diz: "o Estado burguês-militar brasileiro enfrenta problemas que não são os problemas do grande capital monopolista internacional instalado em nosso país. Este quer garantia de seus lucros. Pouco lhe importa saber com que meios (tortura, terrorismo de Estado) são garantidos. O Estado brasileiro que se vire para assegurar o lucro médio aos investidores. Sabemos todos como tem se virado". Também toda a classificação em "blocos" (D.7, p.10-11) se funda em grande parte sobre esta teorização artificial, da vocação "nacional" e/ou "republicana" de setores da burguesia monopolista no Brasil. Embora, em vários pontos do artigo A natureza de classe do Estado brasileiro seja dito que isto não se dá necessariamente (TM 652-653, 660-661). Portanto a verdade é dialética: as duas alas da burguesia monopolista jogam taticamente com uma demagogia ora "democrática", ora "nacionalista", dependendo das circunstâncias. No entanto, aceitando por um momento as referidas equações do comp.F.A., seria interessante saber de que maneira ele pretende apresentar sua proposta de "apoio crítico" aos "albuquerqueistas", com os quais até hoje só tivemos o ensejo de encontrar-nos nas salas de tortura: pois acontece que estes nacional-fascistas são justamente os que desencadearam e executaram pessoalmente a repressão mais desenfreada, brutal e sádica. Em conclusão, Lênin dizia que devemos aproveitar "a menor brecha" no seio do inimigo: por isso podemos e devemos aproveitar - com campanhas de denúncias políticas - também a contradição secundária (no seio do setor monopolista da burguesia). Porém, qualquer conluio com qualquer das duas facções da ditadura seria colaboração de classe. Qual a origem deste folclórico erro do comp.F.A.? Abstração feita da não-cientificidade das definições (tais como autocracia militar-burguesa, regime oligárquico-militar, graus-burgueses republicanos, etc.), da interpretação superficial dos acontecimentos argentinos e de sua ilegítima generalização (misturando Albuquerque Lima com Velasco Alvarado, Levingstone, Torres e até com Nasser e Kadhafi), o comp.F.A. se deixou desviar por um excesso de análise. Na ACN nós não nos preocupamos de fazer a notória distinção entre burguesia monopolista "associada" e "subordinada" (D.7, p.5) pois, não sendo a ACN um tratado, nos interessava somente a posição política da burguesia monopolista em seu conjunto. O próprio comp.F.A. afirma que a contradição no seio da burguesia monopolista é "não-antagônica" (D.6, p.15) pois "qualquer um dos termos da alternativa é anti-popular" (D.6, p.10). No entanto, no mesmo editorial (D.6, p.15) se afirma: "segundo o exemplo da classe operária argentina (!) o proletariado brasileiro deve (...) conceder apoio às "tendências nacional-burguesas que efetivamente golpeiem (!) o poder dos grandes monopólios e afastem o Brasil da hegemonia yankee". Leia-se: oferecer os serviços do proletariado aos gorilas "albuquerqueistas" em sua briga de família (ou "intriga palaciana", como diz o comp.) contra os gorilas "nasseristas". Nós pensávamos que esclarecer o que é (a) "contradição principal" serviria para recolocar as coisas em seu lugar, julgando tratar-se de um simples equívoco do comp.F.A., ao confundir a "principal contradição no seio das classes dominantes" (D.6, p.9) - isto é, só no seio da burguesia monopolista - com a principal contradição no seio da burguesia em seu conjunto. Mas o comp.F.A. liquidou a questão definindo o camarada Mao "um tanto simplista". Portanto, o comp.F.A. insiste em considerar só a contradição interna à burguesia monopolista. Ora, a contradição principal no seio da inteira burguesia brasileira - como bem indicamos na ACN - se dá entre burguesia monopolista por um lado (quer associada, quer subordinada, quer "integrada" ao imperialismo), e pelo outro a burguesia que não goza de monopólio em suas atividades (sempre que não seja, ao mesmo tempo, um mero apêndice dos grupos monopolistas). Portanto o inimigo principal - além do "bloco imperialista" e dos "setores arcaicos" - inclui toda a burguesia monopolista. Só a burguesia não-monopolista é que pode ser neutralizada e, em certas condições, até aliada das forças populares. O comp.F.A. se fixa numa análise pormenorizada do que é secundário, sendo que na ACN acertamos o essencial, em conformidade com as finalidades eminentemente políticas do documento básico da TL/AIN. O comp.F.A. desconhece o aspecto mais geral da questão, fincan-

33

cidade de uma hegemonia proletária no processo revolucionário. Mas isto não é realizável destituindo o proletariado de seu aliado principal, e deixando assim os camponeses à disposição da hegemonia burguesa. Omissão casual? Ou talvez o comp.F.A. não julga necessário a hegemonia proletária já neste primeira etapa? (3) O comp.F.A. se omite em relação ao candente problema da continuação da luta de resistência armada, e da necessidade de sua reestruturação a partir de uma base de classe proletária e com um conteúdo político correspondente, até seu salto qualitativo da transformação numa guerra popular; por conseguinte, o comp.F.A. também ignora o problema do Exército Popular Revolucionário. O simples fato de não tomar posição sobre este problema político urgente, da transformação e da continuação da resistência armada, indica a negação da necessidade da mesma. Perguntamos ao comp.F.A.: qual é a "forma principal de luta" que ele pressupõe para a revolução brasileira, e -em particular- para a presente etapa? Ao nosso ver, a condenação do desvio militarista não pode e não deve levar-nos a condenar a luta de resistência armada. Com efeito, o comp.F.A. nos aconselha: "nosso apelo aos comp. é que deixem aos militaristas a estratégia de libertação nacional" (D.7, p.50). Esta afirmação, de que objetivar uma estratégia nacional-libertadora (além de democrática) seria militarismo, é bastante dogmática. Sua única explicação possível é de que esta frase contém um ataque indireto à própria continuação da luta de resistência armada: pois esta, inclusive, é a principal analogia de nossa luta com aquelas das "nações oprimidas enquanto nações". O comp.F.A. não diz isto claramente; mas qual outra interpretação possível, ao advogar ele um programa que ficaria, substancialmente, só "democrático" (e com que aliados!), reduzindo o anti-imperialismo a um objeto de simples "campanha" de denúncias políticas? Liquidando a estratégia nacional-libertadora (além de democrática), não vemos pois como poderia o proletariado aglutinar aliados para derrotar o imperialismo, a ditadura militar-fascista e os latifundiários; e, liquidando a resistência armada, "nos dias que correm", não vemos em virtude de qual mágica se abririam as portas do poder ao proletariado e às massas trabalhadoras brasileiras. O comp.F.A. se dá conta das graves implicações de suas teses, ao dizer: "em nosso boletim Debate, muitas das críticas que fizemos ao que consideramos o principal desvio do nosso movimento revolucionário na presente situação - o militarismo, vanguardismo de classe média - pode dar argumentos às tendências "massistas" e "pacifistas". Mas a verdade é que, nos dias que correm, e com todos os defeitos que podemos ver neles, os que trabalham junto às bases sociais da Revolução têm mais possibilidade de se transformar em partido marxista-revolucionário do que aqueles que continuam tentando "abrir caminho a bala". Nesse sentido, não hesitamos em manifestar nosso apoio de princípio aos que se dedicam hoje ao trabalho visando a luta política de massas" (D.9, p.7). Em outras palavras: desde que seja de massa, o pacifismo seria menos perigoso do que o militarismo vanguardista. Estamos em desacordo com esta tese, como resulta claro da ACN. Não é suficiente fazermos trabalho de massa (existem grandes partidos e outras organizações de massas, no mundo, que são objetivamente reacionárias), é preciso organizar as massas para a Revolução. "A social-democracia é a união do movimento operário com o Socialismo" (Lênin). São as massas trabalhadoras que fazem a Revolução e nenhum grupo armado pode pretender substituir-se a elas abrindo o caminho "a bala"; portanto, por definição, não existe vanguarda revolucionária se ela não contar com o proletariado e as massas. Porém, quem não trava o trabalho revolucionário junto às massas não tem nenhuma possibilidade de transformar-se num "partido marxista-revolucionário". O seguidismo pode ser de massas, mas é contra-revolucionário. As duas teses da "revolução sem as massas" e das "massas sem a revolução" representam ambas desvios burgueses. Em conclusão, o comp.F.A. apresenta um programa que não é nem "mínimo" nem "máximo", nem "geral", nem "concreto"; e, sobretudo um programa que não é um programa, pois a estratégia para uma inteira etapa não pode ser a soma algébrica de dois objetivos meramente táticos. Além disso, o tipo de frente única que -no entender do comp.F.A. -deveria realizar este mini-programa não permitiria a hegemonia do proletariado, estaria em conluio com um setor da ditadura e lutaria desarmada.

O comp.F.A. não se limita a atacar os camaradas Stalin e Mao: Lênin também tem sua parte, pois suas obras teriam o defeito de não serem "sistemáticas" (ou até de serem empíricas e contingentes). Neste sentido, Lênin seria pouco mais que um "genial oportunista" como dizia Lunatcharsky. Perguntamos ao comp.F.A.: quando houve consenso (e/ou unanimidade) sobre o leninismo na esquerda mundial ou na esquerda de qualquer país? Ao nosso ver, nunca. Menos ainda se pode dar este "consenso" na "nossa esquerda", onde uma prática leninista é justamente o que estava faltando. O método leninista existe objetivamente (e vem sendo aplicado prática e criadoramente em vários países), independentemente do "consenso" de "nossa esquerda". Além do mais, qualquer tentativa de "extrair" uma sistematicidade filosófica dos escritos dos grandes revolucionários não é somente "acadêmica", mas também ilegítima. Para compreender o "conteúdo universal do leninismo" não basta a "discussão organizada numa imprensa". Isto, sem dúvida, ajudará a "reorganização de nosso movimento revolucionário em torno da hegemonia das posições proletárias"; porém, para "ser leninista no Brasil de hoje", é preciso desde já aplicar e acertar na prática os princípios já adquiridos. Nós também lutamos contra a "passividade teórica", mas ao mesmo tempo rechassamos a passividade teórica, assim como o imobilismo doutrinário. Portanto, nós não somos "radicais" ao ponto de perguntarmos "o que é o leninismo?". Essa pergunta é legítima para os comp. que só agora se aproximam ao estudo do leninismo; sendo que aqueles que se definem marxistas-leninistas já deveriam ter uma resposta para esta pergunta. Na verdade, existem comp. cuja auto-definição de marxistas-leninistas é bastante inadequada; mas infelizmente, não existe marca registrada para este título, e ninguém pode impedir-lhes de usá-lo, embora a teoria e a praxis de Lênin se encarreguem de desmenti-los continuamente. Existem, sem dúvida, problemas de "tradução" do leninismo na realidade brasileira contemporânea; mas, por enquanto, o verdadeiro problema de nosso movimento revolucionário não está só numa má compreensão do leninismo, e sim principalmente em sua não-aplicação, no fato de tê-lo deixado completamente de lado, abraçando as mais estapafúrdias teorias que o negam. Nós não queremos "abreviar a discussão" por nenhum "atalho"; estamos dispostos a discutir exaustivamente com os demais comp. nossa "visão do leninismo", porém não estamos dispostos a suspender nossa prática (que consideramos leninista) na espera de um "consenso" ecumênico sobre o que é leninismo. Leninismo não é lançar citações dogmáticas, tampouco é relativismo. Acompanhando a leitura de Lênin com o estudo da história da revolução bolchevique, fica suficientemente evidenciado o "contexto histórico em que foi elaborada" a teoria leninista. Ora, de "universal" em Lênin não existe só um genérico "método" (como afirmam alguns que se auto-afirmam leninistas, os quais outrossim nunca dizem em que este método consistiria). Neste sentido, não vemos nada demais na definição do camarada Stalin ("marechal", "boxeador" e "geógrafo" como resulta no D.9, p.24): "o leninismo é o marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária". Como Marx não será "superado" até que não for "superada" a exploração do homem pelo homem, assim Lênin não será "superado" até que a revolução proletária acabe com o imperialismo. Vejamos agora os "exageros", as "diferentes posições" e as pretendidas auto-críticas de Lênin. Sem irmos em busca de suas fartas declarações em outros escritos, ficaremos no Prefácio à recompilação em Doze anos, que o comp.F.A. cita de maneira bastante deformada. (a) em primeiro lugar, Lênin defende aqui o "valor político e prático de uma polêmica teórica intransigente". Ele rechassa as críticas a Que fazer? (principalmente aquelas de Parvus): a vitória da correta tese sobre a organização do partido e contra os economicistas, "teria sido impossível se naquele tempo não se puzesse esta idéia em primeiro plano e se não tivesse sido inculcada "exageradamente" naqueles que tratava de impedir sua realização". Portanto Lênin defende aqui seus "exageros", com um "espírito revolucionário intransigente"; inclusive contra "desvios do marxismo relativamente pequenos". Sobre sua tão proclamada "excessiva inclinação à polêmica", ele afirma ser plenamente justificada pela "excessiva inclinação a passar do socialismo ao liberalismo" de seus adversários. Será que Lênin era um "stalinista" ante Hitler? (b) como afirma Lênin, o erro de desprender Que fazer? da "situação histórica concreta" era daqueles que criticavam esta obra. Não é nosso caso. (c) "um compêndio, nem mais, nem menos". Ora, "compêndio" é algo mais que "resu-

mo". Significa "síntese" de uma experiência que Lênin reconhece como correta e necessária: a luta "contra o economicismo corrente, então dominante". Nenhuma auto-crítica de Lênin, portanto. Neste sentido, Que fazer? é para nós um trabalho feito, que podemos usar contra os economicistas de hoje e de amanhã. (d) Vejamos agora o caso de Plekhanov. "Plekhanov... proclamou seu desacordo de princípio comigo na questão da espontaneidade e da consciência política. Eu não lhe respondi... e não respondi porque a crítica de Plekhanov era evidentemente uma simples empulhação ("embrollo", na versão em castelhano), baseada em frases separadas de seu contexto, em determinadas expressões que eu não tinha formulado com todo acerto ou exatidão, e além disso não levava em conta o conteúdo geral de todo o espírito de meu livro". Quem é então, que faz citações dogmáticas: os leninistas ou os adversários de Lênin? Aliás esta tese ante-espontaneísta de Lênin consta de muitos de seus escritos posteriores. As teses contrárias são sempre fatalistas (sejam espontaneístas, sejam economicistas-evolucionistas). (e) enfim, o caso Luxemburgo. O "stalinista" Lênin, não somente não fez a apologia da "ordem burguesa", mas levou o proletariado russo a derrubá-la. Além disto, esta tese-a do sentido da disciplina do proletariado, enquanto consequência de sua experiência de organização e de divisão do trabalho nas fábricas, embora por coação - não é de Lênin, e sim de Marx-Engels desde a época do Manifesto. É importante lembrar-se disto no momento em que se trava uma polémica sobre o "socialismo autocrático" (D.5, p.12). Somos completamente contrários a "definir" o leninismo a partir das polémicas da Luxemburgo, ("perigo do partido centralizado" em D.9, p.7), do Plekhanov (tentativas de contrabandear um Marx "espontaneísta" que também hoje está na moda) ou do Trotsky (sobre as "teorias da construção do socialismo"), contra Lênin. Para concluir, as obras de Lênin não são empiristas, e sim uma brilhante demonstração daquela "análise concreta da situação concreta" que devemos fazer no Brasil contemporâneo. Ao mesmo tempo, existem na obra de Lênin "teorias" acabadas (como as enumeradas no D.9, pp.8-10) que devemos desenvolver de maneira criadora, mas sem desconhecê-las. Não pretendemos, aqui, entrar nos detalhes do "plano de trabalho sobre a obra de Lênin" contido no editorial de D.9: julgaremos pela maneira em que será realizado, e além disso, trata-se de um problema de desenvolvimento da cultura leninista dos comp. do grupo-Debate. A guisa de colaboração só queremos aqui assinalar - num primeiro exame - que estão faltando duas importantes "teorias" de Lênin: -a teoria da ideologia burguesa (revisionismo, "esquerdismo" e outras formas de contrabando ideológico nas fileiras do proletariado, a filosofia em geral, o marxismo como ciência não caduca, etc.) e -a teoria do internacionalismo (que, pela primeira vez, concretamente, não é mais eurocentrista). Além disso, é útil lembrar que a "teoria da construção do socialismo" de Lênin abarca praticamente todos os campos da vida social (inclusive moral, pedagogia, etc.) Ao invés de ficarmos em recriminações arqueológicas e eruditas, investigando e/ou recuperando os antigos opositores de Lênin, vejamos o que podemos aproveitar, em seu escrito citado, em questões de organização. Ao referir-se à época anterior à fundação do Partido social-democrático russo, Lênin escreve: "...era inevitável que (os círculos sociais-democráticos russos no exterior) discrepassem quanto à compreensão das tarefas fundamentais do movimento em um momento dado...". Para estabelecer "qual dos círculos estava realmente em condições de cumprir a função de base de operações... só a luta podia solucionar a discussão... as discrepâncias entre os círculos girava em torno ao como orientar o trabalho... Estas discrepâncias aparentemente pequenas, tinham na realidade enorme importância, pois no começo desta nova obra... a determinação do caráter geral da obra e do movimento se refletiriam da maneira mais essencial na propaganda, na agitação e na organização". Em nosso entender, isso justifica plenamente a "intransigência" da TL/ALN sendo que a proposta dos comp. de Debate é uma forma de "oportunismo em questões de organização". O editorial de D.9, p.10 objetiva a necessidade de "concentrar-nos em alguns temas" do leninismo, numa discussão em vistas à "reorganização geral do movimento revolucionário". Vejamos então o que seria para o comp.F.A. o leninismo em questões de organização. Num seu artigo citado (SLD, pp.17-18), o comp.F.A. aponta duas "limitações"

na ACN, a saber: (1) "... não soluciona o problema da forma transitória de organização que os revolucionários marxistas devem se dar durante o período de reagrupamento: como a idéia de uma organização dirigida pelo centralismo democrático é incompatível com o centralismo militar da ALN, os comp. da TL/ALN deverão prontamente tirar as consequências práticas de sua tomada de posição e reagrupar-se com o conjunto dos marxistas-revolucionários".

(2) "ao invés de apoiar-se nos princípios e nas teses que recebem um acordo bastante amplo -desenvolvendo-as e explicitando-as para mostrar todo o alcance delas e preconizando uma discussão aprofundada das questões polêmicas- o documento se pronuncia de uma vez sobre todos os problemas importantes do programa e da tática; o que obriga a discussão a tomar a forma de crítica (e de respostas e contra-respostas) a um determinado texto. Ao invés de concentrar os esforços dos marxistas-leninistas sobre as questões centrais, um documento completo sobre o programa da revolução corre o perigo de dispersá-los em questões secundárias, o que limita seu alcance como instrumento teórico e político do reagrupamento dos revolucionários marxistas".

Também no editorial de D.8 (pp.4-5) se afirma que estamos "conduzindo a discussão muito além dos pontos a respeito dos quais há perfeita convergência entre os revolucionários marxistas do Brasil". Enfim, estamos "já orientando a discussão... e no sentido de uma linha política já bem determinada". Sendo que deveríamos "insistir no que une", isto é: "firmar primeiro os pontos que unificam, desenvolver uma prática unitária em cima destes pontos, e confiar na elaboração coletiva para resolver os pontos polêmicos, e não afirmar desde logo os pontos controvertidos". Esta argumentação conclui exprimindo o propósito, por parte de Debate, de transformar-se num "órgão central de discussão e de elaboração teórica, no qual todos possam se reconhecer".

Analisemos, uma por uma, as teses do comp.F.A. (A)- A ALN não comportaria luta interna, pois não admite centralismo democrático. Ora, seria interessante saber se este centralismo democrático se pode dar num conjunto eclético, que não chega sequer a ser uma organização: como é a "ampla corrente" para a qual deveríamos regressar. Além disto, julgamos que o comp.F.A. não é competente para afirmar se existem ou não as condições para a luta interna à base de princípios na ALN, pois ele não pode conhecer a situação interna desta organização como nós -seus integrantes- a conhecemos. Os leninistas não fazem análises apriorísticas e contemplativas; o problema não está em constatar se existem ou não as condições e as garantias para a luta interna, e sim em desencadeá-la. Com efeito, esta luta interna não só é possível, mas a estamos realizando, e consideramos positivo seu saldo até hoje. Por outro lado, como conciliar esta posição mecanicista do comp.F.A. com a sua afirmação de que "é preciso ao mesmo tempo partir das formações políticas existentes e superá-las"? É o que estamos fazendo. Quanto ao centralismo democrático, que a ALN não admite, o estamos praticando na TL/ALN. (B)- Deveríamos reconhecer a "limitação" das críticas até hoje formuladas contra as "formações políticas tradicionais", e "remontar até a própria fonte" dos "erros da guerrilha urbana e do foquismo". Em nosso entender, o essencial deste trabalho já está feito, no que se refere a nós, o apresentamos na ACN, indicando a base social dos desvios de "esquerda" e de direita. Podemos concordar com a necessidade de discuti-lo, aprofundá-lo, ampliá-lo, criticá-lo, e corrigi-lo, se for necessário; sempre que este "período de análise e de discussão" não se entenda como uma interrupção da militância revolucionária. (C)- Deveríamos renunciar a nossas posições político-ideológicas -e, em geral, a qualquer posição bem definida- para dedicar um culto exclusivo à "elaboração coletiva". Ora, isto é negar o inevitável "desenvolvimento desigual" da luta ideológica. Quando um conjunto de comp., militantes da mesma organização, chegam a conclusões ideológico-políticas comuns, estabelecem entre si um compromisso orgânico, e sem interromper seu crescimento ideológico (na discussão e no estudo), nem sua militância revolucionária, passam à formulação de uma linha política e à sua averiguação prática, na luta de classes. É o caso de nossa TL/ALN. Porque deveríamos regressar a um nível inferior (debate a roda livre, com métodos liberais e na mais absoluta falta de compromissos), até que ninguém refute nossas posições com argumentações válidas? Estamos plenamente dispostos ao mais amplo debate com quaisquer

companheiros. Porém a "elaboração coletiva" não pode se processar num conjunto de comp. eclético e sem compromissos, sem possibilidade portanto de exercer o centralismo democrático. Longe de nós a intenção de "estreitar as bases políticas da discussão"; ao nosso ver, a constituição da TL/ALN só pode ser um fator de clarificação e de decantação, e a publicação da ACN só pode elevar o nível da discussão e concretizá-la. Nesta "ampla corrente" anti-militarista, como seriam tomadas as decisões políticas? A única maneira possível - para evitar uma cisão atrás da outra - é por unanimidade (ou por "consenso"). Ora, nós não estamos dispostos a por em votação uma ideologia e uma linha política numa assembléia ideologicamente espúria, ecumênica, informe, movediça. Isto só pode ser feito quando existir algo mais que uma genérica "plataforma" anti-militarista e anti-pacifista. Nas condições atuais da "ampla corrente", o que significa, por exemplo, "homogeneizar as nossas concepções do leninismo" (D.7, p.57)? Significaria chegar - com métodos democraticistas - a um "consenso" sobre o que se deve entender por leninismo entre plekhanovistas, luxemburguistas e trotskystas. Assim só poderíamos chegar a um leninismo "homogeneizado" (e, talvez também pasteurizado). (D) Em particular, deveríamos renunciar às "concepções mais particulares" de um "programa completo" afim de evitar "dispersão de forças" e as asperezas de uma discussão sobre pontos bem precisos. Com isto o imobilismo subjacente às propostas do comp. F.A. aparecem por completo. Não se trata só de "desenvolver, explicitar, aprofundar" o que podemos ter de "plataforma comum" mas sobretudo de definir o que queremos, delimitar uma linha política. Nós fizemos este esforço na ACN, e ficamos à espera de que também os comp. do grupo-Debate o façam; só assim a discussão entre TL/ALN e grupo-Debate poderá sair do esquema crítica-résposta-réplica, para tornar-se uma confrontação. Nunca afirmamos que, para uma discussão tendo em vista uma convergência política, exigimos o pleno acordo até a última das questões "secundárias" da ACN. Nossos comp. buscam constantemente aprofundar e aprimorar a linha política expressa na ACN, sem liberalismos e sem concessões ideológicas, sobretudo submetendo nossa linha política às massas, no trabalho revolucionário que iniciamos dentro do Brasil. No que se refere aos itens de nosso "programa unitário" que propomos para uma "frente única": trata-se tão somente de uma proposta de programa, mínimo e geral. (E) Deveríamos reunir-nos com o "conjunto dos marxistas-revolucionários". Como estabelecer quem é "marxista-revolucionário" nesta "ampla corrente"? Aliás, existem "marxistas-revolucionários" sem uma linha política, uma organização e uma práxis "marxista-revolucionária"? E essa definição, não deixa espaço a equívocos quanto ao leninismo? A única tese válida é o princípio leninista de "unidade e luta": unidade a base dos princípios comuns, e luta ideológica em vista de uma seleção, para estabelecer quem e qual linha política é marxista-leninista, num processo de convergência em vista do reagrupamento dos marxistas-leninistas num coeso e combativo Partido revolucionário do proletariado brasileiro. (F) Deveríamos formar num "coletivo político mais amplo" (ou "tendência mais larga"), e descobrir uma "forma transitória de organização". Concordamos com a necessidade de realizar um trabalho mais geral, digamos "de massa" no seio da esquerda brasileira. Mas esse trabalho só pode criar uma "antecâmara" do Partido: não podemos pensar em chegar à construção de um partido leninista por simples aglutinação, sem seleção; pois, se fosse assim, para ampliar esta "ampla corrente" deveríamos tornar ainda mais vaga sua já muito genérica "plataforma básica". Esta seria uma câmara de deputados, não o Partido. (G) Enfim, publicando a ACN, não pretendíamos absolutamente que nosso documento representasse o "texto básico para o congresso de fundação de um partido marxista-revolucionário" ou o "instrumento teórico e político do reagrupamento dos revolucionários marxistas". Ao contrário do comp. F.A., nós não temos esta visão simplificadora do processo de reagrupamento. A ACN, por enquanto, é tão somente: (1) uma alternativa marxista-leninista para os militantes da ALN, tendo um valor "normativo" para os integrantes da TL/ALN. (2) a visão política à base da qual estamos dispostos à convergência com os demais marxistas-leninistas brasileiros (não temos o monopólio da exigência da autocrítica, nem da tarefa da construção do partido e da realização da revolução).

Saudações comunistas /pelo Coletivo no Chile da TL/ALN  
Santiago do Chile, abril 72. José dos Santos.

(porque não é possível considerar a Réplica do companheiro José dos Santos como contribuição de um comunista sério à causa da unidade dos revolucionários marxistas do Brasil)

I-Discutir o quê?. A TL/ALN e especialmente seu principal porta-voz, o comp. José dos Santos (JS) vem constituindo um fator indiscutivelmente positivo no processo de reagrupamento dos comunistas do Brasil. Em um ano mudaram consideravelmente -para melhor- o panorama da luta ideológica no seio da ALN, que até então se restringia a pronunciamentos isolados de grupos dispersos, ainda buscando o rumo do enfrentamento com a direção extremista de classe média desta organização. Ao mesmo tempo, a TL/ALN contribuía para fortalecer o "polo marxista" de nossa esquerda, e particularmente no sentido de estabelecer e consolidar normas e métodos corretos de discussão política e de confronto de posições teóricas e políticas no interior do movimento revolucionário e socialista no Brasil. DEBATE compreendeu desde o início a importância da ACN, e desde o n.7 procurou organizar discussão sistemática em torno deste documento. É dentro desta discussão que ora se publica a Réplica do comp. José dos Santos. É dentro dela que exprimimos nosso ponto de vista não apenas sobre esta última intervenção do comp. -que fala como porta-voz da TL/ALN no Chile- como em geral sobre o rumo que tomou a discussão. Desde logo cabe assinalar que não se trata, em nosso entender ao menos, de um "duelo" oratório entre a TL/ALN e o "grupo-Debate", como diz o comp. JS. Por isso mesmo o fato do comp. JS ter invertido de certa forma o debate, e em vez de responder às críticas à ACN atacou as concepções de um de seus críticos (a saber, as minhas), só poderia, em princípio, constituir um positivo e útil alargamento do terreno da discussão. Tanto mais que o verdadeiro comunista não se contenta com "aceitar as críticas". Considera que elas são necessárias, e nesse sentido, sem mesoquismo intelectual algum, deseja ser criticado. Nesse ponto a luta ideológica lembra bastante a vida sentimental dos indivíduos: em ambas, a única desgraça real é a indiferença. As 22 páginas, espaço 1, que o comp. JS consagrou à vã tentativa de derrubar "minhas" "dez teses" (a responsabilidade pela elaboração das quais pertence integralmente ao comp. JS, e em absoluto não considero que se trate de síntese válida dos artigos que as teriam "erunciado": elas são uma caricatura, e o mérito de sua elaboração cabe ao caricaturista) mostram pelo menos que o comp. dá tanta atenção a meus trabalhos quanto a que Lênin deu outrora aos dos economicistas. Estou seguro que não há rigorosamente nenhuma analogia entre minhas posições e as destes deformadores do marxismo. Quanto à analogia entre o comp. JS e Lênin, ela pertence, a nosso ver, ao domínio da ventriloquia. É o que buscaremos mostrar.

Não será demais repetir que, por mais contestáveis que sejam as críticas que me dirige o comp. JS, elas têm o mérito, apreciável, de romper decididamente com os vícios trazidos pelo militarismo ao processo de discussão e de confronto de posições no interior de nosso movimento revolucionário: a mania de criticar subjetivamente e aos cochichos, de pixar e difamar adversários sem se preocupar em rebater seus argumentos, de recusar a responsabilidade das próprias afirmações, tudo isso, todas essas taras, só podem ser corrigidas, no que concerne ao método, pelo procedimento que o comp. JS, como nós mesmos, adota: a discussão pública e aberta. Isto posto, resta saber como o comp. JS pratica a crítica, como procura solucionar as divergências e como procura fundamentar objetivamente suas próprias concepções.

Não é difícil constatar nossos erros. Mais difícil é remontar às suas raízes, determinando-lhes tanto a natureza quanto a forma de superá-los. O mínimo que se pode dizer da Réplica é que investiga com extrema minúcia, detalhe após detalhe, uma série de textos de alcance diverso, de características distintas e redigidos com intuítos diversos, já que não se destinavam ao mesmo público nem foram elaborados na mesma ocasião. É passando este "pente fino" nesta massa de materiais -alguns dos quais, contrariamente ao que dá a entender o comp. JS não foram nem mesmo escritos por mim, como os editoriais de Debate, em cuja redação colaborei, e que assumo politicamente,

mas que representam trabalho direto de outros camaradas do Coletivo-Debate de Paris- que o comp. JS procura descobrir, nossos "erros" e "desvios" e afiançar a justeza de suas próprias concepções e métodos de trabalho. Mas o quê consegue provar realmente? Em que fundamenta suas afirmações? Como desenvolve seu raciocínio? O que há de concreto por trás das numerosas "frases de efeito" e ironias de seu discurso crítico? O que espere de uma discussão? São questões que devem ser examinadas para que nosso debate não degenerem em polêmica retórica, o que, no pior caso, permitiria saber quem é mais "hábil" em desmoralizar as teses alheias, mas em absoluto não nos faria avançar no rumo da solução dos problemas da teoria marxista da Revolução brasileira.

II- O método do comp. JS. O comp. JS supõe o tempo todo possuir a teoria e o programa marxistas da Revolução brasileira e quando esta convicção sua é contestada - como o foi por vários, ou todos que intervieram no debate sobre a ACN- defende-se recortando arbitrariamente no processo real da sociedade brasileira os dados e elementos que permitem "justificá-la". Daí vem sua obsessão pela coerência puramente formal de um raciocínio, e seu ar de triunfo quando pensa ter conseguido me por em contradição comigo mesmo. Opoõe o tempo todo estas supostas incongruências de meus artigos à geométrica coerência da ACN. Na realidade, este esforço era dispensável: se há algo que concedemos prazerosamente ao comp. JS é que o número de suas certezas subjetivas sobre a realidade brasileira é incomparavelmente superior que o das minhas. Outra coisa, claro, é saber se estas certezas subjetivas do comp. correspondem a uma realidade exterior a seu cérebro. Isso não lho concedemos. E antes de mais nada pelos próprios erros metodológicos já manifestos na ACN e agora reiterados na Réplica. Esses erros têm uma característica comum: a incapacidade do comp. em aplicar corretamente a dialética materialista na elaboração de uma teoria marxista de nossa Revolução. A questão crucial da "estratégia nacional-libertadora" ("e democrática") tal como vem tratada na ACN, permite ilustrarmos essa afirmação. Porque tal estratégia? Porque "não estamos de acordo com aqueles que partindo de um ponto de vista "esquerdista" não admitem um programa nacional-libertador e democrático, exigindo a instalação imediata da ditadura do proletariado, não considerando o processo revolucionário como resultante das contradições sócio-políticas, para se fixar unilateralmente na contradição econômica fundamental -burguesia X proletariado- que, ao caracterizar nosso país como capitalista leva à conclusão da necessidade de um programa socialista para a revolução" (ACN, D.7, p.38). Quando Lênin afirmava que a dialética é a ciência da unidade dos contrários, definia o princípio que a fórmula supra-citada da ACN infringe completamente. Segundo a ACN, o fato de "caracterizar nosso país como capitalista" não deve levar "à conclusão da necessidade de um programa socialista...", porque "o processo revolucionário (é) resultante de contradições sócio-políticas" (grifos nossos). São estas contradições - e não a "contradição econômica fundamental -burguesia X proletariado"- que determinariam o caráter da Revolução, ou como prefere o comp. JS, a "estratégia". Antes de mais nada notemos que considerar a contradição entre burguesia e proletariado como "econômica", por oposição a "contradições sócio-políticas" que aliás não são definidas (ao menos no contexto), é cair numa visão singularmente "econômica" da luta de classes. Do ponto de vista do materialismo dialético, o que ocorre na passagem citada é que as contradições "sócio-políticas" são abstratamente separadas das contradições "econômicas" (botamos entre aspas porque nos parece absurdo considerar a contradição burguesia X proletariado como econômica por oposição, insistimos ainda uma vez, a contradições sociais e políticas). Ora, colocar de um lado a economia e de outro lado a sociedade e a política, é negar a unidade dos contrários, é negar a dialética, é negar o leninismo naquilo que tem de essencial no campo teórico. Qual a raiz deste grave erro da ACN e de seu redator, o comp. JS? Trata-se indubitavelmente de uma reação ingenua contra o materialismo vulgar (que reduz tudo à economia). Para não cair na "contradição fundamental", para não reduzir a situação concreta à economia, o comp. JS, com

a maior tranquilidade, volta as costas à economia e se instala no domínio "sócio-político". O método marxista-leninista, ao contrário, consiste em determinar sempre a unidade da economia e da política. Claro que esta unidade não é concebida à maneira mecanicista, como "totalidade simples", mas tampouco não o é na base de uma diferença na indiferença, em que a economia não tem nada a ver com a política, nem esta com aquela. Este erro metodológico, que aniquila a tentativa de fundamentação teórica da "estratégia nacional-libertadora" ("além de democrática") se exprime, no que concerne ao conhecimento objetivo da realidade brasileira, na ausência de uma teoria do desenvolvimento do capitalismo em nosso país. No lugar dela, o comp. JS, tanto na ACN quanto na Réplica, se contenta em repetir, com modificações superficiais, e dando-lhe um sabor de "esquerda" ao afirmar a hegemonia do proletariado e o caráter principal da luta armada, a velha análise do PCB. Ou melhor, reforma esta análise com duas modificações: botando no lugar da "burguesia nacional" a "burguesia que não exerce monopólio em suas atividades econômicas" e condenando o pacifismo. Só esta segunda diferença realmente é marcante frente ao PCB; mas também os militaristas condenam o pacifismo e vivem politicamente desta condenação.

Metodologicamente pois, a doutrina da ACN sobre a estratégia consiste em separar as contradições, deixando entre parentesis a fundamental e concentrando-se nas demais. Tal doutrina nega a tese marxista-leninista da unidade das contradições e mais precisamente, a tese essencial do materialismo histórico que concebe a sociedade como totalidade articulada de contradições. Em vez de conceber o concreto (a "situação concreta" a "etapa", o "período") como momento determinado do desenvolvimento das contradições sociais e fundamentalmente determinado pela contradição fundamental, o comp. JS adota a metodologia empirista, ecleticista e anti-marxista que consiste em dividir a sociedade em compartimentos estanques (só formalmente "determinados em última instância" pelas relações de produção) cada um apresentando uma esfera própria de eficácia causal-determinante, cada um explicando pretensamente um pedacinho da "realidade". Realidade desde logo eminentemente subjetiva. O comp. JS reconhece que a "contradição fundamental" é entre a burguesia e o proletariado. O comp. JS reconhece que o Brasil é um país capitalista (o que significa para um marxista: o Brasil é um país onde o modo capitalista de produção é o modo dominante de produção). Mas o comp. JS insiste em que a "estratégia" (que conforme ele mesmo diz na Réplica (Tese VI) corresponde à noção leninista de caráter da Revolução) não pode ser "socialista". Depois de insistir (misturando abusivamente, diria mesmo, confusionalmente, níveis diferentes de análise e momentos distintos de determinação conceptual, nos diversos textos que pretende criticar) em que a alternativa entre "libertadores" e "socialistas" não é falsa e em que é só por inconseqüência que eu não tiro a conclusão de que a "estratégia" deve ser socialista, o comp. JS proclama que "hoje, no Brasil, só o proletariado pode levantar as bandeiras do "nacionalismo" e da "democracia" (Réplica, tese VI). Engraçado: se só o proletariado pode levantar estas bandeiras, se estas bandeiras não correspondem aos interesses específicos de classe do proletariado (já que também interessam ao conjunto do povo e até mesmo à brava burguesia não-monopolista), se as bandeiras que constituem os interesses específicos do proletariado são a coletivização dos principais meios de produção e a transformação da classe operária em classe dirigente da sociedade, porque então fazê-lo lutar essencialmente por objetivos ("nacionalismo" e "democracia") que não lhe são essenciais? Eis onde leva a separação empirista entre o "econômico" e o "sócio-político"... Segundo o comp. JS portanto, a contradição fundamental Burguesia X Proletariado não determina, no Brasil, o caráter da revolução na presente etapa. Por isso mesmo o comp. combate a "estratégia socialista". Segundo Lênin, "a passagem do poder de uma classe (grifo de Lênin) para outra é o caráter (grifo meu) primeiro, principal, fundamental, de uma revolução (grifo de Lênin) tanto no sentido estritamente científico quanto no sentido político e prático da palavra" (Certas sobre a tática, Obras, tomo 24, p. 34). Por isso mesmo, continua Lênin, "a revolução burguesa, ou democrática burguesa está termi-

nada no Rússia" (ibidem, p.34). Ao tirar esta conclusão, em abril de 1917, Lênin não estava em absoluto esquecendo o que o compJS chama de "contradições sócio-políticas". Com efeito, a passagem da revolução democrático-burguesa à revolução proletária havia ocorrido com a queda do absolutismo monárquico, da autocracia czarista, com a revolução de fevereiro, que a tinha provocada, e com a situação inédita que Lênin, desevolvendo a teoria marxista da luta política e do Estado, definiu como dualidade de poder. Ao mesmo tempo Lênin vitupera aqueles que "repetindo estupidamente uma fórmula aprendida de cóp, em vez de estudar (ambos os grifos de Lênin) o que havia de original na nova e viva realidade" (ibidem, p.34) se esquecem de que a "ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato" "já foi realizada" pelo próprio fato de que existia um poder soviético em coexistência antagônica com o poder burguês (ibidem, p.35). Evidentemente seria ridículo querer transpor esta situação ao caso do Brasil. Mas seria igualmente ridículo ignorar o método pelo qual Lênin determina o caráter de uma Revolução. E é nisto que se revela o caráter centrista, conciliador, da posição da ACN na questão da "estratégia". Nosso editorial sobre a Ditadura e a hegemonia da oligarquia monopolista (D.7) afirmava claramente que o "grande capital tem, em nosso país, uma base própria de dominação de classe" (p.3). Recusávamos com esta tese não apenas a doutrina simplória de um Jamil, mas também as teses do PCB que veem nos atuais detentores do poder os representantes dos interesses estrangeiros (e da oligarquia latifundiária), e que portanto preconizam uma "estratégia" "nacional-libertadora" ("além de democrática"). A ACN concorda globalmente com esta teoria, modificando-a no entanto em dois pontos importantes, como já assinalamos: em vez de falar simplesmente em interesses imperialistas e em seus agentes internos, fala em "burguesia monopolista", sem no entanto deixar de considerá-la como representando essencialmente interesses externos (tanto assim que denomina a luta por sua derrubada e sua liquidação como classe de luta de libertação nacional), e preconiza a luta armada como forma principal de luta. Mesmo na questão do papel dirigente da classe operária, enquanto afirmada no papel, nenhuma originalidade há na ACN em relação ao PCB: é o próprio Luis Carlos Prestes que vem salientar, num artigo recente (A luta revolucionária no Brasil, Nouvelle revue internationale, num. 163, março 72, p.106) estar convencido de que "o povo brasileiro, dirigido pela classe operária e por sua vanguarda marxista-leninista, saberá cumprir seu dever revolucionário". Não é pois possível levar a sério o compJS quando afirma, na tese VI da Réplica a "originalidade da visão estratégica da ACN". Abstração feita das analogias de concepção com o PCB, o "copyright" no caso já foi registrado há muito... Com efeito, ou se afirma que as tarefas burguesas da Revolução ainda restam, no essencial, a ser cumpridas (e a libertação nacional, mesmo que obtida sob hegemonia proletária, é uma tarefa da revolução burguesa), ou se afirma que a transformação burguesa da sociedade, no essencial já foi cumprida, e que portanto, como dissemos em D.6 e alhures, "não há programa popular fora da nacionalização dos principais meios de produção". No primeiro caso, a "democracia avançada" que com extrema originalidade a ACN preconiza para o Brasil de amanhã, exatamente do mesmo modo como o PCF a vem preconizando há muitos anos para a França de amanhã, etc. constituiria efetivamente uma etapa objetivamente inscrita no processo de desenvolvimento das forças produtivas sociais em nosso país e na situação respectiva das principais classes de nossa sociedade. No segundo caso, os marxistas do Brasil deveriam defender um programa unitário de lutas no sentido da derrubada da ditadura e da afirmação da plena independência econômica e política de nosso país (o que implica em subtrai-lo à subordinação e dependência em relação ao campo imperialista e especialmente à força dominante deste campo, os Estados Unidos). Mas devem igualmente avançar um programa completo (exprimindo todos os interesses do proletariado e dos trabalhadores assalariados de nosso país) que evidentemente não seria praticado em nossa agitação, mas explicado em nossa propaganda. Por isso quando falamos em momentos táticos principais, queremos dizer: temas centrais de nossa agita-

ção, conteúdo principal de nossas lutas imediatas, através das quais será possível acumular forças. Por isso colocamos o problema da tática e do programa a partir do ponto de vista da classe. Por isso não fazemos um documento como a ACN que trata de todos os problemas "essenciais" da Revolução sem dedicar nenhuma análise, nenhum estudo à luta operária, às palavras de ordem e métodos de luta que os comunistas devem defender junto a ela, à sua situação concreta no momento atual, etc. Isto é normal: o comp JS está mais preocupado com o caráter inacabado da revolução burguesa no Brasil, com a questão da reforma agrária democrática, com o que vai fazer com as cooperativas quando tomar o poder, do que com o fortalecimento da classe operária. Seria cair em artifícios de jurisconsulto dizer que a ACN fala também do "movimento clandestino" ao lado dos "destacamentos de propaganda armada", responder que a hegemonia do proletariado na luta "nacional-libertadora" ("além de democrática") é afirmada na ACN. Claro: ela é afirmada, e somente afirmada. É isto que é lamentável e sintomático. Em resumo, se reconhecemos que a burguesia é a classe dominante e se queremos derrubar a classe dominante, não há, não há artifício polêmico, não há declaração bombástica e sentenciosa que substitua esta simples verdade: que a única dominação de classe que se pode substituir à dominação burguesa é a hegemonia do proletariado, quaisquer que sejam as alianças de classe que faça com o campesinato como um todo, ou com o setor proletário e semi-proletário do campesinato. Por isso, é evidente que quando falamos em programa completo da Revolução, falamos em programa proletário e socialista. Só que - e nisso diferimos integralmente do comp. JS, não consideramos que se possa reduzir na prática o programa completo, o programa proletário, ao programa unitário que o proletariado propõe hoje ao conjunto das forças que se opõem, em nosso país, à ditadura e ao imperialismo. Que se releia a ACN: além de nela não haver nenhuma análise da situação da classe operária e de suas experiências recentes, além de não haver nenhuma proposição programática e nem mesmo tática sobre as formas de luta operária, não há tampouco nenhuma alusão ao sistema econômico e às medidas de gestão global da economia que se adotarão depois da vitória da "revolução nacional-libertadora" ("além de democrática"). Promete-se "nas empresas confiscadas o controle dos trabalhadores" (ACN, D.7, p.40), em "coletivização onde predomine o trabalho assalariado" (na agricultura) (D.7, p.40) e ... nada mais. A admiração do comp JS pelo marechal José Stalin dá um tom algo sinistro à tese 10 do mesmo programa unitário da ACN (D.7, ibidem), segundo a qual "serão permitidas a funcionar livremente todas as organizações políticas que ... não contrariem o presente programa nacional-libertador e democrático". Pelo visto, a boa vontade do comp. na questão das alianças vai apenas para a burguesia "que não exerce monopólio". Nenhum item consagrado à natureza do sistema econômico a ser instaurado e um item especial para dizer que quem não estiver de acordo vai ser posto fora da lei! Realmente, a estima pelo marechal José Stalin não é casual no comp. JS!

Quem seguiu o trabalho teórico desenvolvido pelos círculos-DEBATE sabe que seu estilo é combinar o estudo da realidade à crítica dos conceitos errôneos, propondo ao mesmo tempo, e na medida exata do avanço de nossas investigações, hipóteses verdadeiramente científicas, isto é, que exprimem as tendências gerais e dominantes de um processo estudado concretamente. Em nenhum dos editoriais a que alude o comp. JS há hipóteses ou teses que não se fundamentem em dados objetivos longamente expostos e comentados. Em qual dos escritos do comp JS encontramos o mesmo tipo de trabalho teórico? De Marx e de Lênin, no que se refere ao trabalho e à atividade teóricas, o comp. JS só assimilou o espírito sarcástico. Só que os lances sarcásticos de Marx e de Lênin faziam todo seu efeito porque eram o "baille" final depois de uma partida bem jogada. Já o comp. JS quer ao mesmo tempo chutar a canela do adversário e der-lhe um drible. Não dá. Tem que escolher.

Em nossos trabalhos, procuramos seguir de perto as manifestações concretas de cada setor, camada e grupo de pressão das classes dominantes, cada manifestação da situação e das lutas das classes dominadas de nossa

sociedade. É óbvio que nosso trabalho é incompleto, tem falhas e incoerências. Mas é justamente porque partimos da realidade objetiva que corremos o risco de errar, de não conseguir determiná-la completamente em sua contraditória complexidade. O compJS evidentemente está acima destes riscos, destas vicissitudes a que está sujeito quem só conhece a realidade depois de estudá-la concretamente. Está mesmo acima de Marx, que escolheu como dístico de seu trabalho teórico frases como "não há estrada real para a ciência" ou "às portas da ciência como às portas do inferno". No comp JS a "estratégia nacional-libertadora" ("além de democrática") é infusa, como o era a propriedade de fazer ou o na pedra filosofal. O discurso da ACN é um discurso essencialmente normativo, como de resto o reconhece o compJS. Ele diz à realidade como ela deve ser. Nenhum risco de erro neste caso. A única coisa que não se vê facilmente é para que servem estas dissertações intransitivas. (Refiro-me aqui ao valor teórico da ACN, à sua utilidade enquanto conhecimento. Quanto à sua utilidade no processo de luta interna na ALN, nosso coletivo já se pronunciou mais de uma vez e nossa posição continua a mesma: a ACN constituiu um passo positivo e importante na luta contra o extremismo de classe média).

Em nenhuma das intervenções do comp.JS se nota qualquer preocupação em fundamentar suas categorias e teses no processo real. A questão da "burguesia que não exerce monopólio" por exemplo: DEBATE nunca se referiu a um grupo social qualquer, seja ele classe, camada de classe, formação política ou mero grupo de interesse ou de pressão, sem primeiro descrevê-lo, mostrar o que significa economicamente e politicamente, seguindo as formas concretas de sua manifestação no processo social. Seguimos neste esforço a mais clara das lições teóricas de Marx e de Lênin: Lênin começou por estudar o Desenvolvimento do capitalismo na Rússia e em momento algum (como o mostra toda sua obra) julgou digno de um marxista sério introduzir categorias sem antes mostrar como objetivamente se fundamentam. Em momento algum da Réplica, em momento algum da ACN o compJS se dá ao trabalho de descrever quais as forças da burguesia não-monopolista, que setores da Economia controla, que posições políticas defende hoje, etc. A não ser que o comp. considere que este trabalho já foi feito nas Teses e resoluções do Comitê de São Paulo do PCB. Mas este documento se baseia num estudo de Vinhas de Queiroz de 1962. De lá para cá parece que o Brasil mudou um pouco, e sobretudo a burguesia não-monopolista, tão duramente golpeada pela política de Roberto Campos. Impossível pois levar a sério suas afirmações neste campo. Quanto a dizer que "o comp.FA descobriu a burguesia não-monopolista lendo a ACN" (Réplica, tese VII), é realmente fazer prova de presunçoso infantilismo teórico e político. O PCFrancês -para não falar de tantos outros- baseia toda sua tática, e isto desde há muitos anos- na aliança do proletariado com as camadas não-monopolistas ("couches non-monopolistes") da população. Um pouco à esquerda do comp JS, já que fala em camadas e não em burguesia não-monopolista. Mas segundo o comp.JS o essencial das tarefas burguesas da revolução ainda não foi cumprido no Brasil, o que explicaria seu direitismo programático (irmão gêmeo de seu esquerdismo tático).

Esta assombrosa indiferença à análise concreta de situações concretas leva o comp JS, mesmo quando diz coisas justas, a se exprimir sempre como um vulgarizador de idéias já conhecidas e nunca como um marxista que aplica o método para determinar uma situação inédita. As vezes faz no entanto com que perca o senso do razoável e que gratifique o leitor com declarações tão gratuitas quanto desprovidas de qualquer sentido, como por exemplo quando afirma, no tom mais categórico do mundo, que "a possibilidade de uma "via peruana" para nossa revolução já ficou para trás: no período da revolução de 1930, e na possibilidade de os tenentes nela terem exercido uma hegemonia". Como o trabalho teórico seria simples se afirmações deste tipo pudessem servir para alguma coisa! Esta "tese" com a qual o comp.JS bota um fecho de ouro na parte V de sua Réplica, ignora completamente não só o que foram os tenentes, mas o que foi 30. Ignora as correntes nacionalistas do Exército que tiveram um papel positivo na década de 50; retoma a velha tese dogmática de esquerda que nega qualquer papel positivo e burguês-reformista ao getulismo; esquece o imenso expurgo nas forças armadas realizado em 64.

Outro exemplo do método do comp JS é sua comparação entre a Espanha e o Brasil na tese IV da Réplica. Se o comp. quizesse proceder como um marxista, teria de se perguntar, como o fizemos em D.8, como se efetua a acumulação capitalista no Brasil e na Espanha e se a dominação imperialista em nosso país bloqueia o desenvolvimento das forças produtivas sociais. A doutrina "nacional e democrática" do PCB, reformada na doutrina "nacional-libertadora e democrática" da ACN só podem ter um sentido objetivo, se colocam claramente esta questão. E neste ponto a emenda da ACN é pior que o soneto do PCB. Para este, com efeito, a dominação imperialista vindo de fora (dos EUA sobretudo) bloqueia o desenvolvimento das forças produtivas nacionais. É uma tese que julgamos errada, que a experiência histórica mostrou ser errada (e que inclusive os autores soviéticos ao menos já estão reformando, como o comprovam seus textos mais recentes), mas é uma tese formulada no interior da problemática marxista e leninista do imperialismo. Já o comp. JS se perde em suas especulações contábeis e estatísticas e simplesmente não coloca a única questão de fundo... A Réplica malgrado sua inegável habilidade polêmica, sua ironia por vezes mordaz, sua argumentação compacta e microscópica (o que não quer dizer concreta: é um poderoso microscópio aplicado a uma folha de papel em branco, já que é impossível reconhecer o que eu disse na idéia que tem sobre o que eu disse o comp. JS), permanece no domínio da coerência puramente formal (como a de um computador eletrônico ou mesmo de um sistema geométrico). Por isso a verve inigualável do comp JS não pode e não deve iludir ninguém. Por mais bem feita que seja a peneira, ela não consegue tapar o sol. Seria fácil treplicar à Réplica. No plano teórico ela é um oceano que se atravessa com a água pelo joelho. Mas só um imoderado desejo de me auto-defender poderia explicar uma tentativa de desmontar peça por peça o artifício da retórica do comp JS. Será retomando uma fórmula que usa, a de "encerrar a questão quanto a seu lado pedante", que passaremos da contestação de seu método à apreciação das questões de conteúdo.

III- A Réplica e as contradições no seio das classes dominantes: De início, cabe um protesto global contra a sistemática e capciosa deformação de minhas próprias concepções, bem como das dos editoriais de DEBATE que faz o comp JS. Impossível, repito, enumerá-las uma a uma. O leitor que porventura se interessar pela questão poderá confrontar os textos incriminados e a tentativa de deformá-los operada pelo comp JS. Mas isto fica na dependência da iniciativa dos eventuais interessados. Entrar eu mesmo na refutação ponto por ponto seria correr demasiados riscos de que toda a discussão entre o comp. JS e eu fique condenada à "crítica roedora das ratazanas" - ou das traças. Começemos pois por precisar - para quem quizer que as coisas fiquem precisas, porque para aqueles que apreciam deformar as idéias alheias a imprecisão é virtude - que nunca sustentamos, em parte alguma dos escritos criticados pelo comp JS, a tese de uma aliança tática com nenhum setor "nacionalista" do regime. Aqui não cabem meias palavras: sustentar, como o faz o comp JS especialmente nas teses IV, VI e VII de sua Réplica, que pretendemos "integrar na frente única anti-ditatorial e anti-imperialista setores da burguesia monopolista" é deformar grosseiramente nossas concepções. Esperamos sinceramente que se trate apenas de uma segunda leitura descuidada que fez o comp JS do editorial de D.6 e dos textos que cita de D.7(p.10) e D.8(pp.31 e 33). Porque se não houve descuido, houve intolerável má-fé. Vejamos mais de perto como raciocina o comp. A acusação de querer fazer frente inclusive com "setores da burguesia monopolista" vem das passagens que o comp. cita ao enunciar as minhas pretensas X teses no exame das quais se divide a Réplica. Ora, os dois textos de DEBATE que o comp. JS cita para fundamentar esse seu juízo irresponsável (D. 8, p.31 e D.7, p.10) falam apenas em neutralização de certos setores da burguesia, enquanto classe indiferenciada, sem especificar setores ou camadas. Se o sr. Pedro Alleixo se bate pela revogação do Ato V, na medida em que esta revogação facilitar o trabalho de agitação e de propaganda no seio da classe operária, somos a favor. Já o comp JS, do alto de seus destacamentos armados, está pouco ligando para a repressão que podem vir a sofrer ou deixar de sofrer tais ou quais militantes operários. (Embora na ACN ele também saliente a importância das míni-

mas brechas e da necessidade da "limitada luta em torno das reivindicações democráticas" (D.7, p.39); mas ainda aí a preocupação maior não é de ver como estas reivindicações podem e devem ser defendidas na luta dos operários, mas sobretudo de que "os elementos progressistas da burguesia não conciliem com a ditadura" (ibidem). É isto no âmbito de um "movimento unitário" (ibidem). Não sabemos se o comp JS identifica "burguesia não-monopolista" e "burguesia progressista", isto é, se vencendo seu horror pela confusão entre as contradições econômicas e as contradições "socio-políticas", considera que um fabricante de móveis ou de sapatos, só por ter apenas uns dez operários em sua fábrica-que-não-exerce-monopólio-em-suas-atividades-econômicas há de ser progressista no plano político. De qualquer modo, a tese de uma aliança, de um "movimento unitário" com a burguesia progressista está aí expressa com todas as letras.) Que o comp JS, tão versado na leitura do marechal José Stalin, não saiba distinguir "aliança" de "neutralização", é algo que não é possível acreditar. Como então atribuir-nos a proposta de uma "frente" com "setores da burguesia monopolista", frente que supõe necessariamente alianças, ainda que táticas, e não neutralização? Malgrado minha imensa boa vontade, a verdade é que as vezes duvido da boa fé do comp. Mas sua "crítica" não para aí. Vai a ponto de acusar-nos de "apresentar proposta de "apoio crítico" aos "albuquerquistas" (Réplica, tese VIII). Baseia-se, para fazer tão irresponsável afirmação, na passagem seguinte do editorial de D.6: "Diante das promessas das diferentes tendências nacional-burguesas (de Albuquerque a Fato Novo) (o proletariado) deve conceder apoio crítico às que efetivamente golpeiem o poder dos grandes monopólios e afastem o Brasil da hegemonia ianque. Mas nunca o fará... em detrimento de sua independência de classe, de sua luta pela hegemonia e de sua luta de classe contra o Capital" (D.6, p.15). Semeamos dragões e colhemos pulgas. Dissemos (1) haver "promessas das diferentes tendências nacionais-burguesas"; (2) que diante delas, o proletariado deve conceder apoio crítico às que efetivamente golpeiem o poder dos monopólios. Resumir isto dizendo que propomos apoio crítico aos albuquerquistas é artifício de rábula de tribunal de primeira instância. O que fazer diante de quem faz uma promessa sedutora? Dizer que a promessa é bonita, mas que queremos fatos e não promessas. Que daremos apoio crítico a quem transformar em fatos suas promessas, e não a quem faz promessas. Só um imbecil acredita no que lhe dizem pelo simples fato de que lhe dizem algo. É penoso constatar que o comp JS não queria nem mais nem menos do que me fazer passar por um imbecil. Ou, pior ainda, que eu aconselhasse aos proletários de se comportarem como imbecis... Se citamos Albuquerque Lima e Fato Novo, é porque durante o ano de 1970 e até o início de 1971 (momento em que discutimos o editorial do número 6 de DEBATE) estes eram os exemplos mais notórios e expressivos de uma corrente política nacional-burguesa. Se o comp JS tivesse lido algum exemplar de Fato Novo teria sido um pouquinho mais lógico em sua tentativa de apresentar-me como candidato a "aliado" dos monopólios nacionais, e em vez de falar em "propostas aos albuquerquistas", teria falado em algo menos inverossímil, a saber em propostas (que de resto não foram nem podiam ter sido feitas) a Fato Novo, que apesar de justificar a ditadura militar (coisa que evidentemente torna impossível qualquer tipo, por mais tático que seja, de aliança com ele), fazia em todos os seus números uma inegável campanha anti-imperialista e falava com simpatia dos movimentos de libertação nacional. Mas para isso seria preciso que o comp JS abandonasse sua ciência infusa e se informasse um pouco sobre aquilo de que fala.

Questão diferente - e desta vez, questão de conteúdo - é a de se avaliarmos as forças de uma camada da burguesia (a saber, a não-monopolista) e de um setor de outra camada (a saber o setor "nacional" da camada dominante, que é a camada monopolista). Minha divergência com o comp JS neste ponto é a seguinte: segundo penso, o comp JS superestima as forças da burguesia não-monopolista e subestima as forças do setor monopolista nacional. Segundo o comp JS, eu subestimo as forças da burguesia não-monopolista e superestimo as forças do setor monopolista nacional. Numa discussão "de alto nível", como gosta de recomendar o comp JS, o que deveríamos ter feito é trazer dados concretos, tanto econômicos quanto políticos, para aprofundar

o exame do problema. Foi o que tentamos tanto nos editoriais de DEBATE quanto na discussão da ACN. Não creio que o compJS possa dizer o mesmo.

Não resta dúvida, no entanto, que algumas das observações críticas do compJS são procedentes e que tocam pontos fracos de nossas concepções. De resto, fomos nós que insistimos - basta reler os editoriais - em que estávamos propondo hipóteses de trabalho, que chamamos a atenção mais de uma vez para o fato de que seria ridículo considerar que conseguimos dar conta completamente dos fenômenos estudados. De qualquer modo, é por exemplo certo que designar pela expressão de Blocos os três setores das classes dominantes (que determinamos através de uma análise concreta de uma situação concreta) é atribuir-lhes uma consistência artificial. Como também artificial (mas aqui foi mais a má-vontade do compJS que deu à nossa formulação uma rigidez que ela não pretendia) considerar que a burguesia subordinada é em geral republicana e que a burguesia nacional-monopolista é em geral militarista. Esta tese é em geral correta, mas as exceções, as oscilações e as composições de força no seio das classes dominantes são demasiado complexas para que possamos dispensar reservas e cautelas neste tipo de afirmação (basta no entanto ler a imprensa burguesa brasileira, Visão, Veja, Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Estado de São Paulo, etc., para perceber que os adeptos do liberalismo econômico e portanto da total liberdade de movimentos aos grandes monopólios internacionais, defendem ao menos da boca para fora, o restabelecimento da "democracia" e do "estado de direito", enquanto que os partidários do protecionismo são bem mais indulgentes para com o regime de ditadura militar. No referente à questão dos "blocos", efetivamente devemos admitir que a noção de bloco, tal como foi originalmente empregada pelos grandes teóricos marxistas, e em especial por Gramsci, supõe a possibilidade e mesmo a perspectiva de comunidade de interesses por todo um período histórico (donde a expressão "bloco histórico"). Na linguagem atual da "nova esquerda" brasileira, a melhor tradução de bloco histórico seria "aliança estratégica". Isto supõe que as classes, camadas e forças que integram esta aliança histórica, tenham perspectiva de exercer sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade, que tenham a capacidade de transformá-la à imagem de seus interesses específicos. Tal não é o caso ao menos de um dos pseudo-blocos de que falamos em nossos editoriais, a saber do "bloco arcaico" (latifúndio tradicional e setores seus parasitários). Ao mesmo tempo, e dialeticamente, um bloco histórico se determina pelas classes às quais se opõe. O bloco histórico proletariado-campesinato se opõe antagonicamente ao bloco monopolista, mas evidentemente, as contradições entre os velhos latifúndios e os novos monopólios não têm nada de antagonico (tanto mais que não adotamos a tese do caráter "feudal" de nossa agricultura). Razão tem também a razão quando critica o fato de que em nossos editoriais "não se explica a razão econômica e/ou política do pro-imperialismo desta classe (da oligarquia latifundiária)" (Réplica, tese VII). Por isso mesmo, e aceitando estas críticas (que não modificam em nada o essencial de nossas teses), podemos sintetizar assim nossa posição sobre o problema das contradições no seio das classes dominantes: (1) o bloco monopolista é hegemônico; (2) no interior deste bloco se opõem, tanto no campo econômico quanto no campo político, os partidários do "Brasil grande potência" (setor monopolista nacional, setor público enquanto representante o capitalismo de Estado integrado ao domínio da burguesia monopolista (donde a problemática da transformação monopolista de Estado de nossa economia e de nossa sociedade e os partidários da "plena integração" com os interesses do imperialismo yankee (o que vale dizer, plena subordinação, porque quem se integra num sistema onde não é dominante, mas dominado, se subordina tanto mais quanto maior for a integração)); (3) a burguesia que não exerce monopólio em suas atividades econômicas, não pode em conjunto ser considerada como se opondo ao regime, nem mesmo à concentração monopolista da produção enquanto tal. Com efeito, uma das características essenciais da burguesia não-monopolista na época é o caráter atrazado de seu modo de produção. A consequência é (3.1) uma parcela, cada vez maior, desta camada é expropriada de seus meios de produção no processo que Marx chama de centralização do Capital (e que é uma

das manifestações da concentração monopolista da produção, sendo que o processo determinante da concentração é a acumulação do Capital); (3.2) em setores economicamente secundários, e em função do jogo da perequação da taxa de lucro, a burguesia não-monopolista consegue se manter; mas justamente se trata de setores secundários, e no que à produção industrial se refere, setores "tradicionais", onde a composição orgânica do Capital é baixa; (3.3) alguns setores da média burguesia se subordinam aos monopólios no próprio processo produtivo, por exemplo, fabricando um produto isolado que é parte do produto final elaborado pelo monopólio em questão (o caso da indústria automobilística em nosso país constitui um clássico exemplo); (3.4) alguns outros setores são incentivados pelo Estado a se agrupar, e em muitos casos, a associam-se de maneira a constituir novos monopólios nacionais: basta ler qualquer revista econômica brasileira ou qualquer seção econômica de qualquer jornal brasileiro para aperceber-se disto; (3.5) parte da burguesia não-monopolista que é expelida do processo produtivo pelo movimento de centralização do Capital se converte em pequena-acionista dos grandes monopólios: esta camada de "cortadores de talão", como os chamava Lênin, está intimamente comprometida com a expansão monopolista e a única maneira de neutralizá-los seria prometer-lhes que o governo revolucionário reembolsará em títulos da dívida pública ou de outra forma qualquer os pequenos acionistas das grandes empresas a serem nacionalizadas (ou mesmo confiscadas, como promete o compJS no referente às norte-americanas). Colocar a questão do comportamento da "burguesia não-monopolista" sem discutir estes e outros aspectos do problema é falar no vazio. Impossível pois considerar a doutrina do compJS sobre a burguesia não-monopolista como tendo caráter científico.

IV-A teoria do imperialismo e o compJS. Há ainda outro ponto onde as críticas do compJS são cabíveis. É quando aponta a maneira pouco rigorosa pela qual usamos as noções de tipo subordinação, integração, dependência, associação, etc. Todas estas noções pertencem ao campo teórico da categoria do imperialismo. É sabido que em torno das noções citadas, e de outras congêneres, há toda uma recente literatura, na qual ao lado de trabalhos sérios (no referente à América Latina, por exemplo, o trabalho de FH Cardoso e E. Faletto sobre Desenvolvimento e dependência) existem incontáveis digressões acadêmicas e escolásticas, e mesmo uma verdadeira moda de doutrinários da "dependência" onde o pedantismo rivaliza com a pobreza de idéias. Partilho com o compJS do justo desdém por esse gênero de especulação. Mas em nome deste desdém podemos reduzir a teoria marxista do imperialismo a algumas proposições solenemente inverificáveis como as que emite o compJS? O marxismo não é um dogma. Não confunde o conhecimento da realidade objetiva com o rigor puramente formal dos enunciados grandiloquentes. Ora, são enunciados deste tipo que encontraremos na ACN e na Réplica se nelas formos buscar elementos que contribuam a transformar em teoria o discurso ideológico do comp. sobre integração, associação, dependência, etc. Em relação às nossas concepções, o compJS assume pois o papel de um "crítico crítico" sem nenhuma capacidade auto-crítica. Porque é mais do que evidente que tampouco o emprego que faz o compJS destas noções é rigoroso. Tratemos rapidamente, e a título de primeira tentativa de retificação do uso nem sempre coerente que nós fizemos delas, de indicar em que rumo e de que maneira se lhes pode conferir um estatuto teórico adequado. (1) Integração: denota tanto o aparelho produtivo e portanto a divisão social (no caso da teoria do imperialismo, a divisão internacional) do trabalho quanto as relações de circulação e por conseguinte o mercado mundial capitalista. A categoria (ou noção) de integração exprime o processo complexo de unificação progressiva da totalidade divisão internacional do trabalho e da totalidade mercado mundial. É de notar que esta integração, na medida em que se realiza sobre a base das relações capitalistas de produção é um processo de desenvolvimento desigual. Compreende tanto as diferenças entre o aparelho produtivo nacional e os aparelhos produtivos dos outros países, quanto aquelas que correspondem aos diferentes trabalhos concretos (Agricultura/Indústria, produção de meios de produção/prdução de meios de consumo, etc.) aos níveis diferentes de desenvolvimento das forças produtivas so-

ciais (exprimindo-se como diferença na composição orgânica do Capital, isto é, como diferença na relação entre trabalho vivo e trabalho morto) e às diferentes relações de produção e diferentes momentos do desenvolvimento das relações capitalistas de produção (pequena produção mercantil, produção capitalista não-desenvolvida - onde a subordinação do Trabalho ao Capital é formal e não real, produção capitalista desenvolvida, etc.). (2) Associação e Subordinação: denotam correlações econômicas (e políticas) de forças no interior do sistema capitalista internacional, respectivamente de igualdade e de desigualdade. São pois relações internas ao campo imperialista: o capitalismo sendo essencialmente "integrador" (criando e desenvolvendo o mercado mundial e internacionalizando a divisão social do trabalho), é seu desenvolvimento desigual, movido pela busca da mais-valia, que engendra, re-produz e amplia as relações de subordinação. (3) Dependência: esta noção, que está no auge da moda, sobretudo entre intelectuais de "extrema esquerda", mereceria por si só um tópico a parte. Temos de deixá-lo para outra oportunidade, mas queremos assinalar que ela só pode ser usada corretamente a partir da concepção marxista da unidade dos contrários, núcleo essencial da Dialética. Ela implica com efeito (a) a idéia de unidade - no caso, de unidade do sistema capitalista internacional e (2) a idéia de relações de dominação nesta unidade. Mas há que entendê-las dialeticamente: o imperialismo "depende" das matérias primas que extorque dos países "dependentes", mais ou menos como na dialética hegeliana do senhor e do escravo (o senhor era o escravo de seu escravo e o escravo senhor de seu senhor. (Que o "escravo" possa ser senhor de seu senhor mostra-o o avanço das lutas de libertação nacional no mundo todo: quando se vê que hoje os países árabes conseguem impor aos grandes trustes do petróleo um preço conveniente, percebe-se que a unidade em questão é mesmo unidade de contrários).

Claras como são as noções acima referidas, causa espanto ver o compJS embarcar no confucionismo dos ideólogos radicais de classe média, como o faz na Tese IV da sua Réplica, onde afirma que "hoje" a "subordinação" do Brasil ao imperialismo dos EUA tem as características de "cabeça de ponte" e de "satélite privilegiado". Altíssima cientificidade tem com efeito o "conceito" de "cabeça de ponte". No caso, a ponte entre a cabeça e a realidade é das mais incertas. Querer caracterizar o que tem de atual a dominação imperialista com este tipo de metáfora é abdicar do materialismo histórico. Qualquer um sabe hoje que o essencial nesta questão é que a divisão internacional do trabalho no campo imperialista foi alterada, com o fato de que os investimentos imperialistas na América Latina (para ficar só no nosso caso) já não se dirigem mais principalmente para a agricultura e indústrias extrativas/minerais, mas para a indústria de transformação. Construir doutrinas "nacional-libertadoras" ("além de democráticas") ignorando estes fatos elementares é começar bastante mal no campo teórico. Em vez de trabalhar nesta direção, na direção do materialismo histórico e dialético, o que de melhor ocorre ao comp JS é propor, na mesma tese IV da Réplica uma pirâmide mais barroca que faraônica, onde repousam, em solenes sarcófagos teóricos, preciosidades como "os países subordinados com... participação nos lucros" os "países subordinados com menores (ou sem) privilégios", os "países submissos", os países que "escapam desta classificação" e até os "países dependentes sem condições de concorrência". Nosso critério, salienta o compJS jogando um lampejo final na brilhante construção, "é mais político que econômico". Com efeito... (Aliás ao ler esta passagem ficamos sabendo que houve uma "revolução não-proletária" no Equador! É realmente um furo de reportagem!!! Felizmente, ao terminar esta conceptualização realmente antológica, o compJS, num profético vislumbre reconhece que "toda classificação pode ser tachada de artificial". Realmente, mas ocorre que há bons e maus artifícios, e há classificações inúteis e classificações úteis, há as sérias e as diletantes. Dispensamo-nos de classificar a classificação do comp JS. A pirâmide do compJS nada mais é que o complemento empirista de sua doutrina neo-katskyista de que "todos os demais países (além dos EUA) apresentam formas de maior ou menor dependência (em relação aos EUA)" (Réplica, tese IV). Mas ao menos Kautsky fundamentava mais seriamente suas teses...

V-A autocracia militar-burguesa: A audaciosa incursão do compJS pelos ingratos domínios da Etmologia (deixando de lado o lado pedante da questão) não fortalece a causa de sua definição da ditadura como militar-fascista-pro-imperialista. Analisemos ponto por ponto esta definição:

(a) Ditadura: versado como é na arte de dizer o que as palavras querem dizer o compJS não poderia -ou ao menos não deveria- ignorar que na tradição marxista, o conteúdo essencial do conceito de ditadura não é a idéia de "mandato" (como ele afirma na Réplica, II) mas de hegemonia de classe. Quando pois opõe o regime de 64 ao anterior chamando o primeiro de ditadura e o segundo de república (cf. ibidem), o compJS nada mais faz que caucionar a tese ultra-direita de que a República burguesa de 46 não era em seu conteúdo uma ditadura de classe (em nosso entender: de uma aliança de classes entre a burguesia industrial e o latifúndio). Esta tese ultra-direita é irmã gêmea da tese ultra-esquerda defendida entre outros pelo POC e VAR-Palmares que "caracterizam" o regime atual por "ditadura dos patrões" e "ditadura burguesa, caindo na tese nihilista do "quanto pior, melhor" já que fazem questão de ignorar que entre a "ditadura do patrão" Jango e a "ditadura do patrão" Garrastazu há algumas pequenas diferenças, tais como o direito de greve, o CGT, a ausência de tortura sistemática contra os militantes comunistas e revolucionários, a liberdade para a imprensa marxista, e outras coisas mais que nossos ultra-bolcheviques e ultra-guerrilheiros fazem questão de desdenhar. A estas duas posições simetricamente duvidosas, opomos a nossa, de que a diferença entre o regime anterior e o posterior a 64 não é a de que o primeiro era uma república e o segundo uma ditadura (tese do compJS), já que consideramos, na tradição marxista, que ambos são ditaduras de classe está na oposição entre a forma republicana e a forma autocrática de ditadura de classe da burguesia. A luta pelas liberdades públicas, e especialmente pela liberdade de organização dos trabalhadores deve ser o tema central da agitação política nos países submetidos a um regime autocrático. Com o que não concordam nem o compJS -cuja estratégia antes de ser democrática é "nacional-libertadora" e que à testa de seus destacamentos de propaganda armada não terá muito tempo para se preocupar com o mesquinho trabalho em sindicatos e em associações de amigos dos bairros, nem os super-esquerdistas de POC e VAR-Palmares, que investem com a mesma ferocidade e denodo contra o patrão da U.S. Steel e contra o patrão do primeiro botequim da esquina.

(b) - Militar: formalmente, estamos de acordo com o compJS neste ponto. Mas não fica claro como ele analisa o que consideramos como expropriação pelas forças armadas enquanto aparelho e enquanto instituição, do exercício da direção política do país. De qualquer modo, estamos de acordo com o que vem dito na ACN, I, c, D. 7, p. 37, sobre este ponto.

(c) - Fascista: Não conseguimos encontrar, em toda a tese II da Réplica, um só argumento sério em favor do caráter fascista do regime. Salvo a aceitar um uso anti-histórico do termo, que considera como fascista qualquer regime burguês onde inexistam liberdades públicas. (Do mesmo modo como certos autores consideram "feudal" qualquer modo de produção onde a exploração do trabalho não seja puramente econômica, como se houvesse exploração "puramente" econômica do trabalho). Que em nossa agitação e de denúncia mostremos as analogias entre o despotismo militar-burguês atual e o despotismo fascista, nada mais justo. Mas que se confundam estas analogias com a natureza profunda do regime, é algo que nos parece um grave erro. Em que pesem suas peremptórias afirmações, o compJS nem sequer tenta refutar a análise diferencial destes dois sistemas políticos tal como foi feita em A natureza de classe do Estado brasileiro. Remetemos o leitor a esse artigo. Acrescentamos tão somente, além das diferenças expostas no texto citado, uma que nos parece essencial: que a base da propaganda fascista era uma demagogia anti-capitalista e que foi graças a ela, sobretudo na Itália, que a reação conseguiu dividir e paralisar a classe operária. Onde no golpe de 64 se encontra esta demagogia anti-capitalista?

(d) - Pró-imperialista: não somos dos que se consideram satisfeitos com a fórmula, tão na moda, de sub-imperialismo. Houve até quem tentasse defini-lo como "a fase monopolista do capitalismo dependente", num evidente vício ló-

gico, posto que o prefixo "sub" que deveria ser definido, reaparece na definição através da palavra "dependente": o imperialismo é "sub" porque o capitalismo é "dependente". Quem não souber o que é "dependência" (e a confusão em torno do tema leva a pensar que ninguém sabe) fica sem saber também o que é "sub". Feita esta reserva, e concordando com o compJS de que atrás dela pode vir um contrabando "cepalino", perguntamos o que significa, fora o sentido óbvio, a fórmula "pró-imperialista" aplicada à definição do regime. Que ele é a favor do imperialismo? Mas é também a favor do capitalismo. E que regime burguês não é a favor do imperialismo? Ou será que se pretende dizer que o regime anterior a 64 era anti-imperialista? Franca-mente, não vemos onde está a tão decantada "cientificidade" desta definição.

Para terminar, queríamos assinalar que quando na tese II de sua Réplica, o compJS descobre que "autocracia militar-burguesa" é a "expressão estatisticamente mais frequente" que adotamos para "definir a ditadura", é dele a responsabilidade de se fiar mais nos critérios quantitativos da Estatística que na avaliação do desenvolvimento de nossa análise do regime, que nos levou a abandonar a fórmula "ditadura oligárquico-militar" por e ta, que julgamos mais correta - e pensamos ter dito porquê - de "autocracia militar-burguesa". No mais, querer conceder ao Czar de todas as Rússias o monopólio do autocratismo, é algo que não nos parece justificável nem no domínio da História nem no da Etmologia...

VI- Lênin, Stalin e seus epígonos: A tese X da Réplica replica não a mim individualmente mas ao Coletivo Debate de Paris, responsável pelo editorial sobre a Atualidade do leninismo. Tudo gira em torno de uma tese muito simples: a de que o compJS não somente recusa, mas condena a pergunta sobre a essência do leninismo. Aqui realmente o equívoco é completo. Claro que na prática o grupo político que se converter em direção revolucionária do proletariado terá resolvido, por sua prática, nossa pergunta. Mas como nenhum grupo político se acha perto disso, o que importa hoje (esse hoje que foi sublinhado em nosso editorial, e que não é o amanhã hipotético dos hipotéticos destacamentos de propaganda armada do compJS) é examinar de que maneira o leninismo pode orientar nossa luta política. Um documento como a ACN, que não traça nenhuma diretriz para a ação dos comunistas no movimento operário, pode ser considerado por seus autores como a última palavra em leninismo, mas nossa limitada "cultura" leninista (como diz o compJS) permite-nos duvidar da idéia que os comp. de TL/ALN se fazem de seu próprio conhecimento e de sua própria capacidade de aplicação dos ensinamentos essenciais contidos na obra de Lênin. Dizemos "duvidar", não dizemos "contestar". Há elementos positivos na ACN sobre o que seria a "tradução" destes ensinamentos na luta revolucionária dos comunistas do Brasil. Mas estes elementos estão entremeados de concessões ao militarismo, das quais a mais grave é a de não colocar a respeito da luta armada, a única questão realmente essencial, e que é aquela que nosso Coletivo escolheu - justamente por achá-la a questão essencial - para figurar na contra-capa do presente número: hoje, a luta armada, tal como concretamente pode ser desenvolvida, contribui para desorganizar as forças da ditadura ou as forças da Revolução? Esta é a questão que em sua época Lênin formulou em direção do terrorismo; esta é a questão que formulamos em relação ao militarismo; esta é a questão que a ACN escamoteia o tempo todo, na base do "uma mão lava a outra", distribuindo críticas (justas) aos extremistas de clãs e média, mas anunciando (no papel) destacamentos armados: Quando vemos que a despeito deste "pequeno" lapso, o compJS pretende não somente ter haurido o essencial do leninismo, mas inclusive ensiná-lo numa "escola de quadros", somos levados a parafrasear as Teses sobre Feuerbach e perguntar: "mas quem educará os educadores?". Também não convence a pretensa "defesa" de Lênin que faz na mesma tese X o compJS. Além de repetir exatamente o que dissemos no editorial de DEBATE-9, no que se refere à questão de "entortar a barra" para o lado oposto ao do principal desvio do momento (atitude perfeitamente justificável na luta ideológica), o compJS, especialmente quando menciona o que chama "caso-Luxemburgo", atribuiu falsamente a Marx e

Engels, "desde a época do Manifesto a tese de que a fábrica estimula a disciplina do proletariado; o compJS chega mesmo a elogiar "a divisão do trabalho nas fábricas" (Réplica, tese X) e tenta fazer crer que essa era a opinião dos fundadores do materialismo histórico. Para ver a seriedade com que o compJS cita os clássicos, confrontemos o que diz de Marx com o que Marx ele próprio diz. A "tese do sentido de disciplina do proletariado, enquanto consequência de sua experiência nas fábricas... não é de Lênin, e sim de Marx-Engels desde a época do Manifesto" (JS, Réplica, tese X). O que diz sobre isso Marx e Engels no Manifesto? Que "massas inteiras de operários amontoados na fábrica são organizados militarmente. Simples soldados da indústria, são colocados sob a vigilância de uma hierarquia completa de sub-oficiais e de oficiais. Não são apenas os lacaios da classe burguesa, do estado burguês, mas também, dia após dia, hora após hora, os lacaios da máquina, do contramestre e sobretudo do próprio burguês fabricante. Este despotismo é tanto mais mesquinho, odioso, exasperante, que proclama abertamente o lucro como seu fim único". "As distinções de idade e sexo não têm mais importância social para a classe operária. Ela é reduzida a instrumento de trabalho, cujo custo varia segundo a idade e o sexo". "O trabalho dos proletários perdeu todo interesse com o desenvolvimento da maquinaria e a divisão do trabalho. O trabalhador se torna simples acessório da máquina" (Marx e Engels, Manifesto Comunista, parte I). O mínimo que se pode dizer é que o compJS violenta da maneira a mais flagrante o pensamento e a própria letra do Manifesto Comunista. É um comunista que não conhece o texto essencial a partir do qual alguém pode se dizer ou não comunista. É lamentável que sua sofreguidão em rebater as teses de DEBATE o leve a tais extremidades. Impossível considerar tal sofreguidão como um argumento político.

O caso Stalin e o pensamento de Mao-tse-Tung. Sempre recusamos a tese trotskysta de que a luta entre Stalin e Trotsky seja atual. Sempre recusamos fazer frente com oportunistas de esquerda e de direita em torno do tema do "anti-stalinismo". De resto, é falsamente que o compJS nos atribui a expressão "stalinismo": em todos os textos que critica ela só aparece uma vez, e ainda assim entre aspas. Isto posto, e tendo deixado claro que nos oporemos sempre a dividir nosso movimento comunista e revolucionário em torno do "caso Stalin", achamos inadmissível que o compJS, jogando com o relativo desconhecimento, por parte de nossos companheiros mais jovens, dos fatos históricos do período em que Stalin pontificou no movimento comunista internacional (quando era oficialmente chamado de "genial guia dos povos"), se permita fazer tão contestável panegírico de um homem a respeito do qual mesmo os camaradas chineses (que o defendem encarniçadamente) admitem ter cometido "certos erros" (embora com um pundonor pouco leninista nunca digam que "certos" foram estes). A "heróica e vitoriosa defesa" da "pátria socialista" teria sido muito menos difícil se Stalin não tivesse feito executar alguns dos melhores generais do Exército Vermelho às vésperas da II Guerra Mundial ("fundamentando-se" em grosseira provocação da Gestapo, como ficou sóbejamente demonstrado mais tarde). Atribuir ao homem que justificou em 1935-38 o emprego sistemático da tortura, batizando-a com miserável eufemismo de "coação física" os méritos principais da resistência vitoriosa ao nazi-fascismo, é brincar com as coisas sérias. Antes do XX e do XXII Congressos do PCURSS o compJS teria podido exercer seu labor apologético com menos riscos de ser desmentido. Mas hoje é realmente espantoso que possa permitir-se tão levianas afirmações. Lamentável também é que o compJS utilize o velhíssimo artifício do "amalgama", querendo fazer crer que minha caracterização de Stalin como "marechal" e não como "camarada" se aplique igualmente a Mao-tse-Tung. Este último foi o dirigente incontestável da segunda grande revolução de nosso século (e a levou à vitória justamente porque não aplicou as ordens de Stalin). Muitas são as reservas a fazer a seu "pensamento" e mesmo à sua prática política como dirigente do PC e do Estado chineses. Mas como não ver que o balanço global de sua obra é extremamente positivo, que abriu o rumo do socialismo a 700 milhões de indivíduos? Ao passo que consideramos o balanço global da atuação de Stalin como negativo, que causou mais prejuízos que deu vitórias à causa do Socialismo e que conspurcou seu nome em crimes

que nenhuma retórica bombástica poderá ocultar. E é uma estranha e bem jesuítica maneira de ser comunista esta que consiste em considerar que o grave não são os crimes que Stalin cometeu, mas o fato de tê-los denunciado. Que Krushev deu contribuição original à causa do revisionismo, é algo que nos parece manifesto. Mas é impossível aceitar os argumentos dos camaradas chineses quando em sua série de brochuras Sobre a questão de Stalin, ficam criticando Krushev por ter revelado os crimes de Stalin sem antes dizer claramente se estes crimes foram ou não cometidos. Que o imperialismo explora os erros dos comunistas é evidente. Mas que o "ocultamento de cadáveres" seja prática recomendável é algo que não nos parece evidente.

De resto, as predileções do compJS pela figura de Stalin são secundárias na medida em que não implicam em consequências práticas para suas posições políticas atuais. Ocorre porém que estas consequências existem. Basta ler na ACN a parte final sobre a "política exterior da organização" (D.7, pp.45-46) onde criticando a "omissão" da ALN "em relação à questão sino-soviética", o comp preconiza "atitude positiva de lutar pela unidade do mundo socialista, em torno dos princípios do marxismo-leninismo, e através de uma luta ideológica permanente e de alto nível". A intenção é boa. Mas a omissão permanece. Ou será que o compJS considera ter resolvido o problema por seu simples apelo aos "princípios" e ao "alto nível"? Uma organização comunista séria não pode "se mancar" quando as tropas soviéticas entram na Tchecoslováquia, nem quando a polícia polonesa dispara sobre operários em greve. Ou diz que em ambos os casos havia preparação de contra-revolução e que as divisões blindadas do Pacto de Varsóvia entraram em Praga para defender a causa do proletariado e do socialismo, ou diz que houve mesmo uma invasão e que se tratou do exercício de uma política de grande potência por parte da União Soviética. Pessoalmente, inclinamo-nos pela segunda hipótese, sem no entanto encampar as teses chinesas sobre o "social-imperialismo", que nos parecem tão pouco fundamentadas e tão subjetivas quanto a doutrina do "restabelecimento do capitalismo na União Soviética". Mas a questão é de saber com que malabarismos mentais seria possível ao mesmo tempo deixar de tomar posição em cada problema de importância concernente ao movimento comunista e operário internacional e atuar "positivamente" para dirimir os conflitos que o dividem. Mesmo os camaradas vietnamitas, que em absoluto não estão "na órbita" soviética, tomaram claramente partido pela intervenção na Tchecoslováquia. Ao mesmo tempo, os companheiros chineses, tão sensíveis aos sofrimentos da classe operária tcheca, ergueram brindes, na pessoa do camarada Chu-en-Lai ao assassino-de-operários Numeiri, anti-comunista feroz e ditador do Sudão. Será difícil ao compJS exercer seus bons ofícios em situações tão contrastantes e irreconciliáveis. Sem uma análise marxista do que é hoje o campo socialista, não se pode tirar nenhuma norma de conduta em relação às contradições que o dividem. Nenhum elemento para esta análise se encontra na ACN.

Para terminar, queremos precisar nossas posições no referente ao processo de reagrupamento dos comunistas do Brasil. O compJS critica acerbamente algumas formulações nossas, que, separadas de seu contexto efetivamente merecem críticas. Só que foram feitas dentro deste contexto. Se "torcemos o bastão" no sentido da "ampla corrente" foi que achávamos (há um ano atrás) que o essencial era generalizar a discussão. Hoje as coisas avançaram bastante, e para este avanço muito contribuiu a consolidação da TL/ALN, inclusive agora com uma publicação regular (Unidade e luta, cujo primeiro número nos pareceu excelente exemplo de uma imprensa marxista militante), e nesta consolidação a militância pessoal do compJS teve notoriamente papel decisivo. Por isso mesmo consideramo-lo um comunista sério e lamentamos com muito mais razão que como comunista sério não se tenha comportado ao replicar a nossas críticas. Até que ponto nós mesmos fomos capazes de evitar erros de método no desenvolvimento desta polêmica, é coisa que cabe a todos os companheiros decidir. Mas estamos conscientes de que nossa discussão com o comp JS tomou um rumo que não é o mais correto.

Saudações comunistas

Paris, Fernando de Andrade,  
julho de 1972.

O BRASIL ESTÁ NADANDO ( E SE AFOGANDO ) EM DIVISAS

Henrique Henriques

Na campanha de propaganda da ditadura, um dos temas preferidos é o aumento das reservas em divisas do Brasil. Até há pouco tempo, existia no país a noção mais ou menos generalizada de que eramos devedores crônicos. Era rotina vermos os ministros da fazenda correrem periodicamente aos credores para pleitear prorrogações e novos empréstimos, coisa rotulada de rescalonamento da dívida externa. Eis que agora a situação aparentemente mudou, com a ditadura proclamando uma das grandes vitórias da sua "revolução": o país tem dinheiro, muito dinheiro em caixa.

Em 1970 fechou a balança de pagamentos com um saldo em divisas de 545 milhões de dólares e já em novembro de 71, durante sua passagem por Londres " a fim de tratar da criação de um banco multinacional constituído por bancos brasileiros, americanos, alemães e suíços ", Delfim Neto declarava-se em condições de " fazer um balanço extremamente satisfatório da situação econômica brasileira: taxa de crescimento do produto nacional bruto superior a 10% em 1971. Quanto às reservas em divisas, elas continuam a crescer e atingirão 1,6 bilhões de dólares no fim do ano " ( Le Monde, 18/11/71 )

Contudo, no mesmo mes de novembro, a revista especializada britânica Commerce International escrevia, sob a rubrica Brasil, o seguinte: " Continuando sua politica de expansão internacional, o Banco do Brasil está abrindo escritórios em Lisboa e Tóquio. As importações do país totalizaram 2.310 milhões de dólares nos 8 primeiros meses do ano, ou seja, 30% a mais do que no mesmo periodo do ano passado. Durante esses mesmos 8 meses, as exportações cresceram somente 2% e o déficit comercial durante este periodo foi de 450 milhões de dólares."

Se, transcorridos dois terços do ano a balança comercial já acusava um déficit próximo do meio bilhão, com que receitas extraordinárias o ministro da fazenda estava contando para poder afirmar que a balança de pagamentos seria fechada com um saldo em reservas de um bilhão e seiscentos milhões de dólares? Qual a mágica que o Schacht caboclo contava fazer? Vamos tentar descobri-la nos próprios dados publicados recentemente pelo Banco Central do Brasil e reproduzidos aqui. Trata-se do resumo da balança de pagamentos de 1965 a 1971, que passamos a analisar.

O primeiro item é a balança comercial. Verifica-se que nos últimos seis anos sempre houve saldos positivos ( embora nitidamente decrescentes ) salvo em 1971, quando já a diferença entre exportações e importações foi negativa, confirmando a situação referida por Commerce International: 325 milhões. A ditadura tem feito muito estardalhaço afirmando o aumento das exportações, oferecendo estímulos fiscais e financeiros, incentivando a indústria de exportação. A realidade demonstra contudo que o esforço de importar foi muito maior: enquanto o valor das exportações dobrou em seis anos ( de 1.596 para 2.900 milhões ), o valor das importações foi multiplicado por 3,4 vezes ( de 941 para 3.225 milhões ). Se o déficit fosse limitado apenas à Balança Comercial, nada de muito grave, já que em outros anos ela tem sido favorável. O alarmante é o déficit da Conta-Corrente, que equivale a exportações menos importações menos serviços ( isto é, a conta que agrupa os juros da dívida externa, a remessa de lucros, o pagamento de royalties, os fretes e seguros, as despesas do governo no exterior, o turismo internacional, etc. ) Esse déficit foi de 281 milhões de dólares em 1969, 562 milhões em 1970 e 1.290 milhões em 1971.

A esses números negativos é preciso acrescentar os pagamentos feitos a título de Amortização de Empréstimos, tomados para cobrir déficits anteriores: 533 milhões em 1969, 649 milhões em 1970, 860 milhões em 1971.

Nesses últimos anos o Brasil teve portanto uma necessidade crescente de financiamento. Precisou tomar novos empréstimos para fazer face aos déficits somados à amortização de dívidas antigas. Essa necessidade era de 814 milhões em 1969, 1.211 milhões em 1970 e 2.150 milhões de dólares em 1971. No item 6, Ingresso ou Saída de Capitais, verifica-se como essa necessidade foi atendida. Tirando os investimentos de novos capitais, os empréstimos e os financiamentos obtidos (isto é, novos endividamentos) somaram respectivamente 1.259, 1.609, e 2.682 milhões de dólares nos últimos 3 anos.

Está aí, portanto, revelada a fórmula mágica de Delfim Neto: éle toma emprestado a mais do que realmente precisa e assim pode acusar um saldo em reservas. Em 1969 precisava 814 milhões, obteve 1.259, sobraram 549 milhões. Em 1970 precisava de 1.211 milhões, conseguiu 1.609 milhões, sobraram 545 milhões. E no ano passado sobraram 536 milhões. É dinheiro que custa caro conservar em caixa, paga juro alto, precisa ser amortizado e agrava a já gravíssima situação do Brasil diante dos seus credores internacionais.

A dívida externa do país, que era de 3.300 milhões em 1967, subiu a 5.296 milhões de dólares em 1970 e, com o violento deficit da conta corrente em 1971, mais o decantado crescimento das reservas, já atingiu a casa dos 7 bilhões de dólares.

Em novembro, quando o gordo ministro das finanças fazia seus contatos nos altos meios financeiros internacionais, falando em abrir agências do Banco do Brasil e em constituir um banco multinacional, éle estava repetindo a romaria dos seus antecessores à cata de empréstimos. E já estava absolutamente seguro de tê-los obtido, pois antecipou corretamente o resultado ( " as reservas em divisas atingirão 1,6 bilhões no fim do ano " ). De fato, somando os saldos de 69, 70, e 71, as reservas chegam a 1.630 milhões.

Antes de 1971, os maiores déficits de conta corrente registrados foram os de 1952 e de 1960, respectivamente de 707 e 547 milhões de dólares. Agora a cifra é de 1.290 milhões. Como não se observa nenhuma tentativa de freiar os gastos, 1972 será provavelmente pior ainda e o processo de crescente endividamento ( e portanto crescente dependência ) continuará galopante. Enquanto os empréstimos e financiamentos continuarem a ser obtidos, nada acontecerá, o ministro continuará sorridente e a ditadura eufórica. Mas no dia em que as fontes de dólares secarem, a situação no Brasil, sob o ponto de vista cambial, será dramática. E muitas causas podem levar ao fechamento das torneiras: uma mudança da conjuntura econômico-financeira internacional ( como a crise do dolar ), uma mudança na conjuntura política internacional, uma crise de mercado nas exportações brasileiras, um simples basta dos credores alarmados com a condução dos negócios no Brasil, uma mudança na política nacional que seja do desagrado dos credores, a decisão destes de exercer pressão visando novas vantagens políticas ou econômicas...

No ano passado, A Tribuna da Imprensa esboçou uma análise da balança de pagamentos do Brasil. O diretor do jornal foi parar na cadeia e o ministro da fazenda na televisão, para dizer ao povo que tudo vai bem no melhor dos mundos. O assunto, portanto, é explosivo. A interpretação lógica das cifras oficiais não pode ser refutada. Poder-se-ia tentar contestar o fato de estarmos isolando essa análise de todo um contexto pintado de cor de rosa: o crescimento espantoso do produto nacional bruto,

o extraordinário "boom" econômico nacional, os colossais investimentos em infraestrutura industrial e viária, as transamazônicas, os túneis e viadutos, a juventude bem nutrida sucupirizando em Ipanema - tudo fartamente documentado a cores nas edições especiais de Manchete. De fato, números absolutos não significam nada, uma dívida de 500 milhões significa coisas diferentes para países diferentes, de acordo com a sua riqueza e o seu potencial econômico. Mas, no caso, não estamos nos limitando a números absolutos, estamos confrontando o que o Brasil gasta com o que produz no terreno das transações internacionais. As riquezas e o potencial econômico do país contam sim, mas apenas para o efeito de caucionar mais créditos, aumentar a dívida e a dependência. Até quando e até que ponto essas riquezas ainda são nossas?

#### Notas:

1. A margem da análise principal, é importante constatar a evolução dos gastos de turismo ( de 1 para 160 milhões em 6 anos ), da remessa de lucros ( de 18 em 1965 para 135 milhões em 1971 ) e dos juros da dívida externa ( de 156 em 1965 para 276 milhões em 1971 ). Note-se por outro lado como é fraca a taxa de entradas de capital estrangeiro ( computadas em " investimentos diretos " ) que tem mesmo diminuído nos últimos 3 anos de 124 para 101 milhões. Isso contrasta com o grande volume de investimentos realizados no Brasil, no mesmo período, por firmas estrangeiras, o que leva a conclusão, ou confirmação, de que esses investimentos foram em grande parte feitos com capitais levantados no próprio país - a poupança popular mobilizada através do mercado de capitais.

2. Na conta Ingresso ou Saída de Capitais, verifica-se que, em lugar de satisfazer suas necessidades de empréstimo junto às instituições financeiras que oferecem prazos longos a juros baixos, tais como o BID, Banco Mundial, AID, Eximbank, etc., a ditadura tem recorrido cada vez mais aos fornecedores e aos bancos particulares, onde obtém crédito a curto prazo e alto juro. Isto reflete a dificuldade do Brasil conseguir justamente créditos a longo prazo, dificuldade certamente relacionada com o montante da dívida externa acumulada.

---

#### APÊNDICE I

##### Um ponto de vista das classes dominantes sobre a balança de pagamentos (Visão de 13-março-72)

"...a balança comercial do Brasil, em valor FOB, é historicamente superavitária. No período 1947-70...ela acusou saldo negativo apenas em três exercícios: em 1952, de 286 milhões de dólares, decorrente de uma queda nas vendas de algodão; em 1960, 23 milhões; em 1962, 90 milhões - devidos estes dois ao declínio das exportações de café. O maior superavit (655 milhões de dólares) registrou-se em 1965, quando, em consequência da recessão, as importações caíram a 940 milhões de dólares." "Nesses 24 anos, na compra-venda de mercadorias, o Brasil sempre saiu ganhando, em média, 195 milhões de dólares por ano. Tal excedente, no entanto, não deu para cobrir o buraco dos serviços e donativos. Se for examinado o saldo das transações correntes, que além da balança comercial, inclui os donativos e os serviços (viagens internacionais, frete, seguro, remessa de lucros, royalties), verifica-se que, em média, o deficit anual foi de 210 milhões de dólares." "No período analisado (1947-70), o balanço de pagamentos do Brasil deu verde em doze exercícios e vermelho em igual número de anos, sendo a média do período um deficit de 36 milhões de dólares, coberto com empréstimos compensatórios (principalmente do FMI) e reduções na reserva de divisas. Diante de uma situação destas, e admitindo-se que o balanço de pagamentos não pode ficar eternamente deficitário, um país precisa aumentar a entrada de capitais autônomos (investimentos privados ou empréstimos) para cobrir o deficit das transações correntes." "No mesmo período, pode-se constatar vultoso saldo líquido (continua na p.57)

INDICE

EDITORIAL : AVANÇAR COM O MARXISMO NA LUTA IDEOLÓGICA !-----	p.3
B. MIGUEL : A ASSOCIAÇÃO DE MARINHEIROS (II) -----	p.5
O DEBATE EM TÓRNO DO DOCUMENTO <u>UMA AUT CRITICA NECESSARIA</u> -----	p.11
G. ZANI : <u>Sobre "Uma autocritica necessaria" e a discussão em</u> <u>"Debate"</u> -----	p. 11
A. SILVA : <u>A proposito das observações do companheiro G.Zani</u> ---	p. 16
JOSE DOS SANTOS : <u>Replica do Coletivo TL/ALN no Chile ao</u> <u>companheiro Fernando de Andrade</u> -----	p. 17
FERNANDO DE ANDRADE : <u>A dificuldade de ser dialetico</u> (respos- ta ao companheiro Jose dos Santos)-----	p. 38
HENRIQUE HENRIQUES : O BRASIL ESTA NADANDO (E SE AFOGANDO) EM DIVISAS -----	p. 53
apendices ao artigo de Henrique Henriques -----	p. 57

CORRESPONDENCIA COM DEBATE

NA EUROPA : ELLEN BEAURIN/ 21,Quai Saint Michel  
Paris, Vº/ FRANÇA

NA AMERICA LATINA : TEORIA Y PRACTICA c/o EDITORA BIO-BIO  
CALLE DAVILA, 734  
SANTIAGO / CHILE

O COLETIVO DEBATE EM SANTIAGO ACABA DE LANÇAR NOSSA PUBLICAÇÃO EM ESPANHOL  
COM O NOME DE TEORIA Y PRACTICA

NOSSA CAPA : CENAS DA MANIFESTAÇÃO OPERARIA DO 1º DE MAIO 1968, EM SÃO PAULO

DEBATE ORGÃO DE DISCUSSÃO E DE ELABORAÇÃO DOS COMUNISTAS DO BRASIL !  
DEBATE, PELA CRIAÇÃO DE UM ORGÃO CENTRAL DE DISCUSSÃO !  
DEBATE, PELA LIBERDADE ! DEBATE, PELO SOCIALISMO !

ENVIE CRITICAS E SUGESTÕES !

DISCUTA DEBATE COM SEUS COMPANHEIROS !

DISCUTA DEBATE CONOSCO !

desse capitais autônomos (média anual de 174 milhões de dólares). O quadro "O balanço de pagamentos em 24 anos" mostra sua importância particular: 540 milhões de dólares em 1968, 830 milhões em 1969, 1,1 bilhão em 1970. Esta evolução significa que o Brasil está aumentando consideravelmente sua dívida externa, o que quer dizer encargo para o futuro. De fato, a dívida externa, que era de 4,4 bilhões de dólares em dezembro de 1969, atingia 5,5 bilhões em março do ano passado. "Esta análise retrospectiva e comparativa era necessária para tomarmos consciência da situação de 1971 nova para o Brasil. "...o deficit da balança comercial é o maior registrado desde 1947, o mesmo ocorrendo com o deficit das transações correntes. Paralelamente, o saldo do movimento de capitais nunca foi tão elevado, o que prova a confiança que o exterior deposita no desenvolvimento econômico do Brasil, mas também significa que o endividamento externo se avolumou consideravelmente no ano passado." "A deterioração das transações correntes é fácil de explicar. Por um lado, um crescimento maior das importações (28,6% a mais do que em 1970) com relação às exportações, cujo aumento foi de apenas

5,9%; por outro lado, o aumento das importações acarreta maiores despesas de fretes e seguros, e ao mesmo tempo o aumento da dívida externa torna muito mais oneroso o pagamento de juros (411 milhões de dólares... que incluem também a renda dos investimentos diretos)". "Registrou-se um fato que tem sido negligenciado...: o crescimento extraordinário das importações nesses últimos anos que, com relação ao PIB, evoluíram da maneira indicada no quadro seguinte:

	Importação (FOB)	Variação % PIB
1968	+28,7%	+9,3%
1969	+7,7%	+9,0%
1970	+25,8%	+9,5%
1971	+28,6%	+11,3%

#### ANEXO II

Passagens do artigo "El perverso "milagro económico brasileño" de Fernando Magalhães, publicado em Panorama Económico, novembro-dezembro 71, número 265.

#### 3. La falsa solidez externa.

El tercer dato mencionado por *El Mercurio* como prueba del éxito económico del Gobierno del Brasil se refiere al significativo volumen alcanzado por las reservas internacionales del país. Como se sabe, aquéllas desempeñan, según los especialistas en economía internacional, un resguardo importante para que el país pueda negociar con cierta holgura en el exterior y reduzca así costos de importación y financiamiento. En apariencias, las reservas brasileñas — que están entre las más considerables de América latina — desempeñarían esa función. Indicarían asimismo una situación de especial solidez de la economía brasileña, capaz de crecer rápidamente y en condiciones de superávit respecto del resto del mundo.

Sin embargo, en el caso brasileño las reservas no son resultado de alguna solidez especial. Por el contrario, el país ha aumentado sus reservas internacionales en los últimos tres años a costa de una significativa expansión de su deuda externa.

Cuadro 4  
RESERVAS Y DEUDA EXTERNA DE BRASIL  
Millones de dólares

Período	Deuda	Reservas
1963-64	3.161	--
1967	3.372	199
1968	3.917	257
1969	4.403	657
1970	5.295	1.187
1971*	6.000	1.378

Fuentes: Banco Central de Brasil y Revista *Víaco*, septiembre de 1971.  
\*al 30 de abril.

"...se pode afirmar que as importações crescem 2,3 vezes mais do que o PIB". "O saldo dos serviços é estruturalmente deficitário no Brasil. Não será possível modificar a situação nos próximos anos. Ao contrário, tudo leva a prever um deficit em ascensão". "...o serviço da dívida externa (amortização mais juros) exige um desembolso anual de 30% a 33% sobre o montante da dívida do ano anterior. Isso significa que em 1976, para cobrir o deficit das transações correntes e das amortizações, teríamos de receber empréstimos externos da ordem de 5 bilhões de cruzeiros." "As cifras assustam, mas são realistas".

Pese a la magnitud creciente de los pagos mencionados y de los correspondientes a servicios del comercio, turismo y "otros", cuyo significado no explica claramente el Banco Central, las reservas del país han crecido de 257 a 1.187 millones entre los años 1968 y 1970, llegando en abril del presente a bordear los 1.380 millones de dólares. (Cuadro 4). Este aumento se debió a un considerable crecimiento del flujo de capitales externos, en especial bajo la forma de préstamos y financiamiento, lo que ha acarreado un rápido incremento de la deuda del país.

Puede observarse que desde fines de 1967 a abril del presente año, las reservas subieron en casi 1.200 millones de dólares y la deuda lo hizo en más de 2.600 millones. Así, por cada dólar de aumento en las reservas, la deuda externa creció en 1,8 dólares<sup>5</sup>.

El cuadro resulta todavía más desfavorable si se considera la composición de la deuda. Los préstamos en moneda, que han venido creciendo aceleradamente desde 1968, representaban a fines del año pasado cerca del 43 por ciento de la deuda externa total. Su monto — cercano a los 2.300 millones de dólares — excedía con holgura el nivel de las reservas. En general, los mencionados préstamos son de corto plazo, como que más de la mitad corresponde a línea de crédito renovables año a año. En último término, se destinan a incrementar las reservas y cubrir en parte los déficit derivados de los desequilibrios de la balanza de pagos, permitiendo asimismo un nivel alto y creciente de importaciones superfluas.

La contrapartida de esos dólares en cruzeiros se orienta en gran medida a financiar capital de giro de las empresas o simplemente a financiar la adquisición externa de empresas nacionales. El primer caso corresponde sobre todo a empresas foráneas, que cuentan con mayor aval externo. Implican, en ese sentido, una redistribución de la propiedad de empresas en favor del extranjero o subsidios a empresas foráneas, puesto que, como el ritmo de devaluación cambiario es inferior en 50 por ciento al de la inflación interna, el costo del financiamiento externo de corto plazo es 4 ó 5 por ciento más bajo que el crédito interno.

Como se puede concluir de lo expuesto, las reservas internacionales brasileñas, en torno de las cuales se hace tanta promoción, no representan sino una especie del saldo que un perdedor toma prestado a un ganador para seguir jugando... y perdiendo.

APÊNDICE III

A BALANCA DE PAGAMENTOS DO BRASIL

1965 1966 1967 1968 1969 1970 1971

	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971
1. BALANÇA COMERCIAL	+ 655	+ 438	+ 213	+ 26	+ 310	+ 232	- 325
a) Exportação fob	1.596	1.741	1.654	1.881	2.311	2.739	2.900
b) Importação fob	- 941	- 1.303	- 1.441	- 1.855	- 1.993	- 2.567	- 3.225
2. S E R V I Ç O S	+ 362	= 463	= 527	= 556	= 630	= 815	= 975
a) turismo internac	- 1	31	34	121	89	130	160
b) fretes e seguros	- 34	52	58	72	146	198	210
c) serv. do governo	- 37	54	68	63	64	69	80
d) ass. técnica, royalties etc.	- 116	129	110	72	70	65	114
e) remessa de lucros	- 18	40	71	82	77	111	135
f) juros da dívida externa	- 156	157	186	146	184	242	276
3. TRANSFERENCIAS	- 75	- 79	- 77	- 22	- 31	- 21	- 10
4. CONTA CORRENTE (1+2+3)	+ 368	+ 54	- 237	- 508	- 281	- 562	- 1.290
5. AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS (a)	- 304	- 350	- 444	- 484	- 533	- 649	- 860
6. INGRESSO OU SAÍDA (-) BRUTA DE CAPITAIS	+ 298	+ 474	+ 471	+ 1.025	+ 1.383	+ 1.717	+ 2.683
a) investimentos di- retos	+ 70	74	76	61	124	108	101
b) empréstimos e fin. IRBD, IDB, AID, EXIMB. Fornecedores, bancos particulares	+ 363	+ 508	+ 530	+ 583	+ 1.053	+ 1.463	+ 1.936
c) outros	- 135	- 108	(181)	(258)	(280)	(324)	
			(349)	(325)	(773)	(1.139)	
			135	+ 381	+ 206	+ 146	+ 646
7. ERROS OU OMISSÕES	- 31	- 25	- 35	- 1	- 20	+ 39	+ 3
8. AUMENTO OU REDUÇÃO DE RESERVAS	+ 331	+ 153	- 245	+ 32	+ 549	+ 545	+ 536

(a) - excluui amortizações de empréstimos a curto prazo

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL.

NO PLANO DOS PRINCIPIOS, NUNCA REJEITAMOS O TERROR, NEM PODERIAMOS REJEITÁ-LO. ELE É UM DOS ASPECTOS DA GUERRA E PODE SER PERFEITAMENTE CONVENIENTE, E MESMO INDISPENSÁVEL, NUM MOMENTO PRECISO DO COMBATE, NUMA SITUAÇÃO DADA DO EXERCITO, E EM CONDIÇÕES DETERMINADAS. MAS O QUE OCORRE HOJE É QUE O TERROR NOS É PROPOSTO NÃO COMO UMA DAS OPERAÇÕES DE UM EXERCITO EM COMBATE, OPERAÇÃO ESTREITAMENTE LIGADA E ARTICULADA AO SISTEMA DA LUTA EM SEU CONJUNTO, MAS COMO UM MEIO DE ATAQUE ISOLADO, INDEPENDENTE DE QUALQUER EXERCITO E BASTANDO-SE A SI PRÓPRIO. ALIAS, NA AUSÊNCIA DE UMA ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA CENTRAL, E COM A FRAQUEZA DAS ORGANIZAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS LOCAIS, O TERROR NÃO PODERIA MESMO SER NADA MAIS QUE ISSO. POR ISSO DECLARAMOS RESOLUTAMENTE QUE, NAS CIRCUNSTÂNCIAS ATUAIS, O TERROR É UMA ARMA INOPORTUNA, INOPERANTE, QUE DESVIA OS COMBATENTES MAIS ATIVOS DE SUA TAREFA VERDADEIRA, E MAIS IMPORTANTE PARA TODO O MOVIMENTO E QUE DESORGANIZA NÃO AS FORÇAS DO GOVERNO, MAS AS FORÇAS DA REVOLUÇÃO.

LÊNIN, POR ONDE COMEÇAR?